

SAMIR RIBEIRO DE JESUS

FORMAÇÃO DO TRABALHADOR CATARINENSE:
O CASO DO CABOCLO DO PLANALTO SERRANO

Dissertação apresentada ao
Curso de Pós-Graduação em His-
tória da Universidade Federal
de Santa Catarina, para ob-
tenção do grau de Mestre.

FLORIANÓPOLIS

1991

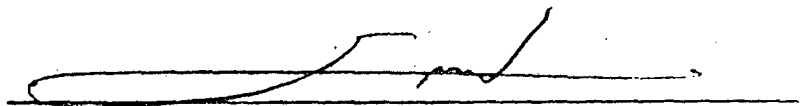
A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR CATARINENSE:
O CASO DO CABOCLLO NO PLANALTO SERRANO

Por

SAMIR RIBEIRO DE JESUS

Dissertação aprovada como requisito para
obtenção do grau de Mestre no Curso de
Pós-Graduação em História, pela comissão
formada pelos professores:

ORIENTADOR:



Profº Dr. Carlos Humberto P. Corrêa



Profª Dra. Nelma Baldin



Prof. Dr. Valberto Dirksen

AGRADECIMENTOS

A todos aqueles que contribuíram e participaram, de uma ou de outra forma, na realização deste estudo.

SUMÁRIO

RESUMO	
ABSTRACT	
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I - ASPECTOS GERAIS SOBRE O PLANALTO SERRANO CATARINENSE	25
1. Da Geografia	25
2. Da História	32
3. Do Homem	40
CAPÍTULO II - INTRODUÇÃO AO CONHECIMENTO DO TRABALHO CO- MO CONSTRUÇÃO HISTÓRICA	51
1. O exemplo "clássico" inglês	51
2. O exemplo brasileiro	57
CAPÍTULO III - A FORMAÇÃO DO CABOCLO DO SÉCULO XVIII — A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX: A ERA DA PECUÁRIA E DA ROÇA	64
1. Origem e desenvolvimento da pecuária ser- rana	65
2. A construção do "saber" do caboclo peão catarinense	73
3. As condições de vida e de trabalho do ca- boclo peão	78
4. Os caboclos roceiros entre a economia de subsistência e os poros da sociedade de domínio patrimonialista	86
5. As Formas de Poder e Dominação	96

CAPÍTULO IV - A FORMAÇÃO DO CABOCLO DE 1950 A 1970: A ERA DA INDÚSTRIA DA MADEIRA	106
1. A extração do "pinheiro brasileiro" no Planalto Catarinense no início do século XX: o caso do Brazil Railway Company	108
2. A evolução das formas de produção da madeira no Planalto Sul: Das relações de subsistência às relações capitalistas	111
3. Caboclos peões e roceiros diante da serraria	126
4. As formas de organização do trabalho na serraria	137
5. Controle e disciplinamento: a pedagogia na formação e desenvolvimento do caboclo operário da madeira	147
CONCLUSÃO	161
BIBLIOGRAFIA	170

RESUMO

Este trabalho tem por objeto de estudo a história da formação e desenvolvimento de um dos tipos humanos trabalhadores catarinenses: o caboclo do Planalto Serrano. Enquanto indivíduo humano concreto, o caboclo é percebido, não apenas no seu condicionamento biológico, mas também no seu condicionamento social em geral. O período considerado divide-se em fases. A primeira - do século XVIII à 2ª metade do século XX - corresponde à formação dos caboclos peões e roceiros, inserida em uma realidade social, marcada pelas relações de dominação do tipo patrimonialista. A segunda - de 1950 a 1970 - compreende a formação do caboclo enquanto trabalhador assalariado, operário de serraria, na condição do desenvolvimento das relações produtivas de caráter capitalista no campo, geradas pela indústria extrativa da madeira. Ainda (na conclusão) menciona-se a fase atual, quando finda o domínio do processo industrial de extração da madeira acelerando a evasão dos caboclos do campo, a partir da qual formam um semi-proletariado de, predominantemente, trabalhadores agrícolas temporários, moradores nos bairros pobres, situados nas periferias das principais cidades catarinenses.

Tratou-se de explicitar como as mudanças dos processos produtivos de reprodução da existência material foram gerando historicamente novas formas de educação, controle e disciplinamento, as quais, por sua vez, exerceram influxo sobre a adaptação do caboclo ao processo produtivo correspondente.

Para este estudo foram retomadas determinadas categorias de análise, tais como: trabalho, classes sociais, hegemonia, qualificação, desqualificação, educação e outras, que são, por excelência, os instrumentos de leitura do real. Entre essas categorias, destaca-se o trabalho como formação histórica, como relação fundamental, através da qual os trabalhadores participam, de uma forma ou de outra, de uma determinada visão de mundo, e interpretam a sua realidade, a sua condição, de acordo com essa visão. Utilizou-se a História Oral como uma das fontes de informação para recuperar e extrair elementos relacionados ao conhecimento do passado dos caboclos, considerado sob o ângulo da questão que foi proposta.

Pretendeu-se, assim, revelar as bases sobre as quais se assenta o processo de transformação dos caboclos do Planalto Serrano Catarinense em trabalhadores assalariados, como força de trabalho despossuída, e o seu enquadramento nas regras exigidas pelas formas de produção que se estabeleceram no contexto da respectiva região.

ABSTRACT

This work aims to study the history of the formation and the development of one human type of worker from Santa Catarina: "Caboclo" (a term used to define the human type originated from the crossing of race, usually indian and white) from "Planalto Serrano", a region situated in the Southwest of the state. As a concrete human individual, the "caboclo" is viewed not only through a biological perspective, but also through his social condition in general. The period under consideration is divided into phases. The first one - from the 18th century to second part of the 20th century - consists of the formation of the "caboclos" named after "peões" and "roceiros" (the former is involved with cattle breeding; the latter, with agriculture). This period is marked by patrimony domination relations. The second phase - from 1950 - 1970 - includes the formation of the "caboclo" as a paid worker in sawmills, involving the development of capitalist productive relations in the rural area, originated from the wood extraction industry. Still, in the conclusion, we mention the present phase, when the domination of the industrial process of the wood extraction ends, and the "caboclos" start to leave the rural area. This fact fosters the formation of a semi-

proletarianism, which is mainly consisted of temporary agriculture workers, who live in the poor districts around the main cities of the state.

The periodical study is important to explicate to what extent the changing of the reproduction productive processes of the material condition has generated, historically, new forms of education, control, and discipline. These, by turn, exerted influx over the adjustment of the "caboclos" to the correspondent productive process.

In order to conduct this studies, certain analysis categories have been taken up, such as work, social class, hegemony, qualification, disqualification, education, among others, which are the instruments to read reality. Among these categories, it is important to emphasize through which the workers take part, in several ways, in a defined view of the world, and interpret their reality and their condition, according to this view. We use the oral history as one of the information sources to recover and extract elements related to the past history of the "caboclos", considering it under the proposed question.

We intend, thus, to discuss the fundamentals which, support the transformation process of the "caboclos" from "Planalto Serrano" into paid workers, as a destituted work force and their adjustment to the rules required by the production forms which were established in the context of the respective region.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo estudar o processo histórico, da transformação do caboclo serrano⁽¹⁾ do Sul do Planalto de Santa Catarina e sua adaptação para o trabalho assalariado.

O ponto de partida da investigação não é a produção de idéias puramente abstratas, nem o fato isolado, mas a própria história do processo de vida real deste trabalhador em sua luta permanente pelas condições materiais de produção da existência.

De um modo geral, os termos empregados para caracterizar e, até mesmo, para definir o caboclo, não apenas como um tipo humano, mas, sobretudo, como tipo social, muitas vezes a-históricos e fora do contexto social costumam, odiosamente, transformar-se em manipulações conscientes por parte de políticos espertos e por acadêmicos caçadores de prestígios e status intelectuais. Assim, esse trabalhador despossuído torna-se

(1) Chama-se "caboclo serrano" ao tipo humano originariamente habitante da chamada Região Serrana de Santa Catarina.

muito mais uma realidade mistificada⁽²⁾, abstrata, do que uma construção, um produto das relações sociais, em seu conjunto. Dessa forma, considera-se que o caboclo serrano catarinense, no seu modo de ser e de viver, de pensar e agir enquanto trabalhador, só pode ser compreendido, ou mesmo adequadamente descrito, a partir do conhecimento da realidade histórica e da estrutura societária, instituídas na região do Planalto Serrano Catarinense.

A "história dos povos sem história": a expressão de **Henri Moniot**⁽³⁾ aplica-se, ao mesmo em parte, ao estudo da realidade histórica de trabalho e de vida da população cabocla da região mencionada. Não há ainda, no momento atual, um estudo dentro da historiografia regional que trate de maneira específica e sistemática e que envolva as diversas áreas do conhecimento desta população que integra a classe trabalhadora brasileira, em geral, e a catarinense em particular.

Entre algumas das principais fontes para o estudo do comportamento e do estilo de viver do caboclo serrano do planalto catarinense destacam-se os dois romances de **Tito Carvalho**:

(2) Teodor Shanin, em seu estudo sobre a definição do camponês, alerta para o fato do camponês se tornar um mito quando definido sem um aprofundamento do contexto histórico e também de contexto social. Um camponês não existe, pois, em nenhum sentido imediato e estritamente específico.

(SHANIN, T. A definição de camponês. In: ESTUDO CEDRAP, Trabalho e dominação, Rio de Janeiro, Vozes, 1980, p. 44).

(3) MONIOT, Henry. A história dos povos sem história. In: LE GOFF J. e NORA P. (org) História: novos problemas. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976, p. 69-112.

Bulha D'Arroyo e Vida Salobra. Nestes, encontram-se apenas algumas indicações sobre os desníveis sociais, bem como um linguajar regional enriquecido com vocabulário do gaúcho rio-grandense. Outras informações mais genéricas podem ser encontradas nas obras de Áujor Avila Luz, **Crimes e aberrações, A campanha do Contestado**; de Maria Isaura de Queiroz, **a Guerra Santa: movimento messiânico do contestado**; de Maurício Vinhas de Queiros, **Messianismo e conflito social**; de Duglas Teixeira Monteiro, **Os errantes do novo século**; de Marli Auras, **Guerra do contestado: organização da irmandade cabocla**. Entre os trabalhos mais recentes, destacam-se as dissertações de mestrado de José Ari Celso Martendal, **Processos educativos e trabalho-educação: a incorporação do caboclo catarinense na indústria madeireira**; e, de Antônio Muranin, **A praxis dos movimentos sociais na região de Lages**. Essas duas dissertações, sobretudo, a de **Ari Martendal**, constituem objetos particulares deste estudo.

Assim, reconhecer a originalidade, as especificidades históricas, sociais e individuais do caboclo, constitui uma tarefa árdua e não muito fácil, em decorrência da escassez de fontes, como documentos escritos e outras. No trabalho elaborado por **Carlos Humberto Córrea**⁽⁴⁾, constata-se esse fato. Tanto na historiografia catarinense, como na brasileira de um

(4) CÔRREA, Carlos H. (org), Catálogo das dissertações e teses dos cursos de Pós-Graduação em História - 1973 - 1985. Fpolis, UFSC, 1987, p. 259-273.

modo geral, muito pouco foi estudada sobre este tipo humano. Nos trabalhos enumerados, catálogos relativos à história regional, predomina a preferência pelo estudo de outros tipos, tais como, colonos alemães, italianos, poloneses e açorianos. Estes foram, sem dúvida alguma, fundamentais na obra construtiva da história e da sociedade catarinense em geral. Mas foram apenas parte e não tudo. Ocorre que, voltando quase exclusivamente todas as luzes e interesses sobre estes grupos étnicos de povoadores, a historiografia regional chamada "oficial" acabou gerando, conservando e reproduzindo uma situação de desigualdade, excluindo do seu conhecimento sistematizado e elaborado outros tipos de povoadores, tais como o índio, o negro e o caboclo. Estes povoadores não apenas contribuíram para a história catarinense, mas também a constituíram.

Trata-se, portanto, de aprofundar e avançar sobre o conhecimento histórico destes povoadores catarinenses que formam hoje a grande maioria incorporada à categoria dos chamados "povos sem história". É necessário corrigir a situação de marginalidade e desigualdade a que foram submetidos pela história vigente. Isso implica, retirar da história o pensamento e a prática reducionistas, unilaterais, que se limitam apenas a determinados grupos étnicos de povoadores, aos heróis da política e à crônica-relatório.

Trabalhar a história dentro desta perspectiva significa compreender a totalidade do real em toda a sua complexidade e em toda a sua diversidade através das "coordenadas de tem-

po" (5) e não apenas reduzindo o seu conhecimento à biografia, à demografia, ao acontecimento, ou à descrição de fatos isolados, da coisa em si, ao documento; ou entendendo o conhecimento como mero produto do sujeito que conhece. A função do historiador nesse processo de conhecimento não se caracteriza pela passividade, de registrador, mas também como sujeito ativo que atua sobre o objeto conhecido. Conforme define Edward Hallet Carr, a história "se constitui de um processo contínuo de interação entre o historiador e seus fatos, um diálogo interminável entre o presente e o passado" (6). A função do historiador, portanto, não é apenas de registrar os acontecimentos e fatos do passado, mas dominá-los e entendê-los como a chave para a compreensão das questões do presente.

No caso específico da região do Planalto Serrano de Santa Catarina, os caboclos espremidos entre a propriedade monopolítica da terra e suas relações econômicas-sociais, formaram a grande parte da população despossuída, isto é, sem os meios de produção como terra, animais e outros instrumentos. Essa população foi, dessa forma, transformada em força de tra-

(5) Segundo Fernand Braudel, a história é a colocação no lugar do acontecimento nos diversos ritmos de tempo. Há tempo curto, à medida dos indivíduos, da vida cotidiana, de nossas tomadas de consciência apressadas, de nossas ilusões. Este tempo é o do jornalista e outros. Há um tempo lonho, a tendência secular (BRAUDEL, O historiador do cotidiano. In: Jornal do Brasil (domingo 5 e segunda-feira 6 de dezembro de 1971). Maiores informações sobre essa questão de tempos, ver ainda do mesmo escritor a obra, "História e ciências sociais, Lisboa, Presença, 1981. p.

(6) CARR, E. O que é história?, R.J., Paz e Terra, 1985, p. 25ss.

balho, em "fator de produção", como instrumento gerador de riqueza para os detentores da hegemonia, num processo incessante.

Faz parte deste estudo a análise histórica desse processo em relação às duas determinações econômicas, políticas e culturais. A história opõe-se, dessa maneira, aquilo que é representação falsa ou falsificada, irreal do passado, à utopia, ao "mito" (7), à sistematização doutrinária romântica e idealista, para atingir a "concreticidade" (8) da realidade histórica do trabalhador caboclo catarinense.

Do ponto de vista teórico-metodológico, procurou-se apreender e compreender a formação deste trabalhador, não como produto decorrente das relações escolares do tipo escolar-educação, professor-aluno, ou de outras práticas acadêmicas, mas sobretudo como sendo o resultado das mudanças das formas de produção da existência humana. Mudanças essas que foram gerando historicamente novas formas de educação, de cultura, de condições de vida e de trabalho as quais, por sua vez, exerceram influxo sobre o processo de constituição do traba-

(7) O mito do gaúcho rio-grandense entre os caboclos peões da serra catarinense constitui um fato. Alguns escritores catarinenses reforçam este fato quando apresentam o caboclo peão e caracterizam o seu modo de viver e agir, destacando a influência dos costumes, dos hábitos e das tradições do gaúcho do Rio Grande do Sul (MARTORANO, 1982: 32-33).

(8) Concreticidade é entendida aqui conforme a definição proposta por Karel Kosik, ou seja, é o mundo da práxis humana, que constitui a compreensão da realidade humano-social como unidade de produção e produto, de sujeitos e objeto (KOSIK, K. 1980: 18).

lhador caboclo serrano, do seu ponto de vista e, de ação.

Esse sentido amplo da formação do trabalhador na, e pela sua própria experiência prática, é apontado por Karl Marx, que de uma maneira geral, indica que o homem se educa, se faz homem, na produção e nas relações sociais de produção por um processo contraditório em que estão sempre presentes e em confrontos, momentos de educação e deseducação, de construção e destruição, de qualificação e desqualificação e, portanto, de humanização e desumanização⁽⁹⁾.

Assim, o caboclo serrano catarinense foi feito um trabalhador despossuído, e fez-se um tipo humano e social "analfabeto", "iletrado", "marginal", "fatalista", "lerdo como boi carreiro e aceitador passivo das coisas que vinham", sejam elas boas ou más, não necessariamente por vontade própria, mas por um processo social e historicamente determinado. Seu mundo, o mundo do trabalhador subalterno, formou-se a partir da existência de uma estrutura geral onde prevaleceram os interesses e a função histórica daqueles que controlavam o poder, quer seja na esfera material, quer seja na esfera cultural. Num primeiro momento, constata-se o domínio do fazendeiro, cimentado no poder econômico da pecuária, com base na grande propriedade e no poder político, gerado pelo fenômeno do coronialismo de cujos poderes resultou a organização de uma sociedade do tipo patrimonialista. Num segundo momento, constata-se o domínio do empresário da madeira, consubstanciado no

(9) MARX, K. O capital, São Paulo, DIFEL, 1987. —
_____, Ideologia Alemã, São Paulo, Hucitec, 1987.

processo da industrialização da madeira e da exploração do trabalho na condição das relações de caráter especificamente capitalista.

De uma maneira geral, a cultura escolar constitui uma forma de dominação da classe mais abastada. A transmissão do conhecimento elaborado e sistematizado fez parte apenas de uma reduzida e rala minoria composta pelos filhos de fazendeiros os quais tornavam-se alfabetizados, monopolizadores das letras e da cultura para assegurar a conservação e reprodução das relações sociais vigentes. A maioria da população cabocla foi, dessa forma, posta historicamente à margem do sistema da educação oficial e formal. A formação dessa população de trabalhadores se dá no interior das relações da produção onde o próprio trabalho assume dimensão educativa como categoria básica, como relação fundamental, através da qual se estrutura o modo humano de existência, se gesta o processo de conhecimento e se produz uma determinada visão da realidade (10).

Essa relação trabalho-educação foi apontada pelo próprio cabloco e registrada através da sua fala:

"Pobre não pode estudar, tem que trabalhar pra viver. A escola é só para rico que não precisa"

(10) Maiores informações sobre a questão do trabalho como "princípio educativo" e a análise da relação trabalho-educação, constam em MANACORDA, M.A. El principio educativo en Gramsci, Trabajo e conocimiento: dilemas na educação do trabalhador, São Paulo Cortez, Autores Associados, 1987; KUENZER, A. A pedagogia da fábrica, São Paulo, Cortez, 1986; GRAMSCI, A. Os intelectuais e a organização da cultura, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

dar duro na vida. Eu nunca fui a escola. O que eu sei aprendi trabalhando. Primeiro, trabalhando lá na fazenda cuidando da criação de gado; levantava bem de madrugada para tirar o leite, depois disso, ia vacinar o gado, dar sal, marcar, arrumar, cercar, curar bicheira, amansar os animais xucros e fazer outras coisas. Depois veio a serraria, daí eu saí lá da fazenda e fui trabalhar como descascador de toras ganhando um salário em dinheiro. Na serraria a gente teve que se habituar a outro sistema de vida. Tinha que chegar na hora certa para trabalhar; tinha que sair na hora certa; tinha que pedir pra sair do serviço. Tudo lá na serraria era controlado. Como se dizia: tudo era feito dentro das regras que eles faziam e a gente tinha que cumprir e se sujeitar se pretendesse ficar trabalhando. Assim, a gente ia aprendendo as coisas da vida trabalhando, ganhando o pão nosso de cada dia ... (11).

Esse estudo buscará, portanto, explicar o processo da história da formação do caboclo, enquanto trabalhador, através da articulação entre as formas de trabalho e as formas de produzir o trabalhador adaptado, habituado às disciplinas da produção e das relações sociais da produção correspondente.

Assim, no âmbito da história, este trabalho ocupa-se da análise de duas fases que marcam o desenvolvimento do processo da formação do trabalhador, o caboclo da região do Planalto Serrano Catarinense, e em especial o caboclo do município de São Joaquim.

A primeira fase, estende-se praticamente do século XVIII à segunda metade do século XX e corresponde às origens e ao desenvolvimento da formação pastoril e roceira do trabalhador rural. Essa formação realiza-se com base na reunião de todos

(11) SANTOS, Pedro O. Entrevista concedida ao autor em 18 de maio de 1998. São Joaquim - SC.

os meios de produção nas mãos de um reduzido número de fazendeiros que transformam a pecuária extensiva na principal atividade produtiva e, portanto, no fundamento econômico da sociedade serrana em geral.

Na ausência de escolas e de outros agentes formais de educação, a fazenda e a roça formaram os dois principais locais onde ocorria o desenvolvimento do processo educativo do caboclo para o trabalho. Nestes locais de vida e trabalho, se deu a construção do saber, dos conhecimentos, das habilidades e das destrezas dos caboclos, peões e roceiros. Com esse acervo de conhecimento e de práticas, tornavam-se em suas formas de trabalho, tipos de trabalhadores "qualificados" (11). Contudo, frente às condições de vida, marcada pelo isolamento e o desamparo, esta camada social de trabalhadores não se desenvolveu no sentido de trabalhadores autônomos, mas como trabalhadores dependentes, a classe historicamente subalterna.

A segunda fase, ocorre desde o início da década de 1950 até aproximadamente o final da década de 1970. Essa fase compreende o desenvolvimento do moderno processo de produção da madeira, organizado sob as formas usuais do desempenho da produção e das relações sociais produtivas capitalistas. Empresários, geralmente, elementos de descendência italiana (12 e

(11) Por qualificação, entende-se, portanto, a acumulação e aquisição de conhecimentos e de técnicas pelos caboclos, peões e roceiros, através das suas experiências práticas nas fazendas e nas roças.

2ª geração), provenientes do Rio Grande do Sul, foram os empreendedores e responsáveis por esse processo. Convencionou-se chamar esse momento da história econômica e social da região do Planalto Serrano Catarinense de "**Ciclo da Madeira**".

Na história do trabalhador, essa fase representou a sua evasão dos antigos locais de trabalho e o seu recrutamento e habituação para a nova forma de trabalho. A serraria, como é conhecida na região, transformou os ex-peões e ex-roceiros em operários assalariados e empreendeu simultaneamente, através de sua organização do trabalho, do controle e disciplinamento, o processo de formação do caboclo para o trabalho metódico e regular. Esse processo que educa o caboclo para a realização do trabalho assalariado "**trabalho alienado**"⁽¹²⁾, deseduca-o, desqualifica-o⁽¹³⁾ das formas anteriores de trabalho.

(12) Assim Marx fala do "**trabalho alienado**" que consiste no fato que o "trabalho é externo ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser; que em seu trabalho, o trabalhador não se afirma, mas se nega; não se sente feliz, mas infeliz; não desenvolve uma livre energia física e espiritual, mas mortifica seu corpo e arruína seu espírito. Por isso o trabalhador só se sente ele mesmo fora do trabalho, e no trabalho algo fora dele. Ele se sente em casa quando não trabalha, e quando trabalha não se sente em casa. Seu trabalho não é, assim, voluntário, mas obrigado; é trabalho forçado. Por isso não é a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio para satisfazer às necessidades fora do trabalho (...). Disso resulta que o homem apenas se sente livre em suas funções de animais, no comer, beber, procriar, e quando muito no que se refere à habitação e à vestimenta, e em troca em suas funções humanas se sente como animal ..." (MARX, citado por ENGUITA, F.M., 1989: 22).

(13) Por desqualificação do trabalhador entende-se a sua perda dos conhecimentos, das técnicas e das habilidades das formas anteriores de trabalho, em detrimento das novas experiências adquiridas no desenvolvimento de outro processo produtivo, ou da existência de outra forma de trabalho.

Assim, a serraria substituiu a fazenda e a roça, não apenas enquanto núcleo central da produção, mas também, como local de trabalho e de vida onde a maioria da população cabocla da região começou a experimentar condições de vida em graus antes desconhecidos.

Em relação à metodologia, grande parte do material da presente pesquisa, sobretudo, no que diz respeito à segunda fase, leva-a para um campo da metodologia histórica, conhecido como "história oral".

Em que consiste, pois, a "história oral"? A técnica da história oral, em si, consiste basicamente em entrevistas mediante as quais o pesquisador busca recuperar o máximo possível as informações que o auxiliam na explicação da questão proposta. A entrevista é gravada em fitas, transcritas literalmente, revisada e assinada pelo entrevistado. Com esses procedimentos, obtém-se dois tipos de documentos: o gravado e o escrito⁽¹⁴⁾.

A História Oral, portanto, constitui um documento⁽¹⁵⁾ uma

(14) CORRÊA, Carlos Humberto. História Oral: teoria e técnica, Florianópolis, UFSC, 1978. Maiores informações sobre História Oral, ver THOMPSON, Paul. The voice of the past: Oral History. Oxford, Oxford University Press, 1978.

(15) Conforme define Henri-Irénée Marrou: "Constitui um documento toda fonte de informação de que o espírito do historiador sabe extrair alguma coisa para o conhecimento do passado, considerado sob o ângulo da questão que lhe foi proposta" (MARROU, H. Sobre o conhecimento histórico, Rio de Janeiro, Zahar, 1978, p. 62.

fonte de informação obtida através da memória de "pessoas" (16) e caminha no sentido de recuperar os elementos da história que foram esquecidos pelos reducionismos e pelo exclusivismo da historiografia oficial.

A importância dessa fonte oral para o estudo do conhecimento da realidade dos "trabalhadores pobres" é explicada por Eric Hobsbawu, que diz:

"É importante recuperar o que pudermos sobre o mundo como os trabalhadores pobres viviam, agiam e pensavam e, na medida em que agora está se produzindo uma grande quantidade de História Oral (...), há uma importante ampliação de nossa perspectiva" (17).

Essa "ampliação de perspectivas" transcrita por Hobsbawu em relação ao estudo sobre o conhecimento histórico, foi apontada por Lucien Febvre quando este afirma:

"A história, não há dúvida, faz-se com documentos escritos - quando existem. Mas ela pode fazer-se, deve fazer-se com tudo aquilo que o engenheiro do historiador coloca ao seu alcance ..." (18).

Assim, grande parte deste estudo fez-se com o auxílio da História Oral na tentativa de se recuperar e extrair alguma coisa sobre o conhecimento histórico da formação do trabalhador catarinense: o caboclo do Planalto Serrano.

Quanto à forma de organização, o presente trabalho foi

(16) As pessoas entrevistadas (trabalhadores em sua maioria), foram escolhidas pelas suas experiências, vivências com o objetivo em estudo.

(17) HOBBSAWU, E. Mundos do trabalho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 13.

(18) FEVRE, L. Citado por MARROU, H. op. cit., p. 63.

estruturado em quatro capítulos.

No primeiro, delineou-se uma visão geral do contexto com o propósito de indicar e fornecer ao leitor algumas características da região do Planalto Serrano Catarinense, das suas matérias-primas, da sua história, das suas gentes e, em especial, dos caboclos que constituem o contingente da população a ser estudada.

No segundo capítulo, fez-se uma abordagem geral sobre o conhecimento do trabalho como formação histórica, explicitando o "exemplo clássico" relacionado ao trabalhador inglês e o exemplo brasileiro.

No terceiro, abordou-se a primeira fase da formação do caboclo enquanto trabalhador peão, formado nas práticas da pecuária extensiva e enquanto trabalhador roceiro, vinculado a uma produção basicamente de subsistência. O poder econômico — expansão e consolidação da pecuária extensiva com base na grande propriedade, o poder político do fazendeiro e o poder ideológico constituem formas de poder e de dominação que serão analisadas nesta fase a que se estende do século XXVIII até, praticamente, o início da segunda metade do século corrente.

No quarto capítulo, analisou-se a segunda fase da formação do caboclo enquanto trabalhador assalariado, incorporado à serraria, ligada ao moderno processo de produção de madeira da região. Essa fase que inicia por volta da década de 1950 estende-se mais ou menos até o fim dos anos 70. Algumas das principais causas que condicionaram o desenvolvimento do

moderno processo de produção da madeira no Planalto Sul, em particular, alguns dos fatores apontados como condicionantes da transformação dos caboclos peões e roceiros em operários assalariados de serraria, as formas de organização do trabalho de controle e disciplinamento, o papel pedagógico da serraria no processo de habitação e sujeição dos caboclos para a nova forma de trabalho foram tópicos analisados e descritos.

Por fim, apontou-se para a situação histórica atual uma possível terceira fase a ser estudada que marca a transferência dos caboclos do campo para a cidade e sua incorporação, sobretudo, nos grandes pomares de maçã do município de São Joaquim, na condição de "trabalhador volante", também chamado "trabalhador temporário".

Ademais, deu-se especial atenção a alguns dos principais trabalhos que tratam sobre o conhecimento dos caboclos que permitiram o desenvolvimento da pesquisa proposta. Com isso, pretendeu-se dar uma modesta contribuição, um encaminhamento introdutório ao estudo do conhecimento histórico da formação desses trabalhadores catarinenses, bem como fornecer alguns subsídios teóricos para um maior aprofundamento das discussões que cercam os debates em torno das questões sobre o processo educativo do trabalhador, via relação trabalho-educação.

I - ASPECTOS GERAIS SOBRE PLANALTO SERRANO CATARINENSE

1. Da Geografia

Planalto Serrano é aqui a "zona fisiográfica"⁽¹⁾ das terras altas do espaço territorial de Santa Catarina onde, no campo da vegetação predominam os campos e as matas de araucárias e habitam as gentes da chamada "Região Serrana". Conforme relatos da historiografia regional, a região serrana desde o momento da sua descoberta oficial até o momento atual sofreu algumas variações como, por exemplo: inicialmente foi reconhecida como "Sertão de Curitiba", posteriormente recebeu outras denominações como "Campos Curitibanos", e "Campos de Lages". Somente na segunda metade do século XIX passou a ser denominada de "Região Serrana" de Santa Catarina⁽²⁾. No contexto atual da história da polí-

(1) Segundo a classificação proposta por **Oswaldo Rodrigues Cabral**, o planalto catarinense divide-se em três zonas fisiográficas: ao norte, o planalto de Canoinhas, zona de araucárias e ervais; ao sul desta, o planalto de Lages, com o mesmo tipo de mata e com grandes extensões de campos e pastagens naturais, a oeste de ambos, o planalto de Chapecó. CABRAL, O.R., A campanha do contestado. Florianópolis, Lunardelli, 1979, p. 03.

(2) COSTA, Licurgo, O Continente das Lagens: sua história e influência no sertão da terra firme. Florianópolis, FCC, 1982, p. 19.

tica econômica e administrativa catarinense, criando as micro-regiões, a parte do planalto, referida acima, passou a pertencer à AMURES⁽³⁾.

A denominação "serrano" é expressão da própria geografia do planalto que em sua estrutura geológica foi criando conformações topográficas em que as "serras" aparecem como atenuantes dos tabuleiros vastos. Assim, os habitantes das terras altas são comumente chamados de "serranos". Como observou Maurício Vinhas de Queirós em seus estudos sobre a terra e o homem do planalto, "de maneira geral, os moradores de Serra-Acima são denominados e denominam-se a si próprios de serranos"⁽⁴⁾.

Para Oswaldo Rodrigues Cabral, as condições geográficas do planalto influenciaram diretamente na vida dos seus habitantes, quer seja no desenvolvimento da sociedade, quer seja na diferenciação de áreas culturais. As serras constituíram um fator natural limitativo entre os habitantes do litoral e do planalto catarinense. Enquanto o mar favorecia a circulação de riqueza e cultura, as serras dificultavam o desenvolvimento do planalto, da sua gente e da sua sociedade⁽⁵⁾. As primeiras povoações restrin-

(3) Associação dos Municípios da Região Serrana de Santa Catarina que compreende atualmente os municípios de Lages, São Joaquim, Bom Jardim da Serra, Urubici, Alfredo Wagner, Ponte Alta do Sul, São José do Cerrito, Campo Belo do Sul e Anita Garibaldi. AMURES, Estudos preliminares. Florianópolis, Etapa, 1969.

(4) QUEIRÓS, M.V., Messianismo e conflito social, SP, Ática, 1977, p. 18.

(5) CABRAL, O.R., op. cit., p. 27.

giram-se assim especialmente às áreas litorâneas.

O primeiro sinal de vida administrativa e início da organização social, propiciando a entrada legal, e de fato, do planalto no cenário da vida política e econômica no Brasil ocorreria somente depois da segunda metade do século XVIII com a fundação da primeira Vila Serrana, conhecida historicamente, como Vila de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens, em 1771. Ademais, somente em 1820 ocorreria a desanexação de Lagens da Província de São Paulo, e sua efetiva incorporação à de Santa Catarina.

Dessa forma, os elementos que colonizaram o planalto distinguiram-se em sua maneira de ser e de viver dos colonizadores do litoral. E na construção da "identidade serrana" catarinense acompanharam as condições fisiográficas da região, assimilando práticas sócio-econômicas e culturais de outros povos do Brasil, em geral, e do gaúcho rio-grandense, em particular.

Do ponto de vista histórico, algumas informações sobre as terras do planalto de Santa Catarina remontam ao século XVIII. Souza e Faria, no decorrer da segunda metade do século XVIII, quando da sua passagem pelo "hinterland" do atual território catarinense, presenciou e descreveu a existência de áreas vastas de campos e pastos com grandes quantidades de gado⁽⁶⁾. Descreveu também que nas terras do planalto encontrou ainda

(6) A origem do gado do planalto serrano catarinense parece estar vinculada ao gado missioneiro dos Sete Povos das Missões no atual Rio Grande do Sul. Maiores informações a esse respeito ver EHLKE, Cyro. A conquista do planalto Catarinense. Florianópolis, Laudes, 1973.

"abundantíssimo mel e farto pinhão"⁽⁷⁾. Em 1776, Luiz Antonio de Souza escrevia, destacando que o "o terreno era admirável não só para se fundarem muitas fazendas de gado mas também para cultivar todo gênero de frutos"⁽⁸⁾.

No contexto geral da flora do planalto serrano de Santa Catarina, os campos e as matas de araucárias constituem os dois tipos de vegetação dominantes. Estes vegetais, em parte, influenciaram o surgimento e o desenvolvimento de unidades produtivas, como a pecuária extensiva e a indústria extrativa da madeira.

No decorrer do século XVIII e do século XIX e, praticamente, até o início da segunda metade do século atual, o regime econômico pastoril de produção de gado com base na grande propriedade esboçou-se no planalto de Santa Catarina como uma sugestão dominadora, favorecida pelas condições da geografia e, também, pelas condições da política econômica.

As zonas de campos do planalto são encontradas mais frequentemente em áreas de São Joaquim, Lages e Curitibanos. São áreas que apresentam topografia suavemente ondulada com pastagens naturais e subarbustos isolados.

Sobre a relação das condições geográficas e o desenvolvimento da pecuária extensiva no município de São Joaquim, Ene-

(7) Souza e Faria, citado por EHLKE, Cyro, op. cit., p. 63.

(8) SOUZA, Luiz Antonio, citado por COSTA, L., op. cit. p. 41.

no Batista Ribeiro tece o seguinte comentário:

A pecuária é sem dúvida alguma, a nossa principal indústria e a nossa maior fonte de renda (...).

A criação é feita pelo sistema extensivo, em campos nativos (...), cobertos de pastagens, pontilhados de capões correndo em cada quebrada um arroio que fertiliza as terras, por toda parte olhos d'água, banhados e pequenas vertentes, os nossos campos são excelentes (...). Se prestam tanto para sítios de criar, como para sítios de engorda" (9).

O município de São Joaquim, bem como outros municípios da região serrana como Lages e Curitibanos, iniciou o seu processo de desenvolvimento econômico e social com base na pecuária extensiva. E, do seio desta economia original, surgiu e se formou um tipo de trabalhador qualificado e adequado às lides do campo e criação de gado: o caboclo peão.

Praticamente até a segunda metade do século presente, à margem das fazendas de gados, desenvolveu-se uma agricultura rudimentar, baseada na pequena propriedade e na produção de alimentos com o fim de atender às necessidades básicas de subsistência. As plantações ficavam restritas as áreas de terras ainda não cobigadas pelos criadores de gado como as encostas de rios, as beiradas de matas e barrancos. Nestas áreas cultivava-se por meio de métodos primitivos (enxada, foice, machado, pá e fogo), o feijão, a batata, a moranga, o pepino e principalmente o milho. No mundo do trabalho da roça, fazia-se também o chamado "pixuru", que era uma forma de trabalho coletivo voluntário quando se tratava de uma tarefa que exigia maior número de tra-

(9) RIBEIRO, Enedino Batista, São Joaquim: estatística descritiva. Florianópolis, I.G.E., 1941, p. 43-44.

balhadores, como por exemplo, no tempo das colheitas das lavouras.

Quanto às matas de araucária⁽¹⁰⁾ ou de pinheiros como são denominados e conhecidos pelos serranos, representam um dos significativos exemplos de adaptação da floresta subtropical em terras do planalto de Santa Catarina. Estas matas aparecem com maior intensidade nas partes mais elevadas do planalto. Isso explica a existência e o ambiente ideal de desenvolvimento das matas de araucárias em solo do município de São Joaquim⁽¹¹⁾ que se apresenta como sendo uma das áreas mais altas do território catarinense e do Brasil, de um modo geral.

Sobre a existência das matas de araucárias em terras joaquineses, **Enedino Batista Ribeiro**, registra:

"A riqueza florestal do município de São Joaquim é muito grande. Do norte ao sul, de leste ao oeste, grandes matas e enormes capões cobrem consideráveis áreas de terras. Sendo que em solo joaquineses a araucária brasiliensis encontra habitat excelente, tendo espécime com mais de vinte metros de altura (...). O grande número de pinheiros (cerca de 10.970.000) existentes no município são de molde a perspectivar-se em promissor porvir" (12).

(10) KUNTZE é o seu nome científico usado entre os pesquisadores.

(11) São Joaquim apresenta um clima subtropical com inverno frio; altitude de 1.360 m e temperaturas médias de 11° C no período de inverno e 17° C, 4° C no verão.

(12) RIBEIRO, E.B., op. cit., p. 41-42.

No que se refere a algumas características específicas do perfil do pinheiro serrano catarinense, **Aujor Ávila Luz** descreve:

"(O pinheiro)⁽¹³⁾ tronco robusto de uns 150 cm de diâmetro e 20 metros de altura, que levou um século para crescer, eleva-se vertical e retilíneo para cima coroando seu topo com uma larga copa, formada de ramos simétricos em cuja extremidade se insere os tufos de pequenas folhas aciculares (...).
Ao longe, o longo porte atenuante a grossura do tronco, desenha-se esbelta a árvore, dando a impressão de uma taça de comprido pé" (14).

Estudos mais recentes sobre o pinheiro mostram que o mesmo pode alcançar em média cerca de 30 a 35 metros de altura, sendo que esta medida pode no entanto variar de acordo com o solo e com o estágio da vegetação. Como um recurso econômico, o pinheiro apresenta um alto potencial. Entretanto, para se tornar aproveitável à indústria necessita de um período mínimo de 60 a 80 anos de vida, tempo este que implica em certos cuidados indispensáveis no abate desta árvore nativa⁽¹⁵⁾. No mais, sabe-se que as florestas como um todo desempenham papel fundamental na química do solo e principalmente na economia da água. Logo, a destruição das florestas pela ação do homem representaria, ou

(13) Grifo nosso.

(14) LUZ, A.A., op. cit., p. 52.

(15) KLEIN, R.M., O aspecto dinâmico do pinheiro brasileiro. Itajaí, Sellowia, 1970. Maiores informações acerca da vegetação da região Sul e principalmente das matas de araucárias, ver MAACK, Reinhard, Geografia física do Paraná. Rio de Janeiro, José Olympio, 1981; IBGE, Geografia do Brasil: Região Sul. Rio de Janeiro, 1977.

melhor, provocaria um desequilíbrio natural entre a temperatura e a umidade do solo, o que seria indesejável não só para a natureza como para o homem, que depende da terra para sobreviver.

Praticamente na entrada da primeira década da segunda metade do século atual, a valorização da madeira nacional, e também internacional, e a existência de vastas áreas cobertas de matas de araucárias na Região Serrana do Planalto de Santa Catarina propiciaram o surgimento e o desenvolvimento de uma nova fase na economia da respectiva região, chamada de "**ciclo da Madeira**". Essa nova fase compreende a organização industrial das serrarias. A madeira, que antes era extraída não para ser vendida comercialmente, mas apenas para atender às necessidades da casa, para a ser vendida num mercado externo.

2. Da História

A história de ocupação e povoamento do planalto de Santa Catarina apresenta traços específicos e singulares, tornando-a distinta da que se sucedeu no litoral.

No correr do século XVII com o fim da chamada "**União Ibérica**" (1580 - 1640), Portugal tratou de ampliar as suas fronteiras e garantir o seu poder de domínio sobre as terras conquistadas frente às ameaças dos espanhóis. Dentro desta perspectiva, as políticas de colonização e povoamento portuguesa repercutem na história da ocupação do território catarinense, a começar pelo litoral.

No litoral catarinense, ainda no curso da segunda metade do

século XVII, ocorre a fundação dos primeiros núcleos básicos de povoamento como: São Francisco, 1658; Desterro, 1673 e Laguna, 1767. Uma das razões que motivara a fundação destes primeiros núcleos de povoamento era a de salvaguardar o território da ameaça de invasão por parte dos espanhóis. Contudo, parece que este processo de ocupação não chegou a representar um saldo significativo no sentido de fortalecimento do surto demográfico em toda a sua extensão, bem como não era suficiente para garantir a defesa do território⁽¹⁶⁾.

Dessa forma, a partir de 1748 intensifica-se o povoamento do litoral com a chegada dos açorianos e madeireiros, vindos das ilhas portuguesas do Atlântico. Ao longo dos anos, esta população aumentou de tal maneira que "em 1833, já é apontada a superpopulação como um fator de empobrecimento da gente de raiz açoriana"⁽¹⁷⁾.

No plano das relações sócio-produtivas, no litoral catariense, o regime de população baseado na pequena propriedade predominou inteiramente. E a população litorânea (luso-brasileira ou luso-açoriana) que ali residia, dedicava-se a diversar ati-

(16) Sobre o processo de colonização do espaço territorial de Santa Catarina, ver PIAZZA, W.F., e HÜBENER, L.M., Santa Catarina História da Gente. Florianópolis, Lunardelli, 1987; PIAZZA, W.F., História da colonização de Santa Catarina. Florianópolis, UFSC, 1981; CABRAL, O.R., História de Santa Catarina. Florianópolis, S.E.C., 1968; PIAZZA, W.F., Santa Catarina. Sua história. Florianópolis, Ed. UFSC / Lunardelli, 1963.

(17) PIAZZA, W. e HÜBENER, L.M., op. cit., p. 37.

vidades como: defesa marítima, pastoreio e serviço doméstico⁽¹⁸⁾.

Tal panorama perdurou, segundo **Ondina Pereira Bossle**, até aproximadamente 1850, quando ocorreu a nova imigração estrangeira que começou a modificar os padrões de interesses e conhecimentos⁽¹⁹⁾.

Contudo, as levas de imigrantes estrangeiros foram distribuídas de forma desigual. A tendência provinciana foi a de concentrar os imigrantes na regiões catarinenses do Vale do Itajaí e Nordeste do Estado. Os imigrantes, portanto, não atingiram a região do planalto serrano catarinense, isolada pelas barreiras naturais e pelas forças políticas da província. Assim, isolado do contexto social nacional e estadual, o planalto serrano catarinense entraria para a historiografia regional como "**território de passagem**" sujeito à ação colonizadora de outros tipos humanos, distintos na maneira de ser, de viver e de agir dos elementos povoadores luso-açorianos, alemães e italianos do litoral. A história, ou melhor, a realidade histórica do povoamento no planalto serrano catarinense seria outra, apresentando características diferentes das mencionadas na zona litorânea.

Sobre a história do povoamento do planalto serrano catari-

(18) Idem, O escravo numa economia minifundiária. São Paulo, Ed. da UDESC e resenha universitária, 1975, p. 219.

(19) BOSSLE, Ondina Pereira. História da industrialização catarinense. Florianópolis, Confederação Nacional da Indústria. Federação das Indústrias do Estado de SC.

nense, **Cyro Enlke** diz:

"Enquanto o litoral já havia recebido apreciável concurso povoador, o planalto catarinense, antigo Certão de Curitiba, até 1766 — ano da fundação de Lages —, haveria de permanecer oficialmente despovoado, muito embora penetrações já ali viesse sucedendo há mais de um século" (20).

Depois disso, o autor cita as possíveis causas que influenciaram no impedimento de um contato mais efetivo do homem litorâneo com as terras altas catarinenses:

"O planalto não foi conhecido do homem litorâneo por mais de um século (...). Havia os obstáculos naturais, de difícil transposição. As escarpas e os cumes desafiadores das serras do Mar e Geral, as febres e outras doenças tropicais (...), muito contribuíram para que estes não tivessem nem ânimo necessário, nem ambição para voltarem suas vistas e seus interesses aos cumes das serras e, conseqüentemente, ao planalto" (21).

O território da região serrana do planalto catarinense ficou ausente dos interesses políticos de povoamento português, até aproximadamente as duas primeiras décadas da segunda metade do século XVIII, quando mais especificamente em 1771 foi fundada a primeira Vila Serrana com o nome de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens, pelo paulista Antonio Corrêa Pinto. A partir daí, o território do planalto emergiu da pré-história para entrar na história, promovendo o antigo "pouso das tropas" à condição de Vila, mais ainda de "sentinela avançada do Brasil, no extremo sul". Conforme mencionou **Licurgo Costa**, "dela se desprende não apenas a preocupação defensiva do governo Lisboeta, mas também a de fazer, quando fosse oportuno, da povoação a ins-

(20) EHLKE, Cyro, op. cit., p. 33.

(21) Id. Ibid. p. 35.

talar, um ponto de apoio para uma ofensiva contra as reduções jesuíticas dos Sete Povos das Missões" (22).

Mas, embora o território do planalto permanecesse indistinto como expressão política e, até mesmo, geográfica, antes da fundação de Lages, na segunda metade do século XVIII, esta extremadura, no entanto, já se havia transformado em campos de gado, terras de índios e asilo para marginais, foragidos da justiça.

Sobre os índios do planalto serrano, sabe-se que eram vinculados à vida nômade, permanecendo pouco tempo em cada local. No plano da reprodução da vida material, destacavam-se como caçadores e coletores. Dispunham também de certas habilidades artesanais no feitiço dos instrumentos de çada e pesca e outros utensílios domésticos. Dada a abundância da caça e da pesca e outros frutos silvestres, não desenvolveram suficientemente técnicas agrícolas. Outro aspecto a destacar foi o da sua bravura na tentativa desesperada de impedir o avanço dos colonizadores sobre suas terras. Mas os caçadores de índios chamados "bugreiros" conseguiram satisfazer os interesses dos tropeiros, afugentar e exterminar a maioria deles (22).

(22) Na região Serrana Catarinense, os índios eram chamados de "bugres". Daí a palavra "bugreiros" atribuída a elementos hábeis na arte de afugentar e matar os bugres. Maiores informações sobre os índios do planalto, ver JUNIOR, Victor Peluso, In: Boletim Geográfico e Cartografia de Santa Catarina, Ano 3, nº 6, Julho/1949, p. 25.

(22) COSTA, Licurgo. O continente das Lagens. 1982. p. 705. Ver também EHLKE, Cyro, A conquista do Planalto Catarinense, 1973, p. 37.

Mas, apenas como território ocupado por índios e lugar de refúgio de uns poucos marginais e de gados criados ao Deus-dará, corria o risco de vir a ser território invadido pelos espanhóis, que já haviam deixado alguns vestígios de suas andanças por aquelas bandas.

Assim, as condições históricas da época, suscitando maiores precauções de defesa do território e coincidindo com a expansão do mercado de gado vacum, cavalares e muar para atender às necessidades de abastecimento das minas auríferas em Minas Gerais tornaram possíveis a conquista, a colonização e o povoamento do planalto. Como muito bem definiu **Guilhermino Cesar**, ao analisar a importância do fato econômico da descoberta de ouro em Minas Gerais, no século XVIII, a conjuntura foi extremamente favorável à descoberta do Sul. Por aqui havia cavalos, havia gado e mulas, havia proteínas baratas e animais de tração". "Criou-se, assim, um proteínato, em torno do qual se nucleou a defesa da terra e se gerou o novo bandeirismo: o ciclo pastoril⁽²³⁾.

No caso particular do povoamento do planalto catarinense, **Licurgo Costa**⁽²⁴⁾ se posiciona no sentido de reforçar a idéia segundo a qual somente com a abertura do "caminho do Sul" (1728-1730) propiciada pela expansão do gado, é que teriam começado a se estabelecer de forma mais definitiva os primeiros povoadores paulistas, lagunistas e rio-grandenses, na condição de tropei-

(23) CÉSAR; Guilhermino, O contrabando no Sul do Brasil. Porto Alegre, UCS/EST, 1978, p. 31.

(24) COSTA, Licurgo, op. cit., p. 12-16.

ros. Estes conduziam as tropas dos campos do sul para o mercado de Sorocaba em São Paulo, passando pelo território do planalto catarinense através do caminho do Sul, caminho este que se tornou uma via de passagem terrestre do gado em substituição à rota marítima, feita por meio do porto de Laguna.

Pela nova rota terrestre de condução do gado Rio Grande do Sul — São Paulo, os tropeiros sentiam a necessidade de descansar, tanto para si, como para as tropas. Nos lugares onde costumavam parar os animais, refazendo-os para prosseguir na longa marcha, passaram a ser conhecidos como "pousos de tropas". Conta-se que o pouso, o arroz de carreteiro e o pasto que os donos de ranchos cobravam não devia ser dos mais baratos. Tanto assim, que muitos tropeiros preferiam forçar a marcha e seguir em frente tocando as tropas. No entanto, quando os lageanos descobriram a intenção de queimar a etapa, tratavam de roubar o cinerco da mula madrilha. Sem o tilindar do sininho-guia, a tropa se dispersava pelos matos, obrigando os peões a uma parada forçada, para juntarem os animais de novo⁽²⁵⁾.

Os pousos evoluíram formando os primeiros núcleos básicos de pequenos povoados que ao longo dos anos se transformaram em vilas serranas como: Lages, Curitibanos, São Joaquim e Campos Novos.

Enquanto o produto do novo ciclo pastoril denominado "tro-

operação
(25) ALVES, Márcio Moreira, A força do povo: democracia representativa em Lages. São Paulo, brasiliense, 1988, p. 21.

peirismo"⁽²⁶⁾ que tem seu início no curso do século XVIII, alcançava seu apogeu no século XIX, estendendo-se até meados do século XX, quando decai o comércio de animais na feira de Sorocaba (SP), as vilas serranas do planalto catarinense apresentavam características comuns. A mais importante é o fundamento econômico: a pecuária baseada na grande propriedade.

O tropeirismo, produto do novo ciclo pastoril, determinado pela descoberta de ouro em Minas Gerais, no século XVIII, constitui a origem histórica e o fundamento econômico, social e cultural da civilização campeira da Região Serrana do Planalto catarinense, de onde emergiram, de um lado, proprietários, fazendeiros criadores de gado e, de outro lado, os não proprietários, na maioria caboclos, trabalhadores nas fazendas de gado.

Conforme mostra **Licurgo Costa**, no período de 1800 a 1880, tirando a pecuária evoluida da produção de cavalgadura para a de gado de corte, só de raro aparecia, na Câmara Municipal de Lages, pedido de licença para explorar uma indústria. Isso ocorria, em parte, pela facilidade que os povoadores da vila tinham em obter terras devolutas⁽²⁷⁾.

No plano demográfico, Lages, a primeira vila serrana, segundo dados do recenseamento de 1848, tinha uma população de 6.000 habitantes. Em 1872, a população já era de 14.734 habi-

(26) Maiores informações sobre o "tropeirismo", ver EHLKE, Cyro, op. cit.; GOULART, J.A., Tropas e Tropeiros na formação do Brasil. Rio de Janeiro, Editora Conquista, 1961.

(27) COSTA, Licurgo, op. cit., p. 858-861.

tantes. Mas, de um modo geral, a Região Serrana como um todo, permanecia praticamente despovoada. Apenas no curso do primeiro quartel do século presente ocorreu um sensível movimento de imigração interna em consequência do início da construção da estrada de ferro ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul. Sensível porque este movimento restringiu-se mais especificamente na região do Meio Oeste Catarinense, conhecida como Região do Vale do Rio do Peixe.

Nas regiões serranas, atualmente incorporadas à AMURES; somente ocorreu um sensível aumento na população por volta da segunda metade deste século, quando se instalaram e se organizaram as chamadas serrarias ligadas à indústria de extração e comercialização dos pinhais existentes, provocando um pequeno movimento de imigração interna. Neste movimento, chegou aos municípios serranos catarinense, particularmente em Lages e São Joaquim, um número considerável de contingente de filhos de imigrantes italianos, vindos do Rio Grande do Sul. Foram estes — os gringos, como são conhecidos pelos serranos — que iniciaram a exploração da araucária em grande escala.

Contudo, por volta da década de 1870, com o fechamento de grande parte das serrarias em consequência do esgotamento das matas de araucárias, fortaleceu-se a tendência para um saldo negativo no panorama da população destes municípios.

3. Do Homem

De uma maneira geral, o homem do Planalto Catarinense é co-

nhecido pelo nome "serrano". Essa expressão é usada frequentemente no sentido de diferenciar os indivíduos que formam o mosaico da população que habita as zonas do território de Santa Catarina. Assim, neste território, encontram-se tipos de pessoas como: o "praioano" em zonas de beira oceânica, "o colono", em zona de colonização⁽¹⁾ propriamente dita; o "serrano", em zonas dos campos e pinhais do planalto. Cada qual com suas especificidades e particularidades históricas, econômicas, culturais e sociais.

Sobre o Serrano, Lourival Câmara, descreve algumas das suas características relacionadas à formação étnica, econômico-social e psíquica:

No tocante ao aspecto étnico, ele diz:

"O serrano, revivência somática do bandeirante, do mameluco, cuja antropogênese, por sua vez, é das mais complexas: resultante do cruzamento do complexo português, onde vários sangues se englobaram, com o índio tupi ..."(2).

No que diz respeito às determinações econômico-sociais, ele descreve:

"Gerado por uma sociedade formada por grupo humano e habitat diferente dos que estruturaram a praiana, o serrano há de ter, isso facto, diferente, mesmo antipótica, psicologia. O fundamento econômico da sociedade serrana foi a pecuária, conseqüentemente do latifúndio e da expansão daquele ciclo, fruto do bandeirismo ..."(3).

(1) Maiores informações sobre as zonas de colonização de Santa Catarina, ver PIAZZA, W.F. & HÜBERNER, L.M., 1987, p. 27-83.

(2) Trechos extraídos do texto de LOURIVAL, C., citado por COSTA, Licurgo, O continente das Lagens. Fpolis, FCC, 1982, p. 538.

(3) Ibidem.

Quanto à formação psíquica, diz ele:

O meio imprimiu, na fisionomia psicológica do serrano o senso de extensão, da liberdade, da grandeza, da riqueza, do sentimento do infinito. A ascendência tupi lhe transfundiu a profundidade dos sentimentos, no ódio como no amor, o cunho da hospitalidade e o característico da mobilidade. A hereditariedade lhe gravou, forte, a ambição, o autoritarismo, expressivo no português (...). A alimentação, de outra parte, excessivamente carnista do serrano, serviu-lhe para a acentuação do absolutismo ..."
(4).

Nesses termos, considera-se que o entendimento e a compreensão do homem da Serra catarinense só é possível pelo conhecimento da sua especificidade histórica, social e individual.

Esta idéia é expressa em outros termos por Adam Schaff, teórico da linha marxista:

"... se o isolamos do seu contexto cultural e social, torna-se impossível compreender o homem, mesmo sob o único aspecto das suas determinações naturais, pois estas são o resultado de uma evolução sobre a qual o fator social exerce também a sua ação" (5).

Assim, o homem é entendido, não apenas como resultado dos condicionamentos de ordem natural, como um simples exemplo da espécie biológica, como um ser abstrato, mas como um indivíduo concreto, como um produto das relações sociais em seu conjunto.

Contanto, o homem serrano que constitui o elemento humano da pesquisa em andamento é o "caboclo"⁽⁶⁾. O que caracteriza e

(4) Ibidem.

(5) SCHAFF, Adam. História e verdade. São Paulo, Martins Fontes, 1983, p. 80-81.

(6) Segundo Aujor Ávila Luz, o termo "caboclo" que no começo designava o índio e que depois se estendeu ao próprio branco, sugere que se aplique ao mestiço de ambos, com possíveis traços de sangue negro (LUZ, op. cit., p. 44).

identifica esse tipo humano e social?

O caboclo do Planalto Serrano Catarinense em sua composição étnica apresenta elementos resultantes da mistura entre o índio, o português e o negro. Daí não existir entre os caboclos um tipo físico homogêneo conforme relata **Ari Martendal**:

"Não há um tipo homogêneo entre os caboclos serranos. Há caboclos de diversas estaturas. A pele geralmente morena. Mas há caboclos bem claros e outros bem escuros. O que se pode dizer é que apresentam uma compleição bastante resistente, feita às rudezas do clima, gerando frio, da região e do trabalho bruto que exerce" (7).

Frente a essa diversidade na constituição física, a tentativa de definição do caboclo serrano catarinense não podia ser outra senão aquela expressa por **Joaquim Ribeiro** em relação à identidade do brasileiro: "o brasileiro não existe; existem sim, os brasileiros" (8). Parodiando-o, afirma-se que caboclo não existe, existem sim, os caboclos que, no contexto geral da região do Planalto Catarinense, formam a maioria da população.

Esta diversidade tende a aumentar na medida em que a sociedade brasileira, de um modo geral, apresenta, em sua estrutura humana, uma tipologia variada de caboclos, entre os quais se destacam o gaúcho rio-grandense, o matuto mineiro, o sertanejo das caatingas cearenses, o peão do pantanal matogrossense, o caipira paulista e outros mais. Isto não quer dizer, contudo, que o caboclo serrano de Santa Catarina não se enquadre e não se

(7) MARTENDAL, J.A.C., 1980, p. 36 (Dissertação de Mestrado).

(8) RIBEIRO, Joaquim. Os Brasileiros, R.J., Pallas, 1977, p. 3.

identifique com esses protótipos de trabalhadores em várias dimensões, em vários outros aspectos no que se refere à saúde, à justiça e à instrução. De uma forma geral, esses trabalhadores formaram-se e desprenderam-se de estruturas econômicos-sociais de dominação do tipo patrimonialista, onde a quantidade de terra (latifúndio) foi a dimensão do poder hegemônico das chamadas classes aristocráticas e onde se concebiam as desigualdades como resultado das leis naturais. Na situação histórica atual, formam a maioria dos trabalhadores que, nada possuindo senão sua força de trabalho, vendem essa força de trabalho ao capital, em troca da subsistência.

De todos os protótipos de trabalhadores citados acima, é em relação ao gaúcho do Rio Grande do Sul que o caboclo do Planalto Catarinense, particularmente, o peão, apresenta maiores traços, sobretudo culturais, em comum. Muitos elementos culturais do gaúcho, da sua tradição, dos seus costumes, fazem-se presentes na maneira de viver do caboclo catarinense, do seu pensar, da sua comunicação, do seu trabalho, da sua vestimenta e do seu lazer.

Já no chamado "**caboclo roceiro**" sobressai a influência da cultura indígena. Além dos caracteres relacionados ao aspecto genético, biológico, como baixa estatura, cabelos negros e grossos, mãos e pés pequenos, a cor da pele em tom pardacenta, nariz achatado, o caboclo preservou outros aspectos fundamentais da cultura do índio da região.

No trabalho, o caboclo preservou do índio os métodos pri-

mitivos e as técnicas rústicas de preparação da terra, plantio e colheita da pequena lavoura de milho, feijão, batata e moranga. O milho constitui a base da sua alimentação complementada pela carne, mel e frutos silvestres, principalmente o pinhão.

Na saúde, grande parte dos medicamentos dos caboclos usados na cura das suas enfermidades tem muito a ver com a cultura da preservação da saúde indígena. Sobressaem na cultura medicinal dos caboclos as ervas, folhas e raízes de plantas medicinais, cujas propriedades terapêuticas muito bem define e conhece.

Na parte do artesanal, destacam-se a fabricação de balaios e cestos de taquaras, bruacas de couro, gamelas, canoas e remos de madeira.

No sentimento religioso, o profundo respeito pelas forças da natureza, caracterizado como feiticismo ou antropismo do índio, estende-se ao profundo respeito pelos mortos.

Da sua íntima relação com a natureza, esse tipo humano extraiu o seu conhecimento da realidade geográfica, cultural e social, regulado pela natureza e pela necessidade primordial da lei de sobrevivência. Fez-se homem audacioso e forte, mas também supersticioso e fatalista⁽⁹⁾, deixando-se levar pelas forças

(9) Segundo Helcion Ribeiro, o fatalismo do caboclo serrano catarinense se reveste na sua linguagem como confiança na providência divina. O caboclo ama desesperadamente a vida e tem certeza de que Deus olha por ele, sendo pobre e cheio de fé, de uma fé confiante e fiducial mesmo que possa ela se abeirar do infantil ou ingênuo. RIBEIRO, Helcion, op. cit., p. 99.

da natureza e, sobretudo, pela proteção e confiança absoluta de Deus, no que busca a segurança para a sua vida, em todas as suas dimensões. Esta confiança em Deus, caracteriza, no caboclo, um modo resignado de aceitar as coisas como venham, boas ou más. Por exemplo, quando lhe sucede uma desgraça, acredita que esta estava escrita e que tinha que ser assim mesmo, não podia ser de outro jeito. Dessa maneira, o caboclo passou a ser descrito como sendo um indivíduo que vive extremamente em um "mundo mágico e misterioso", o qual, toda vez que vê alguma estátua de madeira ou alguma imagem do seu Santo preferido, São Jorge ou São Sebastião, e outros como São Coste, São Damião, porsta-se de joelhos e introduz as suas orações e promessas. Os milagres, os espectros, os duendes, os fantasmas, o inferno, as maldições, os maus olhados, e mil e outras visões dessa natureza, são os assuntos mais comuns das conversas entre os caboclos serranos, sendo que, quanto mais extraordinárias são essas coisas, com tanto maior prazer são elas ouvidas e facilmente acreditadas. Estes comportamentos de caráter religioso e social tornaram-se, na boca dos pregadores, um meio de tirar proveito da credence popular. Um exemplo disto, foi o chamado movimento do Contestado, ocorrido no planalto catarinense, no curso das duas primeiras décadas do século atual (10).

(10) QUEIROZ, M.I., La guerre Sainte au Brésil: le mouvement messianique du Contestado. São Paulo, Fac. de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1957, p. 97. Maiores informações, ver Duqlas Teixeira Monteiro, Os errantes do novo século, São Paulo, Duas Cidades, 1974.

Ainda em relação à questão religiosa, na concepção do caboclo não ocorre a separação entre o sagrado e o profano. Essa unidade entre o sagrado e o profano manifesta-se em suas festividades onde estão presentes, além das orações, terços, missas e outras manifestações religiosas, as cantorias, os fandangos, os jogos, leilões e outras coisas mais. Assim, as festas apresentavam uma dimensão social, propiciando a oportunidade de encontros entre as pessoas que viviam isoladas no pequeno mundo das vilas rurais.

Esse caráter "**profano**" da religiosidade dos caboclos do Planalto Catarinense é relatado por frei Rogério Neuhaus representante da Igreja Oficial e denominado o "**Apóstolo do Planalto**", entre o final do século XIX e início do século XX:

"Quase não conheciam a recepção dos santos sacramentos, da confissão e da comunhão (...). A Santa Missa, nos domingos, no começo, foi assistida apenas por três a quatro pessoas (...). Só quando havia festas, o povo ocorria, mas — abstraindo de raras excessões — não para rezar, mas para se divertir"(11).

Esta mesma visão do comportamento religioso dos caboclos é expressa pelo Pe. José Spindola, que se refere aos cabolcos chamando-os de "**brasileiros**":

"Os brasileiros vinham poucos a missa, eram disciplinados, a reza e o canto eram fracos. Mal varrida ficava a capela; às vezes, havia flores; as toalhas eram pobres e até sujas, quase ninguém confessava, muito menor era o número de comungantes"(12).

(11) SINZIG, Pedro - Frei Rogério Neuhaus, Petrópolis, Imprematur, 1939, p. 92 e 128.

(12) SPINDOLA, José, citado por RIBEIRO, Helcion, Cinco visões Sócio-antropológica do caboclo catarinense, 1988 (Mimeografado).

Este fato contribuía igualmente para reforçar a importância dos elementos de origem alemã na conservação da religiosidade oficial:

"Na visita mensal quando era vez dos de origem alemã tudo estava muito limpo, as flores estavam frescas e bonitas, toalhas engomadas, chão todo cheiroso e encerado; o povo vinha com suas roupas mais festivas. Os cantos eram vibrantes e até a várias vozes" (13).

As críticas aos caboclos por elementos de outra nacionalidade não se restringiam apenas à esfera religiosa. Em 1858, **Robert Avé-Lallemant** descreve sobre as gentes serranas, o seu estilo de viver, qualificando-os de **"indolentes"** e **"preguiçosos"** a idéia de superioridade do lavrador alemão:

"Nunca vi tanta indolência, tanta preguiça como entre os camponeses de Lages" (14).

Depois disso, diz ele:

"Se aos homens indolentes enviassem, como concorrentes na terra alguns milhares de lavradores alemães, poderia haver uma completa transformação, com a qual não ficariam satisfeitos os grandes estancieiros e ainda muito menos os pequenos cultivadores ..." (15).

Do ponto de vista social, o caboclo é definido como sendo um homem **"desclassificado"**, **"pobre"**. As expressões são do historiador **Oswaldo Cabral**:

"Era pobre. Desclassificava-se economicamente. Con-

(13) Ibidem.

(14) **AVÉ-LALLEMANT, Robert, Viagens pelo sul do Brasil (1858), Rio de Janeiro, M.E.C/I.N.L., 1953, p. 79.**

(15) Ibidem.

seqüentemente, também, no plano social" (16).

O caboclo, no plano social, é definido ainda como um tipo "iletrado", criado em fazenda ou em roça e que alcançava a vida adulta sem economias próprias⁽¹⁷⁾. Este indivíduo, acostumado à simples necessidade de subsistir, era avesso ao expansionismo econômico e ao progresso⁽¹⁸⁾. Assumia dessa forma as características de um indivíduo "conservador" e "fatalista" uma vez que aceitava as coisas como vinham, sejam elas boas ou más.

Assim, as condições sociais e históricas no planalto serrano catarinense geraram um tipo humano e social distinto de outros indivíduos como o italiano, o alemão, o polonês, o açoriano e outros que fazem parte da população de Santa Catarina. Condições estas que, por sua vez, não propiciaram a formação e o desenvolvimento da consciência crítica, das práticas transformadoras, movedoras das mudanças sociais. Mas, pelo contrário, caminharam no sentido da conservação das relações sociais dominantes e da criação de uma força de trabalho despossuída, dependente e subalterna.

Ademais, o caboclo que já se encontra no Planalto Serrano Catarinense desde a primeira metade do século XVIII, donde se espalhou pelo extremo oeste, no momento atual da história catarinense, esse indivíduo desce também rumo ao litoral e outras

(16) CABRAL, 1979, p. 89-93.

(17) Ibidem.

(18) MARTENDAL, 1980, p. 37.

partes do território brasileiro em busca de novos mercados de trabalho, colocando à disposição do capital o seu único meio de sobrevivência: a força de trabalho.

II - INTRODUÇÃO AO CONHECIMENTO DO TRABALHO COMO CONSTRUÇÃO HISTÓRICA

1. O exemplo "clássico" inglês

Parece fazer parte da ordem natural das coisas que exista na sociedade, de um lado, uma minoria de pessoas detentoras dos meios de produção e, de outro, uma maioria possuidora da força de trabalho e ansiosa para entrar numa fábrica, a fim de trabalhar em troca de vencimentos salariais. Contudo, isso não é absolutamente uma determinação natural. De uma maneira geral, o homem só trabalha para outro quando é obrigado, porque não têm outra alternativa que favoreça produzir para si os meios necessários à subsistência⁽¹⁾.

Entre algumas das principais fontes do trabalho para o conhecimento e aprofundamento teórico da questão do trabalho como formação histórica destacam-se as obras de Karl Marx, principalmente "O Capital" e "A ideologia alemã". Na primeira, Marx analisa e explica a origem da relação entre os possuidores de

(1) Segundo Léo Huberman, enquanto o homem tiver acesso à terra, onde produzir para si, não trabalhará para mais ninguém. A história dos Estados Unidos prova isso. Enquanto houve terra barata ou de graça no Oeste, houve uma marcha para o Oeste, o que significava dificuldade de arranjar braços no Leste (HUBERMAN, 1982: 173).

dinheiro e os meros possuidores das próprias forças de trabalho, tomando como variável determinante, não a natureza, mas o desenvolvimento da história e das revoluções econômicas. Conforme ele próprio expressa:

"A natureza não produz, de um lado, possuidores de dinheiro ou de mercadorias e, do outro, meros possuidores das forças de trabalho. Esta relação não tem sua origem na natureza, nem é mesmo uma relação social que fosse comum a todos os períodos históricos. Ela é evidentemente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, o desaparecimento de uma série de antigas formações da produção social" (2).

A análise histórica do trabalho, opõe-se, dessa maneira, à concepção natural, espontânea e religiosa. Esta última procura reforçar o pressuposto teológico, segundo o qual o homem foi condenado a comer o pão com o suor de seu rosto. Mas a leitura econômica explica o verdadeiro motivo porque existem, na ordem real, pessoas que escapam a esse mandamento divino, que veem crescer continuamente o volume da riqueza e pessoas que acabaram ficando sem ter outra coisa para subsistir além da própria força de trabalho.

Marx, com base em sua concepção materialista e histórica de leitura do real, analisa a formação do trabalhador inglês como um "exemplo clássico" (3). Em sua investigação, descreve sobre

(2) MARX, K., O Capital. Vol I. São Paulo, Difel, 1987, p. 189.

(3) De acordo com a explicação de Marx, a história de expropriação dos camponeses assume coloridos diversos nos diferentes países, percorre várias fases em consequência diversa e em épocas históricas diferentes. Encontramos sua forma clássica na Inglaterra (MARX, O Capital, vol. II, 1987: 831).

o processo histórico que dissocia o trabalhador dos seus meios de produção, processo este por ele denominado de "acumulação primitiva"⁽⁴⁾.

A expropriação dos camponeses da Inglaterra está relacionada a um fator econômico: a crescente demanda de lã como matéria-prima para as manufaturas de tecidos difundidas no contexto da sociedade inglesa. Em consequência deste fato, muitos senhores feudais passaram a ocupar-se com a criação de ovelhas. Esta, requerendo extensas áreas de pastagens, forçou a expulsão dos camponeses das terras cultiváveis. Assim, o cercamento das terras vai acontecendo e com ele criam-se duas classes sociais: a dos grandes latifundiários e a dos camponeses sem terra. As terras expropriadas são transformadas em campos de pastagens e exploradas em moldes capitalistas. Os camponeses expropriados do seu principal meio de produção — a terra — formaram os enormes contingentes humanos que afluíam às manufaturas⁽⁵⁾ para lá comercializar o que lhes restou para subsistência, a força de trabalho.

As origens das relações entre trabalho e capital são explicadas, assim, a partir das determinações sociais e historicamente constituídas. Resultam não de uma lógica natural, mas de

(4) MARX, O Capital. Vol. II, 1987: 828-894.

(5) O período chamado manufatureiro descrito por Marx, se estende praticamente do século XIII ao século XVIII. Neste período a classe operária inglesa se forma "traumaticamente" pela ruptura dos vínculos sociais e separação, em geral, violenta, de uma parte dos trabalhadores de seus meios de produção.

um processo pelo qual o trabalhador agrícola foi separado dos meios de produção, e em especial da terra, e transformado em trabalhador assalariado. Nesta linha de pensamento, a história da criação de uma oferta necessária à produção capitalista deve, portanto, ser a história de como os trabalhadores foram privados dos meios de produção. **Huberman** escreve a esse respeito:

"Somente quando os trabalhadores não são donos da terra e das ferramentas, somente quando foram separados desses meios de produção, é que procuram trabalhar para outras pessoas. Não fazem por gosto, mas porque são obrigados, a fim de conseguir recursos para comprar alimentos, roupas e abrigo, de que necessita para viver. Destituídos dos meios de produção, não tem escolha, devem vender a única coisa que resta: sua capacidade de trabalho" (6).

O recrutamento dos trabalhadores agrícolas para a nova forma de produção como se desenvolveu na Inglaterra desde começos do século XVIII, na base da reunião de todos os meios de produção em mãos dos capitalistas, realizou-se às vezes, utilizando de meios coercitivos muito violentos. Entre estes figuram, sobretudo, a lei de pobres e a lei de aprendizes da Rainha Elizabeth. **Max Weber**, explica às razões que deram origem a esses regulamentos:

"... Tais regulamentos (lei de pobres e a lei de aprendizes) fizeram-se necessários dado o grande número de vagabundos que existiam no país, pessoas que a revolução agrária havia convertido em deserdados. A expulsão dos pequenos agricultores pelos grandes arrendatários e a transformação das terras cultiváveis em pastagens determinaram que o número de trabalhadores necessários no campo se fizesse cada vez menor, dando lugar a um excedente de população que se viu submetido ao trabalho coercitivo. Quem não

(6) **HUBERMAN, Leo. História da riqueza do homem.** Rio de Janeiro, Zahar, 1982, p. 174.

se apresentasse voluntariamente era conduzido às oficinas públicas regidas por severíssimas disciplinas. Quem, sem permissão do mestre ou do empresário, abandonava seu posto no trabalho era tratado como vagabundo; nenhum desocupado recebia ajuda senão mediante seu ingresso na oficina coletiva. Por estes procedimentos recrutaram-se os primeiros operários para a fábrica. São contra-gosto chegaram a essa disciplina de trabalho. Mas a onipotência da classe abastada era absoluta; apoiava-se na administração por meio dos juizes de paz, os quais à falta de uma lei obrigatória, administravam a justiça tão-somente de acordo com um conjunto de instruções particulares, segundo o próprio arbítrio; até a segunda metade do século XIX dispuseram a seu talento da mão-de-obra, inserindo-a nas novas indústrias" (7).

Marx, por outro lado, aponta também para a questão cultural como um dos elementos básicos que integra o processo de desenvolvimento da classe trabalhadora ajustado às exigências específicas do modo de produção. Neste sentido, não basta que as condições de trabalho apareçam num pólo como capital e no outro pólo pessoas que nada têm para vender a não ser sua força de trabalho. "Na evolução da produção capitalista", explica ele, "desenvolve-se uma classe trabalhadora que, por educação, tradição, costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais, evidentes" (8). Daí decorre, a necessidade da articulação entre estrutura e superestrutura para a compreensão da realidade histórica da formação do trabalhador.

A relação infra-estrutura-superestrutura articula-se plenamente na análise de **Antoni Gramsci** sobre a relação entre ação e consciência das classes dominadas. A consciência das classes

(7) De Max Weber citado por Mariano Fernandez Enquita, A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre, Artes Médicas, 1989, p. 37.

(8) MARX, O Capital. Vol. I, 1987, p. 854.

dominadas, isto é, a sua cultura, a sua maneira de ser e de pensar, permanece marcada pela ideologia das forças econômicas e políticas dominantes contrárias, na medida em que os trabalhadores são educados num espírito que se opõe não só a seus interesses fundamentais, mas também à sua própria práxis. Por meio da construção da cultura, a classe detentora dos meios de produção busca de todas as maneiras ocultar as contradições entre forças produtivas e relações de produção, entre infra-estrutura e superestrutura (9).

Thompson mostra também que o enquadramento dos camponeses e artesãos nas disciplinas exigidas pela nova forma de produção com base nas relações capitalistas realizou-se por meio de uma profunda revolução cultural:

"A economia moral dos artesãos e as tradições dos camponeses foram varridas pela ideologia capitalista do livre mercado. (...) A busca de um equilíbrio entre a satisfação das necessidades de consumo e o esforço de trabalho necessário para isso foi substituída pela identificação do bem-estar com o mito do consumo sem fim. A apreciação do trabalho como parte integral da vida que devia ser julgada por seus valores materiais e morais intrínsecos cedeu terreno à sua consideração como mero meio de conseguir satisfações extrínsecas. As redes comunitárias de solidariedade, reciprocidade e obrigações mútuas de artesão e camponeses (...), foram substituídas pela atomização das relações sociais"(10)

(9) GRAMSCI, Antonio, Concepção dialética da história. Rio de Janeiro, Civ. Bras., 1986. Ver também GRAMSCI, Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro, Civ. Brasil, 1978.

(10) Edward P. Thompson, A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro, Paz e Terra ou citado por ENGUITA; op. cit., p. 28. Sobre a questão das transformações culturais implicadas na formação do trabalhador, ver ainda HOBBSBAWN, E.J., Mundos do Trabalho, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

Desse modo, observa-se que a criação do trabalhador disponível para o capital não se deu apenas ao nível das condições especificamente materiais, mas também a longo prazo, como resultado de transformações culturais, de ideologização e condicionamento da classe social despossuída a favor do trabalho regular e da forma de pagamento em salário para compra da força de trabalho. A subordinação do trabalhador ao capital tornou-se, assim, algo não meramente formal mas sobretudo, uma condição real⁽¹¹⁾, no contexto da história das forças produtivas.

2. O exemplo brasileiro

Paul Singer observa que a transformação do trabalhador agrícola em força de trabalho assalariada ocorreu mediante a expropriação direta de posseiros e o empobrecimento gradativo e contínuo de pequenos agricultores. Ao lado da expropriação de camponeses, que dá, muitas vezes, lugar a dramáticos e sangrentos conflitos de terra, ocorre ainda, segundo ele, um processo mais silencioso, pelo qual o próprio progresso técnico expulsa da agricultura, continuamente, centenas de milhares de pessoas trabalhadoras. Processo este descrito pelo próprio nos seguintes termos:

(11) A subordinação formal do trabalhador está vinculada a um modo de produção não predominantemente capitalista enquanto a sujeição real do trabalhador ao capital somente ocorre quando o modo de produção apresenta caráter especificamente capitalista (Cf. MARX, O capital, Vol. II, 1987: 585).

"A mecanização das lavouras leva à expulsão muitos parceiros e agregados e à ruína de camponeses autônomos. Em zonas de ocupação antiga, cai a fertilidade da terra e a propriedade camponesa diminui por causa da sua subdivisão por herança. Os minifúndios que daí resultam não proporcionam mais o sustento da família camponesa, cujos membros migram para a cidade. O uso de trator também tem o mesmo efeito, ao diminuir a oportunidade de ganho de salários, por ocasião das colheitas, nas fazendas, para os pequenos lavradores e seus familiares das vizinhanças" (12).

Frente a tudo isso, o trabalhador agrícola busca ainda um equilíbrio entre a satisfação das suas necessidades básicas e o esforço de ganhar mais dinheiro para garantir o bem-estar gerado pelo desenvolvimento da moderna tecnologia que se estende ao campo. A esse respeito ele comenta:

"... , o agricultor enfrenta a necessidade de ganhar cada vez mais dinheiro para eletrificar sua propriedade e pelo menos poder adquirir uma bomba d'água, uma geladeira e um rádio, o seu empobrecimento relativo se torna insuportável (...)" (13).

Assim, dadas essas condições de vida, ao trabalhador agrícola brasileiro não resta outra opção senão a de migrar para a cidade, onde, de um modo geral, ingressa na classe operária. A migração constitui, dessa forma, um fator de proletarização em face às determinações do modo de produção capitalista. Determinações estas já manifestas pelo mesmo desde o início da atual etapa da formação da classe operária brasileira, a partir de 1940, quando toma vulto o processo de industrialização no país. Este processo industrial cria no país a chamada grande indús-

(12) SINGER, Paul. A formação da classe operária. São Paulo, Editora da Univ. Estadual de Campinas, 1986, p. 62.

(13) Id.,. Ibid., p. 63.

tria⁽¹⁴⁾ com base no capital estrangeiro e no controle do Estado⁽¹⁵⁾.

Antes da etapa atual, onde predominam as relações de produção capitalista, o regime escravocrata constitui o pano de fundo da história da formação da classe operária, no Brasil, até 1888. Ao lado dos escravos que se achavam amarrados à senzala existiam os chamados trabalhadores livres, como lavradores, merceeiros, condutores de tropas de mulas. Estes dispunham de meios de produção próprios e, não se dispunham a trabalhar para outros, também por uma questão de cultura, uma vez que a idéia de trabalho e o ato de trabalhar era visto e tido como algo degradante, coisa de escravo ou de homens pobres.

Sobre esta questão cultural do trabalho, no Brasil, José Antonio Tobias aponta para a sua origem e qualidades:

"A idéia de trabalho, importaria da Idade Média por intermédio do português do século XVI, chegou ao Brasil com as seguintes qualidades: 1) o cavaleiro, o nobre como senhor feudal, só se dedicava ao trabalho de mandar, de guerrear, de supervisionar e, portanto, só esse tipo de trabalho dignificava o homem e fazia o futuro nobre, o homem de

(14) A chamada grande indústria no Brasil, formada por estabelecimentos de grande porte, em que são fabricados produtos intermediários como aço, alumínio, cimento, papel, plástico, bens duráveis de consumo como automóveis, eletrodomésticos, televisores etc., e bens de capital como máquinas de toda espécie, motores de caminhões, navios, aviões, tratores etc.

(15) Para maiores informações acerca do desenvolvimento do processo de industrialização no Brasil consultar: OHLWEILER, Otto Alcides, Evolução sócio-econômica do Brasil: do descobrimento à Nova República, Porto Alegre, Tchê, 1987; FURTADO, Celso. Desenvolvimento = subdesenvolvimento, Rio de Janeiro, Fundo de cultura, 1961; CARDOSO, F.H., Política e desenvolvimento em sociedades dependentes, R.J., Zahar, 1971. JAGUARIBE, J., Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.

bem no Brasil; 2) o trabalho braçal era considerado coisa de pobre e de escravo e desdouro para pessoa que se preza ..." (16).

Ainda na linha da caracterização da idéia de trabalho predominante no Brasil, Tobias acrescenta o fator autóctone:

"A influência indígena. O índio habituado à vida livre das selvas não estava acostumado ao trabalho marcado e imposto, seja braçal ou não ..." (17).

Frente a isso, o "caipira" ou o "elemento nacional" fora considerado incapaz de adaptar-se às exigências do trabalho regular nas plantações⁽¹⁸⁾. Por outro lado, para suprir a falta de mão-de-obra para a cafeicultura e outras atividades básicas, foram criados incentivos nacionais no sentido de motivar o processo de imigração de colonos europeus para o país. Assim, atraído pelo sonho de tornar-se proprietário, o colono chegava ao Brasil disposto a aceitar os trabalhos mais duros impostos pelos latifundiários do café. O colono apresentava ainda a vantagem de vir já expropriado de seus meios de produção e adequado ao trabalho regular, em relação ao elemento nacional. Dessa forma, em lugar dos escravos libertos com a abolição (1888), introduziu-se nos cafezais um semiproletariado agrícola na forma do "colonato"⁽¹⁹⁾. A política de imigração trouxe a São Paulo

(16) TOBIAS, J.A., História das idéias no Brasil. São Paulo, E.P.U., 1987, p. 35-36.

(17) Id., *Ibid.*

(18) KOWARIGK, L., Trabalho e vadiagem, S.P., Brasiliense, 1987.

(19) "Este era um regime contratual em que o trabalhador e sua família ganhava um salário em dinheiro pelo tratado de determinado número de pés de café e um pedaço de solo para cultivar alimentos ... No Brasil o colono era um trabalhador agrícola e como tal vendia não apenas sua força de trabalho, mas também os produtos do seu trabalho" (SINGER, 1986: 51-52)

entre 1893 e 1928, cerca de 1.114.000 europeus, quase o triplo do número efetivamente necessário à cafeicultura" (20). Em 1893, dos 130.775 habitantes de São Paulo, 54,6% eram estrangeiros e apenas 11,1% pardos e pretos. Ainda os estrangeiros representavam 79% dos trabalhadores manufatureiros e 85% dos artesãos da cidade (21).

Diante deste quadro, considera-se que a onda de imigração européia deu um impulso decisivo na história da formação da classe operária, no Brasil (22). Embora, como se sabe, muitos dos sonhos dos imigrantes (de fazer da América o lugar de vida e de trabalho autônomo) não se tornaram realidade, seja de direito, seja de fato (23).

No entanto, segundo Paul Singer, de uma forma geral se pode dizer que o proletariado que se forma no Brasil, até 1920, era em sua maioria de serviços — funcionários públicos, ferroviários, portuários, etc — e a maioria ocupada em estabeleci-

(20) Spindel, 1979, p. 134, citado por Paul Singer, op. cit., p. 53.

(21) Fernandes, 1964, p. 11 a 15, citado por Paul Singer, idem.

(22) "Enquanto durou a escravidão, o início da formação do proletariado brasileiro, no dizer de Singer, é de escassa significação, a ponto de mal haver menção a ele nos registros históricos (Singer, 1986; 55).

(23) Muitos colonos jamais conseguiram dinheiro suficiente para adquirir seus próprios meios de produção (terra, animais e outros); muitos não conseguiram juntar mais que o valor da passagem de retorno à terra de origem. Nessas condições, viam-se obrigados a permanecer no Brasil e, conseqüentemente, a firmar contrato de trabalho com os grandes latifundiários.

mentos ditos "industriais" devia ser formada por operários manufatureiros, isto é, artesãos assalariados, trabalhando com ferramentas ou máquinas manuais⁽²⁴⁾. Somente a partir dos anos 1940, quando constitui-se no Brasil a chamada grande indústria que o proletariado tende a se tornar rapidamente a maioria da população trabalhadora.

No momento atual da formação da classe operária brasileira, Paul Singer aponta para duas questões fundamentais em termos de mudanças de ordem quantitativa e qualitativa. Em relação à primeira, observa-se a proletarização em massa de trabalhadores autônomos; quanto à segunda, consiste na transformação do caráter tanto da burguesia como do proletariado. A burguesia gerencial subordina e, em parte, substitui a burguesia empresarial, formada por capitalistas que dirigem suas próprias empresas. Já o proletariado assume cada vez mais as características do assalariado puro (vive apenas do salário), e seus direitos dependem menos da condescendência do patronado do que de dispositivos legais de acordos coletivos, negociados pelos sindicatos. Por outro lado surge um novo tipo de proletariado classificado como "subproletariado moderno", formado por trabalhadores temporários. São exemplos típicos desta categoria de trabalho, os "boias-frias", na agricultura, os "peões" na construção civil e os vendedores de rua empregados por grandes companhias⁽²⁴⁾.

A grande maioria dos caboclos da região serrana do Planal-

(24) Id., Ibid., p. 60 a 61.

to sul catarinense, e em especial do município de São Joaquim, são hoje trabalhadores "temporários" ou "volantes" na agricultura moderna, sobretudo nos pomares de maçã da região. O processo pelo qual estes caboclos se transformaram em trabalhadores assalariados e convertidos a esta categoria de trabalho, constitui objeto deste estudo.

III - A FORMAÇÃO DO CABOCLO DO SÉCULO XVIII — A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX: A ERA DA PECUÁRIA E DA ROÇA

A primeira fase da formação do caboclo para o desenvolvimento do ofício de criação de gado em regime extensivo e para as práticas das pequenas plantações estende-se do século XVIII até por volta da segunda metade do século atual. Nesta fase, predominam relações sociais do tipo patrimonialista e o processo de aprendizagem e formação da camada trabalhadora se desenrola com base na sua separação dos meios de produção, particularmente da terra. A criação da força de trabalho na região serrana do planalto sul catarinense não têm sua origem, portanto na natureza mas ela é sobretudo o resultado das determinações históricas, culturais, políticas, econômicas e sociais.

Nesse sentido, analisa-se a formação pastoril e roceira do caboclo, não apenas como simples modalidades de trabalho, mas, especialmente, como formas concretas de relações sociais produzidas no interior da produção, material da existência. Conforme mostra **Marx**:

"Na produção social da sua existência, os homens estabeleceram relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se

levanta uma superestrutura jurídica e política à qual correspondem determinadas formas de consciência social" (1).

Dentro desta concepção, os homens contraem determinados vínculos ao produzirem a existência material, vínculos estes que não se constituem em apenas relações de homens entre si, mas também homens entre a natureza e os meios de produção, segundo determinadas formas de apropriação.

1. Origem e desenvolvimento da pecuária serrana

O início da formação pastoril do caboclo serrano, isto é, da criação de uma força de trabalho despossuída e assim livre para a execução das tarefas da pecuária, ocorreu ainda no curso do século XVIII, quando a expansão do comércio do gado⁽²⁾ no mercado em São Paulo deu origem às fazendas de gado, no planalto catarinense. A abertura do chamado "**caminho das tropas** (1728-1730), construído como via de transporte terrestre para o escoamento dos rebanhos de gado vacum, mular e calavar, primeira-mente, das estâncias do Rio Grande do Sul, foi um passo decisivo para o reconhecimento, conquista e ocupação do planalto. Ocupação esta, realizada sobretudo por elementos paulistas, organizados nas chamadas bandeiras. Neste contexto, surge ainda o

(1) MARX, K., O capital.

(2) Para maiores informações sobre a expansão do comércio de gado e seus efeitos nas regiões do Sul do Brasil, consultar: SIMONSEN, R.C., Histórica econômica do Brasil (1500-1820). 7. ed. São Paulo, Cia. Ed. Nacional / Mec, 1977.

bandeirismo como atividade econômico-comercial e, às margens do caminho do sul formam-se os pousos de tropas, que se constituem na gênese da construção das primeiras fazendas de gado da região serrana catarinense.

Neste movimento de ocupação de terras do planalto articulado ao fator econômico do gado como matéria-prima básica, encontra-se a explicação da expansão da pecuária, bem como das relações sociais, políticas e culturais decorrentes desta economia.

No plano das relações produtivas, a estruturação das fazendas como núcleo central para a criação de gado se processou, sobretudo, com base na grande propriedade fundiária, expressa em "milhões de campos" (3).

Um dos fatores que contribuiu de forma decisiva para a implantação do latifúndio na região serrana catarinense, foi a política de concessão de sesmarias como forma de ocupação da terra. A nota fornecida pelo antigo Padre João Batista Viéceli, da paróquia de São Joaquim aponta para esta afirmativa:

"Pelo ano de 1755 a 1765, chegou à fazenda de Pelotas, vindo de Santo Antonio de Patrulha, o Sr. Manuel da Silva Ribeiro, com dois filhos menores, Inácio e Pedro da Silva Ribeiro. Manuel tinha obtido, por requerimento, a célebre sesmaria do Pelotas, (4) cujos limites são os seguintes: começando na barra do rio Pelotas com o rio das Contas, subia por este último até a barra do rio Tijucas, seguindo até a sua cabeceira, passado a divisa perto da casa onde

(3) Constitui uma unidade de medida local que estabelece a medida de quantidade de terra com base em milhão de metros quadrados. Entre as pessoas serranas fala-se em milhões de campos e não em alquere ou hectare de terra.

(4) Grifo nosso.

mora atualmente a família de Manoel Cândido e daí até a serra, perto da nova capelinha de Santo Antônio. Segue a serra até encontrar as cabeceiras do rio Cachoeirinhas e deste ponto por uma linha reta até encontrar a barra do rio Negreiro com o Porteira. Sobe pelo Negreiro até a barra de um riacho que nasce na tapera do padre José Carlos, seguindo o divisor das águas até a nascente do Mantiqueira, e, deste rio a-baixo, até o Pelotas e daí ao ponto de partida" (5).

Depois de ter traçado os limites da fazenda de Pelotas, comenta sobre sua extensão territorial:

"Uma bacatela com mais de 450 milhões de campos" (6).

Além da fazenda de Pelotas existiam outras fazendas, instaladas entre o século XVIII e XIX como a fazenda do socorro, que media 100 milhões de campos pertencentes a Manoel Bento Rodrigues e João da Silva Ribeiro; a fazenda do bom sucesso pertencente a família Souza; a fazenda águas buenas de Fermino Rodrigues (7).

As concessões de sesmarias enquanto forma de distribuição de terras no Brasil, consistia numa política por meio da qual os que tinham melhores relações com o governo dispunham da capacidade de adquirir áreas de terras em grandes quantidades. A esse respeito **Sadomi Iura** descreve a forma de ocupação das terras no planalto, caracterizando as relações de privilégios na distribuição das mesmas:

(5) João Batista Viéceli, citado por Enedino Batista Ribeiro, *Notícia descritiva São Joaquim, Florianópolis, D.E.E./SC.*, 1941, p. 43-44.

(6) Id., *Ibid.*

(7) Id., *Ibid.*

"A forma de ocupação territorial (no planalto) foi a concessão de sesmaria(...). Não obstante a limitação legal, de se conceder, para cada concessionário não mais que uma sesmaria, que equivale a uma propriedade de 108 milhões de metros quadrados, os protegidos de governo não obtinham áreas bem superiores, que chegavam a ter até 35 sesmarias"(8).

Dessa forma, o cercamento das terras, em consequência do regime sesmeiro, favorecendo o monopólio em mãos de um pequeno número de pessoas privilegiadas, foi criando condições para o surgimento da força de trabalho a ser explorada nas lides de criação de gado da região. Mas o processo pelo qual o trabalhador agrícola brasileiro, de um modo geral, o serrano catarinense, de um modo particular, foi sendo separado da terra, não se reduziu ao regime sesmero. Este processo acentuou-se ainda mais com a instituição da Lei de terra, em 1850 no Brasil e a proclamação da República, em 1889.

A Lei de terra de 1850, dispondo sobre as concessões de terras devolutas, limitou o princípio de doação e fortaleceu o da compra. Esta medida de caráter legal acabou na realidade beneficiando os possuidores de dinheiro e de privilégios políticos e sociais. Já a maioria da população rural que não dispunha nem de dinheiro, nem de privilégios e de outras condições exigidas para a aquisição de terra, foi sendo posta à margem do sistema produtivo, ou incorporada a ele como força de trabalho, como mercadoria. Assim, observa-se que, através da Lei de terra de 1850, o poder do latifundiário, do fazendeiro, foi fortaleci-

(8) IURA, Satomi. Lages e sua economia. Lages, 1977, p. 21.

do. Por outro lado, foram reduzidas a capacidade e as possibilidades dos pequenos produtores de conseguir, na ordem real, a posse legal da terra.

Octávio Ianni, analisa as intensões e as aplicações da Lei de terra de 1850, caracterizando o seu caráter monopolista. Diz ele:

"A lei de 1850 foi um marco na história da terra, extingue o princípio da doação e assegura o da compra para a aquisição de terra devolutas. Tratava-se de dificultar o acesso à terra por parte de ex-escravos, camaradas, imigrantes, colonos, moradores e outros. Ao mesmo tempo que favorecia a monopolização da propriedade da terra por parte dos fazendeiros e latifundiários, induzia os trabalhadores rurais a venderem sua força de trabalho nas plantações de café, criação de gado e outras atividades" (9).

Sobre os efeitos desta lei, na realidade específica da região serrana catarinense, Aujor Ávila da Luz diz:

"A lei de setembro de 1850, dispendo sobre a concessão de terras devolutas e as que eram possuídas por títulos de sesmarias — sem o preenchimento das condições legais ou por simples títulos de posse mansa e pacífica — facilitou a aquisição de terra a uma minoria (...). Os mais ambiciosos e audazes" (10).

Ainda em relação ao caboclo serrano catarinense, considera-se que este trabalhador agrícola sem recursos financeiros próprios, sem escolaridade, sem prestígio social e político, sem crédito, vivendo de forma isolada, solitária e dependendo do fazendeiro em quase tudo, jamais em hipótese alguma conseguiria

(9) IANNI, Octávio. Origens agrárias do Estado Brasileiro. São Paulo, 1984. p. 175.

(10) LUZ, A.A., 1952: p. 60.

adquirir a terra para si, de acordo com as exigências estabelecidas pela lei de 1850⁽¹¹⁾.

Por outro lado, as fazendas de criação de gado tais como se desenvolveram na região desde o século XVIII até o século atual, em regime extensivo, exigiam a concentração de grandes áreas de terras. Assim, as terras cultiváveis passaram a ser transformadas em áreas de pastagens para a criação de gado. E somente a conservação e reprodução do latifúndio permitia o desenvolvimento desta atividade econômica⁽¹²⁾. Especificidade esta transmitida de geração em geração entre os integrantes da aristocracia rural serrana catarinense, que faziam uso das suas atribuições políticas, no sentido de garantir a sua manutenção.

No conjunto das determinações políticas, observa-se que com a Proclamação da República, em 1889, a transferência das terras públicas do governo central para os Estados, não foi senão uma medida de conotação política visando assegurar o regime da grande propriedade em função dos objetivos políticos. Nesse sentido, os coronéis que detinham o domínio e o controle dos Estados, mantinham o poder político nas bases distribuindo terras públicas a custo baixos pelos seus chefes políticos locais⁽¹³⁾.

(11) CABRAL, O.R., 1979: p. 90 a 94.

(12) "No planalto as condições de vida exigiam a manutenção da grande propriedade, do latifúndio, sem o qual seria possível a existência da indústria pastoril" (CABRAL, 1968, p. 198).

(13) LEAL, Victor N. Coronelismo, enxada e Voto. São Paulo, Alfa-Omega, 1986; QUEIROS, M.V., 1977, p. 65ss.

O latifúndio no planalto catarinense, em particular, não têm, dessa forma, origem na natureza, mas ele é sobretudo um fenômeno histórico, o resultado de muitos interesses econômicos e políticos da classe abastada. Interesses esses responsáveis pela condução do processo que determinou, na realidade, a separação do caboclo serrano das terras cultiváveis transformadas em pastagens para a criação de gado. Assim, separado da terra e na ausência de outras condições, este trabalhador agrícola foi incorporado nas fazendas, local onde desenvolvia sua formação de peão, aprendendo os conhecimentos, os costumes e as tradições deste ofício.

No ano de 1885, o ext. cel. João Costa, fazia algumas referências acerca das relações produtivas ligadas à pecuária no planalto catarinense.

Sobre a mão-de-obra ele diz:

"A maior parte da população do planalto (referindo-se a Lages) (14) ocupa-se da rendosa indústria pastoril..."(15).

No tocante ao número de animais existentes e a sua comercialização junto às povoações litorâneas, diz:

"Suas extensas campinas são abrigo a mais de trezentas mil cabeças de animais vacuns, cavalos e lanígeros e suínos, que produzem anualmente sessenta mil cabeças das quais são exportadas trinta mil para as povoações do litoral" (16).

(14) Grifo nosso.

(15) João Costa, Citado por COSTA; Licurgo, O Continente das Lages, 1982, p. 746.

(16) Id., Ibid.

Ainda no que diz respeito à existência da grande propriedade no planalto, comenta o jornalista **Licurgo Costa**:

"Com a concessão (...) e compras de terras eram muitos os fazendeiros que chegavam a possuir centenas de milhões de campos, ainda entre fins do século passado e começo do século corrente" (17).

Sobre a evolução da pecuária e a escassez dos pedidos de licença para a abertura de outras indústrias, entre 1800 e 1880, ele descreve:

"No período de 1800-1880, tirando a pecuária evoluída da produção de cavalgadura para a de gado de corte só de raro em raro aparecia na Câmara Municipal (de Lages) (18) pedido de licença pra explorar uma indústria" (19).

Nesses termos, constata-se, na região serrana catarinense, a presença da pecuária como fundamento econômico da sociedade, atividade produtiva, estruturada como base na grande propriedade e na exploração da força de trabalho de uma grande parte da população cabocla. Na produção e nas relações sociais, exerceu o poder de domínio desde a sua origem ainda no século XVIII, até praticamente o início da segunda metade do século atual, quando na região ocorreu o processo de industrialização da madeira ao qual se convencionou chamar de **"ciclo da madeira"** (20).

(17) COSTA, L., op. cit., p. 1479.

(18) Grifo nosso.

(19) COSTA, L., op. cit., vol. 3, p. 861.

(20) Em termos econômicos, observa-se que a industrialização extrativa da madeira ultrapassou em significação a pecuária extensiva, dominante desta fundação (COSTA, L., 1982: 746).

2. A construção do "saber" do caboclo peão catarinense

O desenvolvimento da formação do peão catarinense está vinculada às suas próprias experiências práticas realizadas no cumprimento das tarefas específicas da pecuária extensiva. A criação de gado e de outros animais exigia do trabalhador peão a criatividade, conhecimentos, técnicas e muita habilidade. Assim, o caboclo serrano que tinha na fazenda de gado o lugar de trabalho e de vida, iniciava já desde de criança a aprendizagem da cultura e da tradição, bem como o tratamento das habilidades exigidas pelo ofício de peão.

A respeito da formação do peão catarinense nas práticas da pecuária extensiva, Teófilo de Mattos descreve:

"O que me chamava a atenção eram os recursos e criatividade que o peão empregava no seu ofício, nas lides com o gado (...). O ofício de peão resultava da sua experiência prática acumulada durante anos e anos (...). O peão aprendia a laçar desde pequeno, quanto mais treinava, mais habilidade adquiria ..." (21).

A respeito das técnicas e dos conhecimentos acumulados ao longo dos anos pelo trabalhador peão e sua aplicação na execução nas tarefas da pecuária extensiva, ele comenta:

"Para pegar o gado que nasceu e se criou livre pelo campo, o peão se utilizava de uma ciência e de uma técnica. Primeiro o peão procurava reunir a tropa de gado em um costão de morro; em seguida enrolava em um pano tudo aquilo que era de metal ou ferro, o que fazia barulho. Depois dis-

(21) Teófilo de Mattos*, entrevista realizada em 20/07/1989.

* Quem é: é um morador do município de São Joaquim e um dos indivíduos preocupados com a pesquisa histórica desse município.

so, o peão procurava chegar perto do gado, observando a posição do vento para que o cheiro do cavalo e do próprio cheiro dele não fosse sentido pelo gado. Chegando próximo do rebanho, armava o laço e a laçada era certa (...). Muitos peões eram conhecidos pela arte de laçar o gado..." (22).

A maior parte das atividades relacionadas à criação de gado eram realizadas ao ar livre e de acordo com a lógica do tempo determinado pela natureza. Assim, com base nas estações do ano, o peão do planalto no verão encarregava-se de distribuir sal para o gado no campo (no inverno esta atividade era intensificada); era também o tempo de tosquia das ovelhas. De outubro a dezembro (época das vacas criarem) o peão andava continuamente prestando os atendimentos necessários, como um verdadeiro veterinário, às vacas de cria e os bezerros novos; março e abril eram os meses adequados à marcação dos animais; setembro, geralmente, era o mês das castrações dos animais.

Para a execução destas tarefas pastoris, o peão necessitava nada mais que um cavalo, laço, faca e mais alguns instrumentos rústicos. Contudo, foram essas condições de trabalho, geradas no interior das relações econômicas da pecuária com base na grande propriedade, que condicionaram o desenvolvimento dos costumes, das tradições, da cultura que determinaram a origem e a formação do caboclo do Planalto como **peão catarinense**.

Algumas qualidades físicas do caboclo são descritas como ideais para a realização do trabalho "rude" com a criação de gado. Ao mesmo tempo, o próprio trabalho pastoril age como fator

(22) Teófilo de Mattos, entrevista realizada em 20/07/1989.

educativo no processo formativo do caboclo, conforme mostra **Edézio Nery Caon**:

"O caboclo aqui radicado (Planalto)⁽²³⁾ tem grande robustez física, necessária para as lides rudes com o gado; o que lhe infunde uma bravura espontânea e uma varonilidade espartana; no trato com o inseparável amigo, o cavalo, e nas lidas com o serviçal prestativo, o boi, aprendeu a suportar todos os rigores, perigos e privações (...) (24).

Ainda sobre a formação do caboclo na — e pela sua experiência prática no interior das relações produtivas da pecuária acrescenta:

"Esses trabalhos e esses labores naturalmente enriquecem os músculos e robustecem o espírito ..." (25).

No tocante à cultura alimentar, ele diz:

"A alimentação é farta e forte: um pedado de carne chamuscada no baralho, uma grampa de coalhada com pinhões assados" (26).

Outro fator importante a considerar, relacionado a formação do peão do Planalto Catarinense, é a construção de um "**linguajar próprio**"⁽²⁷⁾ com algumas influências do gaúcho rio-grandense.

(23) Grifo nosso.

(24) CAON, Edézio Nery. Estória de minha cidade. Lages, Graf. Wilson, 1978, p. 15.

(25) Id. Ibid.

(26) Id. Ibid.

(27) A formação do linguajar com expressões regionais entre os caboclos peões catarinenses, e em especial do caboclo do município de São Joaquim, fica caracterizada nos romances de Tito Carvalho, Vida Salobra, Fpolis, Academia, 1963 e Brulha d'Arroio, Fpolis, Imprensa Oficial, 1989. Nestas obras encontra-se uma lista de vocábulos, alguns como: acolherar: unir dois animais; abichornado: abatido, triste; aperreado: difícil de domar; arvoado: desequilibrado.

Esse ponto foi percebido muito bem por Péricles Prade e registrado no Prefácio do livro de Edson Ubaldo, "Bandeira do divino":

"O gaúcho, juntando-se ao elemento da terra, ajudou a formar um linguajar próprio, impondo os seus costumes, as suas tradições e os seus conceitos de honra e machismo. É por isso que, na região dos campos gerais de Santa Catarina, marcadamente nas zonas limítrofes do Rio Grande do Sul, fala-se em português singular, enriquecido com termos regionais e até mesmo castelhanos ..." (28).

No tocante ao orgulho do serrano catarinense com raízes no Rio Grande do Sul, ele comenta:

"... , no povo desta região, existe indisfarçado orgulho da ascendência gaúcha. Quem tem um passado com origem no Rio Grande do Sul faz questão de contar. É quase como descer de nobres" (29).

Praticamente até a segunda metade do século corrente, o cavalo, o boi, nas lides do pastoril, o leite gordo, a coalhada, o queijo, a manteiga, a carne seca (charque), o churrasco, na dieta alimentar; as bombachas largas, o chapéu, o lenço no pescoço, as cintas largas afiveladas, as botas de couro, a xerenga⁽³⁰⁾ na cintura, fazendo parte da indumentária; a música, os próprios instrumentos musicais como a gaita e o violão, os fandangos de galpão, as danças (xôte, rancheira, etc), os torneios de laço, as carreiradas e outras coisas mais, integravam a cul-

(28) PRADE, Péricles, in: UBALDO, Edson. Bandeira do divino. São Paulo, Ed. do autor, 1977, p. 10.

(29) Id., Ibid.

(30) Faca de tamanho regular.

tura do peão catarinense, faziam parte do seu estilo de vida. Com base nessa cultura, criou-se a chamada mística do gaúcho entre os peões do planalto, no sentido de identificá-los e apresentá-los com o gaúcho do Rio Grande do Sul. Na realidade, tratam-se de tipos diferenciados com apenas alguns traços culturais em comum, decorrentes sobretudo das relações da produção e das relações sociais geradas pela pecuária extensiva.

Esse particular foi observado por Aujor Ávila Luz, que assim descreve:

"a fala, o gesto, a postura, os hábitos do caboclo catarinense são semelhantes aos do gaúcho rio-grandense. Entretanto, o caboclo não é aventureiro, nem jovial, nem deserto, nem fanfarrão quanto o gaúcho rio-grandense. O serrano quase não canta e muito pouco ri, pouco sentimental e nada romântico, sem grandes alegrias e sem expansividade ..." (31).

Para Silvio Coelho, A IDENTIFICAÇÃO do peão catarinense com o gaúcho rio-grandense é apenas aparente, uma vez que a própria origem do caboclo é sobretudo paulista e não rio-grandense (32). Existem portanto, algumas diferenças que tornam o peão catarinense um tipo social característico da região. Diferenças estas determinadas pelas próprias condições históricas e sociais da realidade onde este trabalhador peão se desenvolveu e se formou. Com efeito como diz Teófilo Mattos:

"Era uso e costumes quase semelhantes, mas eram iguais,

(31) LUZ, A.A. op. cit., p. 44-46.

(32) SANTOS, S.C. Povo e tradição em Sta. Cat., Fpolis, E-DEME, 1984, p. 54.

tinham sempre uma diferença, uma diversidade (...). Enquanto o gaúcho do Rio Grande do Sul se formou entre as Planícies, o peão catarinense (o peão do município de São Joaquim), se formou entre as serras, subindo grande peraus para laçar o gado ..." (33).

Nessas condições geográficas, o peão joaquinense de Santa Catarina tornou-se um tipo de peão muito mais "destro", muito mais "exímio", muito mais "cavaleiro" do que o peão, ou melhor, o gaúcho do Rio Grande do Sul, explica Mattos (34).

Contudo, embora haja diferenças que precisam ser explicitadas, não se pode negar que o fenômeno econômico condicionante do surgimento e da formação do peão catarinense tenha recebido fortes influências do gaúcho rio-grandense. Num plano mais amplo, as diversidades estendem-se a outros tipos de peões brasileiros, tais como o peão do pantanal matogrossense, o peão paulista, o peão cearense, o peão mineiro e outros mais. Todos esses, sem dúvida, se desprenderam de sociedades de fundamentação econômica do tipo pastoril. E de certa forma, todos estes trabalhadores sofreram um processo de dominação quer seja pelas determinações de caráter educativo, cultural e político. Assim, acabaram estes trabalhadores aceitando as exigências determinadas pelas relações produtivas como leis naturais evidentes.

3. As condições de vida e de trabalho do caboclo peão

Já no final do século XIX, a pecuária apresentava-se consolidada como principal atividade econômica da região do planalto

(33) Teófilo de Matos, entrevista realizada em 20/07/1989.

(34) Id., Ibid.

catarinense. No interior das fazendas que se destacavam como núcleos centrais da criação de gado e outros animais, encontravam-se os caboclos, recurtados como força de trabalho ideal para as lides rudes da pecuária. Sabe-se que o recrutamento destes trabalhadores para a forma de trabalho pastoril se desenvolveu com base na reunião de todos os meios de produção em mãos dos chamados fazendeiros. Estes, mantendo um poder quase que absoluto, administravam não somente a economia mas também a política e a própria justiça em benefício próprio. É por isso que, na região do planalto, marcadamente nas áreas localizadas mais ao sul, onde predominam os campos e os pinhais, o regime da pequena propriedade, predominante no litoral, não se estabeleceu, apenas o latifúndio subsistiu como realidade de fato e de direito. Com efeito, a própria sobrevivência da pecuária extensiva ali instituída estava estritamente condicionada, à existência e manutenção do latifúndio, de um lado, e à exploração da mão-de-obra despossuída, de outro. Dessa forma surge no planalto uma camada social detentora dos meios de produção denominada de fazendeiros e outra camada despossuída, formada por caboclos os quais se viram forçados a ingressar no regime das fazendas como trabalhadores peões dependentes, ou a produzir a sua própria subsistência em pequenos pedaços de terras, transformados em roças. Daí a origem do roceiro na região do Planalto catarinense.

No caso do caboclo peão, o seu lugar nas relações sociais da produção pastoril, é definida no real a partir das suas condições de vida. A esse respeito descreve **Ari Martendal**:

"O caboclo peão distingue-se por ser o não proprietário das terras onde trabalhava (...). Sua produção era destinada ao fazendeiro, via de regra, apesar de muitas vezes, possuir suas roças e até mesmo seus animais" (35).

Sobre as condições de trabalho relacionada à forma de pagamento, comenta ele:

"Em troca de seu trabalho, recebia os produtos necessários à sua subsistência. Era empregado, mas não assalariados. Com facilidade trocava de patrão, principalmente se não fosse agregado" (36).

Ainda no tocante as condições de trabalho dos peões do planalto, **Maurício Vinhas de Queiros** caracteriza não somente a realidade do não assalariamento, mas também o lugar deste trabalhador na sociedade de um modo geral:

"Em toda a Serra-Acima havia relativamente poucos assalariados. Os peões das fazendas de gado tinham nesta sociedade rústica um lugar que lembrava mais o de escravos do mestiços do que a condição de proletário do campo" (37).

Essas posições de **Maurício Vinhas de Queiros** encontram fundamentos nas descrições feitas no início do século presente pelo comandante Setembrino de Carvalho, quando participava da campanha militar contra os chamados fanáticos rebeldes no movimento conhecido na historiografia regional catarinense como "**Con-**
testado". A diferença de condição entre o proprietário e o "camarada" era, dizia o comandante:

"de tal sorte manifesta que suas relações em muito se

(35) MARTENDAL, op. cit., p. 66-67.

(36) Id., Ibid.

(38) QUEIROS, M.V., op. cit., p. 48.

assemelhavam às que deveriam existir entre escravos e senhor" (38).

Essa forma de relação (servo/senhor) entre o fazendeiro e o peão das fazendas do planalto apontada por **Setembrino de Carvalho e Maurício Vinhas de Queiros, Paolo Nosella** a expressa da seguinte maneira, referindo-se aos sistemas sócio-econômicos com base no monopólio da terra:

"Dentro de sistemas sócio-econômicos onde a produção material é fundamentalmente de consumo, onde a terra é a dimensão do poder sócio-político das classes aristocráticas, onde a afirmação de que os homens são por natureza desiguais é tida como racional, o trabalho humano só podia ser concebido como estigma fatal ou castigo. Em outras palavras o trabalho só poderia ser um tripalium instrumento de castigo (39)" (40).

Na era do domínio das fazendas como lugar de vida e de trabalho para uma parte da população cabocla, a opção pelo "trabalho assalariado"⁽⁴¹⁾ não se colocou como realidade de fatos. Os peões nas fazendas combinavam trabalho com vencimento remunerado escasso em dinheiro com produção de subsistência. Geral-

(38) SETEMBRINO DE CARVALHO, F. Relatório apresentado ao general da divisão João Caetano de Faria, Ministro da Guerra - 1915. Rio de Janeiro, Imprensa Militar, 1916.

(39) Grifo nosso.

(40) NOSELLA, Paolo. Trabalho-educação: do "Tripalium da escravatura ao "Labor" da Burguesia à Poiesis" Socialista. In: SIMPÓSIO Educação e Trabalho. IV CBE, Goiana em 02-05/09/1986.

(41) Uma economia tipicamente assalariada exigiria um nível razoável de mercantilização e monetarização. Essas condições não ocorreram na economia da pecuária extensiva do planalto catarinense, montada num sistema de produção voltado para atender mais precisamente uma demanda interna.

mente, de posse de duas ou três vacas de leite, alguns porcos e algumas galinhas, o caboclo peão cultivava ainda uma pequena lavoura ou quintal em terras do patrão fazendeiro. A conservação e reprodução dessas condições descritas como "condições de pobreza" fazia parte da lógica econômica da pecuária extensiva. Conforme explica o historiador Oswaldo Cabral, ao explicitar a situação de vida e de trabalho dos caboclos peões serranos:

"Constituíam eles (os caboclos peões)⁽⁴²⁾ uma população sem terra, sem gado, sem outros bens senão os recebidos da benevolência do senhor (...). Duas ou três vacas leiteiras que possuíam e uma roça plantada nas terras do latifundiário era tudo o que geralmente possuíam (...). A sua condição de pobreza era permanente, embora permanente fosse a necessidade de sua existência, a fim de poder ser mantida a conservação do latifúndio e a prosperidade do pastoreio" (43).

Mostra-se, aí, um quadro da situação real de vida do trabalhador caboclo nas fazendas de gado serrana, situação esta que o transformou num tipo de trabalhador rural desclassificado tanto do ponto de vista econômico como social. Na realidade, o peão na fazenda não era senão uma peça de engrenagem geradora de maior riqueza para o fazendeiro. Quase sempre vivendo exclusivamente rezas, imóveis numa atmosfera mística, este trabalhador deixava-se consumir no cotidiano, na concretude das relações produtivas e sociais do pastoreio. Assim, o poder de hegemonia do fazendeiro constituía uma realidade, persuadindo os trabalhadores nas fazendas a aceitarem os valores, os costumes,

(42) Grifo nosso.

(43) CABRAL, O.R., 1979, p. 89-93.

as tradições do regime pastoril. Dentro desta perspectiva considera-se o poder de hegemonia não apenas o poder que há nos limites da estrutura econômica, mas também como poder que atua na esfera política e ideológica⁽⁴⁴⁾. A fazenda, dessa forma, é concebida não apenas como lugar central da produção, mas também, como lugar de trabalho e de vida onde o trabalhador peão aprende a ser colaborador, leal e solidário para com o patrão fazendeiro. A criação dessas condutas e qualidades é sobretudo o resultado do processo educativo do trabalhador transmitido de geração à geração. Conforme define Cabral:

"Quando ocorria a vizinhança com os patrões, os filhos de uns e outros juntos brincavam, juntos cresciam e, ao se fazerem homens todos passaram a ser respectivamente patrões e agregados (peões, capataz), como haviam sido seus pais unidos pelos laços da mesma solidariedade que, tendo começado no berço, só terminaria no túmulo" (45).

Nessa mesma perspectiva, Paolo Nosella interpreta o processo educativo do trabalhador no interior das relações econômico-sociais do tipo patrimonialista, da seguinte maneira:

"Consistia, de um lado, no aprimoramento reiterativo das mãos que trabalham e, de outro, na repressão de qualquer movimento de criatividade humana que, por venture e heresia teimasse em descolar o corpo do homem trabalhador

Em seguida ele acrescenta:

"Educar era sinônimo de repressão, pois equivalia a

(44) Segundo Antonio Gramsci, a hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica, isto é, o poder de hegemonia transcende a esfera da estrutura econômica, não se reduz a ela. (GRAMSCI, 1986: 37).

(45) CABRAL, 1979: 89-93.

cortar qualquer asa dos trabalhadores para que não voassem para além, para longe do seu feudo ou do tripalium do qual fazia parte naturalmente" (47).

Tito Carvalho descreve a situação de vida do caboclo peão nas fazendas do município de São Joaquim apontando para as formas de opressão vinculadas ao processo formativo do peão. Assim, o fazendeiro fizera do caboclo um peão domador à força de tombos feios e fraturas repetidas. Por outro lado, mostra a luta deste trabalhador no sentido de se libertar da dominação e exploração do patrão fazendeiro⁽⁴⁸⁾. O desenvolvimento da formação do caboclo, enquanto trabalhador peão, está dessa forma, estritamente condicionado às relações produtivas e sociais dominantes. Todos os seus atos de vida, são atos de um elemento cuja existência, quer seja econômica, quer seja cultural, integra as dimensões da fazenda e as relações sociais dela decorrentes.

Essa formação do trabalhador de fazenda, **Octávio Inani** a explicita de forma a considerar. Diz ele, o trabalhador de fazenda,

"se encontra prática e ideologicamente vinculado à fazenda, aos fazendeiros, aos meios de produção, aos outros trabalhadores e suas famílias, a capela e à casa grande. Ele se compreende como membro de um núcleo fortemente carregado de valores e relações de tipo comunitário. É bem verdade que neste ambiente ele não se apropria a não ser de uma parcela reduzida do produto do seu trabalho. Entretanto, as relações sociais em geral inclusive as suas relações com o fazendeiro (ou seus prepostos), estão carregadas de signi-

(47) Id., Ibid.

(48) CARVALHO, Tito. Vida Salobra. Fpolis, Academia de Letras, 1963, p. 8-12.

ficativos peculiares dos valores e padrões de ação e pensamentos específicos da fazenda, como sistema patrimonial de organização social ...

Nesse ambiente predominam as relações face a face, características dos grupos primários. Por isso, é que o fazendeiro pode ser compadre (do trabalhador)" (49).

Vale a pena registrar, então, que esta perspectiva, ou melhor, análise de Ianni coincide com a de Celso Furtado quando este afirma:

"o homem que sai ou entra na sua casa está saindo ou entrando numa parte da propriedade. Assim, nenhum aspecto de sua vida de trabalhador escapa ao sistema de normas que disciplinam sua vida de trabalhador. Dessa forma, a experiência de vida prática não lhe permite desenvolver-se como cidadão de ganhar a consciência de responsabilidade com respeito ao seu próprio destino (...). Esses homens pouco ou nenhuma consciência têm de integrar um município ou um distrito, que são a forma mais rudimentar de organização política; mesmo quando suas habitações estejam agrupadas em alguma aldeia, esta encontra-se implantada dentro de uma propriedade razão pela qual a vinculação pessoal com uma autoridade pública perde nitidez em face a presença ofuscante da autoridade privada" (50).

Na linha das considerações acima indicadas, cabe observar que a forma como se desenvolveu a formação do peão catarinense com base na reunião de todos os meios de produção em mãos dos fazendeiros, caracteriza uma realidade de trabalho que se definiu historicamente dentro de um contexto de práticas de opressão, de dominação e exploração. O caboclo no interior da fazenda, longe de ser um peão livre, constitui, isto sim, um trabalhador subalterno, oprimido pela estrutura desigual e de domi-

(49) Ianni, O., 1984: 30.

(50) FURTADO, C. Dialética do desenvolvimento, in: IANNI, O., 1984, p. 120-121.

nação do tipo patrimonialista. Trata-se, assim, de relativizar a leitura que, na forma de apresentar o caboclo, destaca a sua liberdade e consciência e ideologia da desnecessariedade de propriedade⁽⁵¹⁾. Esse tipo de leitura deve ser criticada, combatida e denunciada. No mundo da fazenda, o caboclo constitui apenas um trabalhador dependente, isolado e submisso às ordens do patrão fazendeiro, ao qual era ligado pelos laços visíveis de uma lealdade quase que absoluta e de uma total dependência em termos econômicos e sociais. A própria moradia do trabalhador peão, instalada na propriedade do fazendeiro, não deixava de ser uma forma de controle por meio do qual quase nenhum aspecto da vida deste trabalhador escapa do despotismo do fazendeiro.

4. Os caboclos roceiros entre a economia de subsistência e os poros da sociedade de domínio patrimonialista

No plano da reprodução da vida material, predominaram na região do Planalto Catarinense aqui estudada até por volta de

(51) Segundo Edêzio Nery Caon, "o cuidado de gado xucro exige liberdade e a liberdade do animal só pode ser contida por homens igualmente livres ...". Nessa concepção o peão é tido como homem livre. (CAON, 1978: 33). Na mesma linha de pensamento sublinha Lorival Câmara, "O meio imprimiu, na psicologia do serrano, o senso de extensão, da liberdade, da grandeza, da riqueza, do sentimento do infinito" (CÂMARA; citado por COSTA, L. op. cit. p. 538). Helcion Ribeiro, comenta também que "a liberdade é para o caboclo um dom muito precioso". Para este tipo humano é preferível o frio, a fome do que a renúncia a liberdade" (RIBEIRO, 1988: 98). Ainda de acordo com este autor, uma das características relevantes do caboclo serrano é a sua ideologia da desnecessariedade de propriedade (Ibidem). Também Oswaldo Cabral comenta que "a franqueza, a liberdade, o desinteresse faziam do caboclo um homem hospitaleiro, acolhedor...". (CABRAL, 1979: 90ss).

1950, duas formas de trabalho: a de peão vinculada às práticas da pecuária extensiva e a de roceiro, pequeno cultivador agrícola.

Essas duas formas de trabalho são apontadas por **Robert Avé-Lallemant** em relatório escrito das suas viagens pela Província de Santa Catarina e em outras do país, em 1858.

Sobre o estilo de vida e de trabalho dos camponeses, (peões, estanceiros) de Lages, diz ele:

"... Nunca vi tanta indolência ou melhor tanta preguiça como entre os camponeses de Lages (...). Deixam os animais comendo no campo até crescerem e depois o abatem, vendem o couro e os chifres, fazem carne e exportam-na, mas não se conformam com o trabalho e as vantagens menores (...) Fazem como os animais no campo. Retiram-se, entre ponchos e cobertas de lã, emagrecem e gelam durante os meses de frio. Com o verão, reaparece então o gado e de novo o leite, a manteiga, melhor carne e pode começar de novo o processo da engorda dos seres humanos ..." (52).

No tocante as condições de vida do roceiro do "colono" tal como o expressa, ele diz:

"... a vida do colono na mata virgem é solitária e desamparada, mas aí, nenhuma desmoralização o perturba" (53).

Trata-se, portanto, de considerar a formação do caboclo em sua primeira fase que se estende do século XVIII até praticamente a segunda metade do século atual, não apenas no âmbito das relações especificamente pecuaristas, mas também como resul-

(52) AVÉ-LALLEMANT, Robert. Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858), São Paulo, Itatiaia, 1980.

(53) Id., Ibid.

tado, em parte, das determinações geradas no interior da pequena plantação ou roça de caráter basicamente de subsistência.

Esse ponto de vista é compartilhado por **Ari Martendal** ao distinguir entre a população de caboclos duas categorias de trabalhadores: "**caboclo-peão**" e "**caboclo-roceiro**".

Em relação a esses dois tipos de trabalhadores ou de caboclos, ele diz:

"Hã, pois, um caboclo-peão acostumado às lides de fazenda e, conseqüentemente, influenciado por hábitos gauchescos e hã outro tipo, caboclo-roceiro, embrenhado em regiões mais íngremes e que leva outro tipo de vida, decorrente principalmente do tipo de trabalho que exerce" (54).

Nesses termos, ele traça algumas características do modo de vida do caboclo-roceiro, da sua produção, das suas ferramentas e das relações da produção:

"... o caboclo-roceiro produzia com sua família, o indispensável para seu consumo, cultivando precariamente sua terra, criando alguns animais; completava a sua alimentação através da caça, da pesca e da colheita de alguns frutos silvestres (especialmente o pinhão). Para seu trabalho e suas lides, utilizava-se de instrumentos de trabalho rústico, grande parte de seu próprio fabrico. Era avesso a expansão econômica, porque não havia estímulo para tal. Parte de sua produção, o excedente, era comercializado e o resultado de suas vendas era utilizado na aquisição daqueles bens que ele não produz. Na maioria das vezes a unidade monetária, era apenas referência para os valores de troca, já que a finalidade de seu comércio não era a obtenção de moeda. As relações de produção atingiam apenas os membros da família e eram dimensionadas pelas necessidades da mesma: estas necessidades determinavam a quantidade de serviço, o tempo a ser ocupado e a forma de trabalho. A forma de trabalho por sua vez, determinava o instrumental a ser utilizado, seu tipo, sua qualidade e sua quantidade. A maior parte

(53) MARTENDAL, op. cit., p. 34.

deste instrumental era elaborado pelos próprios trabalhadores, projetados de acordo com as condições ambientais" (55).

Ao lado das fazendas de gado, a formação do trabalhador roceiro se desenvolve a meio caminho entre a produção de subsistência e os poros da sociedade patrimonialista, distinguindo-se, em parte, da formação do peão.

O modo de vida do trabalhador roceiro, o seu pensar, o seu agir, prende-se mais especificamente às relações econômicas de subsistência. O objetivo de seu trabalho não vai além dos limites das necessidades mais fundamentais da vida. Nesse sentido, o processo de trabalho não se reduz e nem está sujeito à operação da lei do valor-de-troca, que constitui a força coercitiva da competição que determina o tempo e o ritmo de trabalho dentro de uma perspectiva do tempo menor possível, levado a efeito no processo de produção da mercadoria. Daí a origem da distinção entre ao que Marx denominou "**valor-de-uso e valor-de-troca**" diz ele:

"uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano sem ser mercadoria. Quem com seu produto, satisfaz a própria necessidade gera valor-de-uso, mas não mercadoria. Para produzir mercadoria é mister não só produzir valor-de-uso, mas produzi-lo para outro, dar origem a valor-de-uso social" (56).

Em seguida ele acrescenta a explicação da sua afirmativa segundo a qual o que determina a grandeza do valor é a quanti-

(55) MARTENDAL, op. cit., p. 34.

(56) MARX, K. O Capital. Vol. I, 1987: 41-48.

dade de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor:

"quanto maior a produtividade de trabalho, tanto menor o tempo de trabalho requerido para produzir uma mercadoria e quanto menor a quantidade de trabalho que nela se cristaliza, tanto menor o seu valor" (57).

No universo da roça, o trabalhador roceiro produz, não mercadoria, mas valor-de-uso, produz uma agricultura de subsistência por meio de ferramentas rústicas, tais como pá, enxada, foice, ansinho, machado e outros instrumentos mais. De uma maneira geral, a sua produção pouco ou quase nada integra às relações de mercado propriamente ditas. Assim, o trabalho do roceiro é, na realidade, indissociável de seus fins restritos e limitados ao nível da necessidade, bem como da vida mesma em seu conjunto.

Sobre as condições da roça no município de São Joaquim, na última década da primeira metade do século atual, descreve **Ene-dino Batista Ribeiro**:

"As condições atuais da lavoura ainda não merecem posição de destaque. Os nossos processos são, por enquanto, muito primitivos. É certo que muitos produtores já empregam os arados de tração animal. Outras máquinas agrícolas, francamente, não existem. Em nossas terras acidentadas, é ainda o machado e depois o fogo que campeia desenfreados (...) Em seguida vem a enxada, morosa e dispendiosa, diminuindo a margem de lucros e encarecendo a produção ..." (58).

Outras características dos "processos primitivos", ligados ao desenvolvimento da roça de subsistência, são descritos por

(57) MARX, K. O capital. Vol. I, 1987: 41-48.

(58) RIBEIRO, E.B., São Joaquim: notícia estatístico-descritiva. Fpolis, D.E.E/SC, 1941, p. 40-41.

Aujor Ávila Luz:

"... , plantam, quase sō para o consumo próprio, feijão, batata, milho e moranga. As lavouras em geral são feitas às margens dos rios, ficando sujeitas a invasão de animais ..." (59).

Essas condições não garantiram para a roça de subsistência uma posição de destaque, e o seu trabalhador — o caboclo roceiro — não tinha expressão no cenário social, político e econômico da região. "De todas as atividades a de roceiro era a menos importante", comenta Aujor Ávila Luz. Contudo, alguns elementos da formação deste trabalhador parece repousar na natureza e na dinâmica do estabelecimento da pequena lavoura (ou roça) como unidade básica de produção predominante de subsistência. Ou seja, a pequena roça constitui, praticamente até a segunda metade do século corrente, o principal local de trabalho e de vida de uma parte da população trabalhadora, formada em sua maioria por caboclos despossuídos de terras e de outros meios fundamentais de produção e reprodução de vida material. Muitos destes caboclos tornaram-se trabalhadores roceiros em decorrência da necessidade criada pela expansão demográfica nas zonas de criação de gado. As fazendas não podiam suportar o crescimento do número de caboclos ocupados nas lides do gado, expelindo por isso o excedente destes trabalhadores, que se viram na condição imposta de buscar outros caminhos, outras alternativas de trabalho e de vida.

Essa passagem dos excedentes de trabalhadores das fazendas que resulta na criação no desenvolvimento de novas unidades pro-

(59) LUZ, A.A., op. cit., p. 61.

ativas com base na pequena propriedade da qual decorre a formação do trabalhador roceiro do Planalto Catarinense é explicitada por Oswaldo Cabral, que diz:

"estes excedentes, sem terra, sem ter para onde ir, com famílias constituídas (entre fins do século XIX e começos do século XX), (60), muitas vezes abalaram para o sertão. iam para frente instalar-se num rancho por eles mesmo construídos, no fundo de algum vale, na encosta de alguma serra, (61) em terras em torno de dono ignorado ou da nação, para viver como índio de caça, da colheita de frutas, mantendo em redor da moradia tosca e miserável, uma roça, uma pequena lavoura, que a mulher ajudava a cuidar..." (62).

Depois disso, destaca o aspecto quantitativo da questão, dizendo:

"não foi um, nem foram alguns, mas muitos, os que se viram obrigados a tomar rumo ignorado do sertão, para nele esconder a sua miséria, afastando-se a zona pastoril onde não havia mais trabalho para eles" (63).

A história da formação do trabalhador roceiro é, dessa forma, sobretudo, o resultado das determinações sócio econômicas, onde os interesses e as necessidades históricas do fazendeiro proprietário prevaleciam sobre as dos trabalhadores despossuídos. A conservação do latifúndio para a criação de gado correspondia, de maneira particular, à função econômica e histórica dos

(60) Grifo nosso.

(61) O caboclo roceiro conservou por muito tempo algumas heranças dominantes na cultura indígena, tais como, os cestos de taquaras, os balaios também de taquaras, as gamelas de madeiras e outras coisas mais, no artesanado. Também o gosto pela caça e pela pesca e o uso de ervas, raízes e plantas medicinais, no tratamento da saúde.

(62) CABRAL, 1979: 94.

(63) Id., Ibid.

fazendeiros, que formavam a chamada classe dominante, detentora do poder econômico e do poder político e não aos interesses específicos dos caboclos, que constituíam a maioria da população trabalhadora subalterna e explorada. Assim, para atender às exigências dos fazendeiros, uma parte desta população foi, como se observou anteriormente, historicamente transformada em força de trabalho despossuída ocupada na prática da pecuária extensiva, onde a fazenda se estabeleceu e se organizou como núcleo central da produção e das relações sociais pastoris, enquanto a outra parte, por não dispor de capacidade econômica e outros recursos básicos e necessários para se instalar na zona de terra transformada em campo de pastagem, criando novas unidades pastoris, bem como por ter tida como população "excedente", foi levada para as áreas ainda não valorizadas⁽⁶⁴⁾ e cobiçadas pelos latifundiários e reduzidas à condição de roceira.

Geralmente, as margens das florestas, nos pés-de-serra, nas barrancas dos rios e em vales, foram os locais onde o caboclo construía a sua moradia tosca e muito simples, que consistia num pequeno rancho feito de madeira bruta fraquejada à força de machado, coberto de pequenas taboinhas na forma de quadriláteros, de chão batido e enegrecido pela ação do tempo e da cozinha-

(64) As terras cobertas de florestas (araucárias) eram pouco valorizadas pelos fazendeiros voltados especialmente para a criação de gado. Muitas árvores eram abatidas e queimadas, ou apodreciam com a ação do tempo com o objetivo de criar maior espaço para a reprodução do gado.

de-chão⁽⁶⁵⁾ que deixava a marca da fumaça e do picumã entre as paredes e a cobertura. Não muito longe do rancho, cultivava uma pequena lavoura com a ajuda da família. Em seu habitat, o caboclo da roça ocupa-se ainda na criação de alguns animais como porcos e galinhas, na fabricação de algumas ferramentas para uso próprio no trabalho e de alguns utensílios domésticos como balaios e cestos de taquaras. Essas atividades eram realizadas no sentido de atingir uma finalidade imediata: a subsistência. Nesse universo produtivo, onde predomina uma divisão simples do trabalhador roceiro decide o que produzir, como produzi-lo, quando e a que ritmo. Na organização do seu trabalho, a lógica do tempo natural e da necessidade era determinante, distinguindo-se da lógica do tempo regular e do lucro, característica da organização atual do trabalho.

Outras características do caboclo roceiro do Planalto, do seu modo de vida e de agir, são apontadas por Martendal, quando diz:

"...; permanecia em seu destino de sobrevivência, realizando as tarefas absolutamente necessárias (...). A sua vida social, no entanto, era intensa (...). O grande tempo que lhe sobrava, pelo pouco trabalho a que se submetia, era ocupado nas relações sociais de compadrio, nos tragos de bodega, em festividades religiosas (missas, terços, etc) em velórios em bailes rotineiros nos finais de semana (...). Os costumes decorriam basicamente de princípios religiosos e místicos (...). Os costumes eram acima reforçados e ex-

(65) "A cozinha-de-chão estava sempre com o fogo aceso. O fogo era guardado de um dia para o outro através de um tronco de madeira bastante grosso (...). O fogo supria a deficiência de agasalho das pessoas que residiam na casa". (MARTENDAL, 1980: 37).

plicitadas pelos causos. Sintomático neste sentido, era o linguajar, onde metáforas cristalizadas tais como 'como diz o caso' e 'como conta a história' são acenadas continuamente no decorrer das conversas, como se subentendessem argumentos confirmativos (...) (66).

Observa-se conforme a descrição acima, que o caboclo, enquanto trabalhador vinculado a uma economia basicamente de subsistência, raramente sacrifica o tempo e o ritmo de trabalho em função da satisfação de necessidades não elementares, seja porque não existem, seja porque se renunciou a satisfazê-las. Por outro lado, este trabalhador não tinha muitas opções senão a de escolher entre trabalhar ou não, entre caçar ou pescar, entre semear ou visitar alguém. Nesse sentido, as regularidades da natureza, bem como as manifestações de caráter religioso combinavam-se na forma de determinar a sua produção material, cultural e social.

Contudo, o jeito de ser e de viver do caboclo roceiro da serra catarinense resulta basicamente da sua situação enquanto trabalhador despossuído, que se caracteriza pelo isolamento e pelo desamparo. Este trabalhador, vivendo de forma abandonada pelos poderes públicos no que se refere à saúde, à justiça e a instrução, via o fazendeiro como um protetor natural. O fazendeiro assumia, assim, uma posição de liderança não só econômica mas também cultural e política. É por isso que, na região do Planalto Serrano, marcadamente na parte Sul, o sistema de compadrio e o de coronelismo se desenvolveram de modo eficiente no sentido de garantir e assegurar o poder de hegemonia dos fazendeiros, poder

(66) MARTENDAL, A.C., op. cit., p. 35-39.

este que se manteve até praticamente 1950, quando começou a se desestruturar em consequência do surgimento de novas relações sociais estabelecidas pela indústria extrativa da madeira.

5. As Formas de Poder e Dominação

Nesta primeira fase que vai aproximadamente do século XVIII ao início da segunda metade do século corrente, a grande maioria dos caboclos, habitantes do Planalto Serrano de Santa Catarina, foi, portanto, enquadrada em dois mundos de trabalho diferentes: o mundo da pecuária extensiva, que deu origem à formação do caboclo peão ocupado nas lides de criação de gado, e o mundo da pequena lavoura ou roça, lugar da gênese da formação do caboclo roceiro, que cultivava sobretudo o milho, a batata, o feijão e outros tubérculos, utilizando técnicas rudimentares (como a coivara) e terras não planas como ladeiras, barrancas e pés-de-serra, e que, além de trabalhar nestes cultivos criavam alguns animais como porcos e galinhas, basicamente para consumo próprio.

No conjunto da realidade social e da dominação do tipo patrimonialista, a formação dos caboclos no seu sentido pastoril e roceiro se desenvolveu com base na reunião de todos os meios de produção nas mãos dos fazendeiros. Assim, estes trabalhadores se definem como a classe historicamente subalterna, despossuída sobretudo da terra a qual se tornou a dimensão de poder econômico, social e político da chamada classe aristocrática serrana, formada pelos grandes fazendeiros da região. Dessa forma, o mun-

do dos trabalhadores caboclos, seja o do peão, seja o do roceiro, o mundo dos despossuídos, é um mundo subalterno e está inserido numa organização social onde prevalecem os interesses daqueles que detêm a hegemonia, não só pela estrutura econômica, mas também, por meio de relações políticas e culturais. "O trabalhador pobre" segundo Hobsbawn, "aceita esta hegemonia, mesmo quando desafia algumas de suas implicações, porque, em grande parte, tende a aceitá-la" (67).

Nesses termos, considera-se a formação do caboclo nesta primeira fase como sendo o resultado das determinações econômicas, políticas e culturais correspondente aos interesses e a função histórica dos fazendeiros que se definem como a classe hegemônica, persuadindo o trabalhador a aceitar os seus valores, as suas tradições, os seus costumes, enfim, a sua visão do mundo, por um lado, e ocultando as contradições existentes entre as forças produtivas e as relações sociais, por outro.

No contexto da sociedade de dominação do tipo patrimonialista, assumiu o coronelismo como forma de poder político a conotação de direito natural do mais forte e do mais rico, onde o grande fazendeiro chamado de coronel, oferecia proteção aos caboclos despossuídos e exigia em troca irrestrita adesão.

Essa característica do coronelismo como forma política e de dominação dos trabalhadores pelo coronel, tal como ocorreu no mu-

(67) HOBBSWAN, E.J. Mundos do trabalho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 64.

nicípio de São Joaquim, é descrita através da fala de **Teófilo de Mattos**, que assim o expressa:

"Os chefes políticos eram gentes de grande prôl, de respeito, que por onde passavam eram cumprimentados com chapéu na mão. Havia, assim, um total respeito por eles. (...) O coronel auxiliava os seus vizinhos (parentes, amigos e outros) (68), com remédio, alimentação, serviço e conselho (...). Naquela época (antes de 1950) não tendo meios de comunicação, não havia rádio, não havia televisão, o cidadão que morava no interior só tinha conhecimentos por intermédio dos coronéis que liam os jornais e que recebiam as comunicações dos seus chefes estaduais (...). Então o povo que era protegido pelo coronel e que se dirigia até ele para pedir algum conselho, quando partia para uma eleição, já sabia em quem votar, já tinha o seu candidato e não se discutia mais o assunto ..." (69).

A respeito do voto dos trabalhadores, ele diz:

"Jamais votavam contra o seu patrão (...). Dizem que isso era voto de cabresto, de curral. Mas não era. O que existia era uma liderança efetiva do fazendeiro, do coronel, uma liderança tanto humana, como social, política e também econômica ..." (70).

Entre alguns dos chefes políticos de mais destaque no município de São Joaquim, ele cita: o coronel Cezário Amarante Ferreira, que foi superintendente até 1927; o coronel Fortunato de Oliveira, de família de grande posse; o coronel Batista Ribeiro, o coronel João Ribeiro que foi candidato a Senador da República. Esses e outros representavam a aristocracia rural do município⁽⁷¹⁾. No município de Lages, a figura de maior destaque foi o

(68) Grifo nosso.

(69) Teófilo de Mattos, entrevista realizada, 20/07/1989.

(70) Id., Ibid.

(71) Id., Ibid.

coronel Vidal José de Oliveira Ramos ⁽⁷²⁾, um dos patriarcas da oligarquia dos Ramos, tido como sendo "um coronel dos coronéis" e grande político de expressão municipal, regional e nacional, sendo Deputado Federal (1906) e governador do Estado de Santa Catarina de 1910-1914.

Sobre o fenômeno político do coronelismo na região serrana, e em especial no município de Lages, Antônio Munarin, tece o seguinte comentário:

"Com base na concentração da terra, voltada à produção da pecuária extensiva, que era o que caracterizava o fazendeiro, desenvolveu-se na Região Serrana de Santa Catarina, a exemplo do que foi no Brasil da Primeira República, o fenômeno do coronelismo.

É a Região Serrana, especialmente o município de Lages, a base territorial e política de família de coronéis, a partir de onde dominaram todo o Estado de Santa Catarina já durante boa parte do tempo de duração da Primeira República, que é o período tido como típico do coronelismo no Brasil".

Exerce o coronelismo papel fundamental na história das relações sociais, políticas e econômicas da região ..." (73).

No tocante as características desse coronelismo, ele explicita:

"Se de um lado, o coronelismo se caracterizava pela relação de compromissos num sistema de reciprocidade entre coronéis e chefes políticos do Estado, de outro se caracterizava também pelas relações dos coronéis com sua base local, a população rural (...) dividida em duas categorias: os caboclos-peões, moradores e empregados nas fazendas de

(72) Maiores informações sobre a vida política de Vidal José de Oliveira Ramos, ver Carlos Humberto Correa, Os governantes de Santa Catarina de 1739 a 1982. Florianópolis, Editora da UFSC, 1983, p. 268.

(73) MURANIN, Antonio. A praxis dos movimentos sociais na região de Lages. Fpolis, UFSC, 1990. (Dissertação de mestrado), p. 21.

são do mundo que dogmatiza o fazendeiro, atribuindo-lhe múltiplos papéis como o de líder político, padrinho, conselheiro, fiador, patrão e outros mais e exaltando as suas qualidades humanas e sociais, como as de um homem "honesto", "auxiliador", "protetor" e "defensor" dos mais necessitados, dos pobres.

Essas especificidades ligadas ao sistema de compadrio, tal como se desenvolveu na região serrana entre os trabalhadores ainda na sua primeira fase de formação, são definidas por **Antonio Munarin**, nos seguintes termos:

"A relação do compadrio, era outra forma de suavizar as diferenças sociais e econômicas e de legitimar a autoridade do coronel. O coronel, padrinho, tem o compromisso de dar proteção aos afilhados; os afilhados tem a obrigação de respeitar e de seguir os padrinhos. Entre os comprades, a relação é de receber e transmitir homenagens. A relação é de igual para igual, a forma requintada de exercício de dominação" (77).

Esse ponto de vista do compadrio e forma de poder e de dominação coincide com o de **Maria Isaura de Queiroz** que aponta para o caráter estratégico do compadrio revestido de uma determinada ideologia que encobre as relações de dominação-subordinação nas sociedades rústicas. O suposto nivelamento social e a relação de igualdade entre as pessoas, segundo a Autora, não é senão uma técnica apurada de dominação (78). O compadrio assegu-

(77) MUNARIN, A. op. cit., p. 28

(78) QUEIROZ, M.I.P. *La guerre sainte au Brasil: le mouvement messianique du contestado*. São Paulo, 1957; *Maiores informações acerca da questão do compadrio como forma de poder e dominação*, ver ainda MONTEIRO, Duglas Teixeira, *Os errantes do novo século*. São Paulo, Duas Cidades, 1974; QUEIROS, M.V., *Messianismo e conflito social*. São Paulo, Ática, 1977; FRANCO, *Maria Silva de Carvalho, Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

rava, dessa forma, a continuidade entre as partes (patrão-trabalhador) da proteção e dos serviços de um modo mais afetivo⁽⁷⁹⁾, regulando as relações econômico-sociais no sentido de reproduzir e conservar os interesses daqueles que detinham a hegemonia. Criou-se assim, uma social desigualdade cimentada na troca de favores de homens para homens. O fazendeiro na qualidade de padrinho oferece proteção e exigia do trabalhador seu afilhado ou compadre, o máximo de consideração e adesão, tanto na esfera econômica como na esfera política e ideológica. Assim, quase nenhum aspecto da vida do caboclo da fazenda e do caboclo da roça, escapavam ao controle despótico do grande fazendeiro e chefe político local, que disciplinava a sua vida de trabalhador em todas as dimensões. Dessa forma, tornava-se o caboclo um trabalhador unido ao patrão fazendeiro ou ao padrinho fazendeiro, pelos laços de lealdade e da solidariedade que "tendo começado no berço, só terminará no túmulo", conforme explica o historiador **Oswaldo Cabral**.

Esse tipo de dominação do fazendeiro, no entanto, dependeu não apenas dos seus recursos econômicos e da sua capacidade em termos da política, mas também das manifestações religiosas existentes no planalto. Tais manifestações estavam ligadas par-

(79) Afetivo no sentido que os indivíduos através do compadrio se situavam e se definiam na ordem social como sendo filhos, afilhados, parentes e trabalhadores de alguém que assegurava determinadas condições de vida material e mesmo moral.

ticularmente ao denominado "catolicismo rústico"⁽⁸⁰⁾, pregado por monges que viviam no sertão e ao catolicismo oficial⁽⁸¹⁾, pregado pelos padres que viviam na sede paroquial. Esses dois catolicismos (talvez em menor grau o catolicismo rústico), reforçaram as relações de poder e de dominação da classe hegemônica. De um lado, advertiam ao caboclo que o caminho da riqueza podia ser a porta para o inferno, de outro lado, sustentavam pela Bíblia que a idéia de que o homem deveria viver, única e exclusivamente, com o produto do seu próprio trabalho. Esse fatalismo do trabalho revela-se de diferentes modos, como na máxima religiosa que ensina que "ganharás o pão com o suor do seu rosto", na máxima religiosa pregada pelo Monge João Maria, que enfatizava, "Deus disse: faze que te ajudarei. Cuida por isso do teu corpo e trabalha"⁽⁸²⁾. Também nos ditos populares está presente o fatalismo do trabalho: quem cedo madruga, Deus ajuda", "só come quem trabalha".

Nesses termos, o poder da religião influenciou na constituição de um tipo de trabalhador que acabava se inserindo num mun-

(80) O catolicismo rústico, define Duglas, é uma impregnação da vida cotidiana dos caboclos em seu conjunto. Representa a autonomia do mundo religioso do caboclo da região, mundo este que se distingue da religião oficial pelo caráter alegre, festivo, com muita reza, e cantoria.

(81) A presença do catolicismo oficial na região do Planalto ocorreu por volta de 1892, quando os frades da Ordem Franciscana se estabeleceram em Lages, logo mais estendendo a ação pastoral evangelizadora à Curitiba e, progressivamente, para outras áreas do Planalto.

(82) Citado por QUEIROS, M.V., op. cit., p. 62.

do mágico, supersticioso e fatalista, que se manifestava no modo resignado do caboclo de aceitar as coisas como vinham, sejam elas boas ou más. Acreditava poder alcançar no plano sobrenatural o que lhe fora negado e usurpado injustamente no plano real, marcado pelo atraso tecnológico e pelo isolamento social nas vilas rurais espalhadas na vasta região (*). Frente a essa situação, o caboclo fez-se um homem religioso por excelência, homem de muita reza, muita promessa, muita penitência, muita procissão. Essa sua forma de ser religioso não se define, no entanto, como pura abstração, mas é o resultado de sua vida real, isolada e desempregada, explorada e dominada pelos detentores do poder. Assim, o caboclo, vivendo praticamente só de rezas, deixava-se consumir pelas relações de trabalho que reprimiam qualquer movimento de criatividade humana que tentasse deslocar o corpo das mãos que produz, do pedaço de chão onde o destino o fez nascer e do fazendeiro que o fez crescer e se desenvolver como trabalhador dependente e sem instrução. Este era um privilégio, sobretudo, para os filhos de fazendeiros instruídos primeiramente pelo chamado professor ambulante de fazenda ou mestre-fazenda que se ocupava de administrar a formação básica, ensinando-os a ler, escrever e fazer as quatro operações. Mais tarde passavam a frequentar as instituições de ensino, organiza-

(*) Uma visão geral do Planalto Serrano Catarinense, das suas pessoas é trocada por Alfredo de Oliveira Ramos, "história dos fanáticos em Santa Catarina: e parte de minha vida naqueles tempos - 1913-1916. Passo Fundô, Berthier, 1989.

das por religiosos, sobretudo, jesuítas.

Sobre a educação dos filhos de fazendeiros mais abastados do município, entre o final do século XIX e início do presente, Munarin descreve:

"os lageanos, filhos de fazendeiros mais abastados, frequentam o Colégio N.S. da Conceição, à margem do Rio dos Sinos na cidade de São Leopoldo, dirigido pelos padres jesuítas. Já a partir de 1906 até 1932 (...), os lageanos frequentam o ginásio Catarinense de Florianópolis, também dirigido por jesuítas (...). Também reservado às elites dominantes, existiu em Lages, desde 1896, fundado por Frei Rogério Nehaus, até o início deste século, o Colégio São José, dirigido pelos Franciscanos ..." (83).

Depois disso, ele acrescenta:

"por esta via da escola, as elites dominantes se mantinham ligadas ao movimento cultural e político nacional, enquanto ao mesmo tempo mantinham isolados os diversos setores subalternos da população" (84).

Além da ausência da escola para os trabalhadores caboclos, não existe, nesta fase da formação pastoril e roceira, uma organização formal, que seja ela mesma portadora da ideologia de classe. Assim, o caboclo, enquanto trabalhador peão ou enquanto trabalhador rural "autônomo", de uma maneira geral, foi transformado em força de trabalho despossuída, e na evolução da produção e das relações postoris de dominação patrimonialista, quer por educação, tradição e costume, acabou aceitando as disciplinas e as exigências daqueles que detinham a hegemonia como leis naturais e evidentes.

(83) MUNARIN, A. op. cit., p. 39.

(84) Id., Ibid.

IV - A FORMAÇÃO DO CABOCLO DE 1950 A 1970: A ERA DA INDÚSTRIA DA MADEIRA

Na primeira fase, estudada no capítulo anterior, a fazenda e a roça constituíram os núcleos centrais da produção e, portanto, os dois principais locais de trabalho e de vida da população despossuída. Foram os locais onde se desenrolou o processo de aprendizagem dos conhecimentos, das técnicas e do desenvolvimento das destrezas necessárias que o caboclo deveria adquirir e aplicar na realização das tarefas que faziam parte de seu ofício de peão e de roceiro.

A partir dos anos de 1950, com o processo de industrialização da madeira, ao qual se convencionou chamar de "**ciclo da madeira**", a formação do cabolco, enquanto trabalhador, entrou numa nova fase. As mudanças no modo de extração da madeira tornaram necessárias, não apenas transformações nas condições gerais do processo social de produção⁽¹⁾, mas também, nas condições específicas do processo de formação da população trabalhadora local, formada basicamente por caboclos, ex-peões nas fazendas de

(1) Como as transformações ocorridas nos meios de comunicação e sobretudo no transporte com a abertura e construção da BR-116 utilizada para o escoamento da madeira serrada para outros pólos de mercado.

gado e ex-roceiros, ocupados nas plantações de subsistência.

A respeito da formação do caboclo, esta ocorreu no interior das relações produtivas, onde a serraria, instalada como núcleo básico da produção da madeira, passou a ser o local de trabalho e de vida dos caboclos que deixavam as fazendas e as roças. Neste local, os trabalhadores eram rigorosamente enquadrados no hábito e nas disciplinas exigidas no trabalho metódico, no trabalho regular, organizado e controlado de acordo com os interesses e as necessidades reais dos capitalistas da madeira, empenhados na aquisição da maior produtividade e, conseqüentemente, do maior lucro possível. Essa prática do lucro entre os capitalistas, foi apontada por **Karl Marx** quando este afirmou:

"nosso capitalismo não é movido por puro amor aos valores-de-uso: Produz valores-de-uso apenas por serem e enquanto forem substrato material, detentores de valores-de-troca (...). Além de um valor-de-uso quer produzir, não só valor, mas também valor excedente" (2).

Trata-se, portanto, nesta segunda fase de domínio da exploração da madeira na condição capitalista, de explicitar o modo como se realizou e se desenvolveu o recrutamento dos caboclos peões e roceiros para a nova forma de trabalho, bem como apontar para as formas de controle e disciplinamento da sua habitação.

(2) MARX, O capital, Vol I, 1987: 210.

1. A extração do "pinheiro brasileiro" no Planalto Catarinense no início do século XX: o caso do Brazil Railway Company

O desenvolvimento deste tópico limita-se a uma apreciação descritiva e geral sobre o processo de extração da madeira, ocorrido no início do século corrente no Planalto Norte de Santa Catarina e os seus efeitos para a população, formada de caboclos habitantes da região.

No contexto da historiografia catarinense, parece que uma das primeiras experiências de caráter predominantemente capitalista foi a extração das reservas araucárias ou pinheiros do Planalto Norte Catarinense. Esta experiência está vinculada à Brazil Railway Company que instalou nessa região uma moderna indústria madeireira, indústria esta que se encarregou da realização do processo de extração da madeira existente nas proximidades do Vale do Rio do Peixe.

Sobre a produção da madeira relacionada a essa moderna indústria, **Maurício Vinhas de Queiros**, diz o seguinte:

"Cerca de 300 metros cúbicos de madeira eram ali serradas diariamente (...). Em dez horas de trabalho cortavam-se cerca de 1050 dúzias de tábuas (...)" (4).

(3) "O Rio do Peixe localiza-se no Planalto Norte de Santa Catarina e corre na direção norte-sul, desembocando em pinhais, e, segundo testemunhas, os melhores pinhais do Estado" (MARTENDAL, 1980, p. 41).

(4) QUEIROS, M.V., op. cit., p. 74.

A cerca de forma de organização do trabalho, ele diz:

"Todas as operações (a coleta das toras no interior da floresta, a derrubada das árvores, o descascamento das toras, o desdobramento da madeira e armazenagem) eram feitas de forma sistemática e mecanizada" (5).

Frente à moderna exploração da madeira, muitos dos pequenos serradores viram-se na condição de fechar os seus engenhos rústicos de trabalho, já que tiveram a saída dos seus produtos fechada face a produção com base na sistematização e mecanização. Os pequenos produtores locais foram, dessa forma, arruinados pela instalação dessa moderna exploração da madeira (6).

Por outro lado, os pequenos lavradores (caboclos roceiros) que estavam vinculados basicamente a uma economia de subsistência e viviam na situação de posseiros na terra onde plantavam, foram expropriados pela Brazil Railway que, em 1908, obteve não apenas a concessão da construção do trecho ferroviário, como também o direito sobre uma faixa de terra de 15 Km de cada lado do traçado da estrada. Com base nessa concessão, declara expressamente proibido invadir ou ocupar as terras pertencentes à companhia.

Sobre a expropriação do caboclo roceiro do planalto catarinense pela Companhia de origem inglesa, descreve Cabral:

(5) Id., Ibid.

(6) SALVADOR MENDONÇA, A situação internacional do Brasil. Rio de Janeiro-Paris, Livraria Garnier, 1913, p. 21. Outras obras que tratam dessa questão: a de QUEIROS, M.V., op. cit., MONTEIRO, Duglas Teixeira, op. cit.

"o sertanejo humilde, que se instalara nas terras devolutas à margem do Rio do Peixe, buscando encontrar trabalho para subsistir com sua prole (...). Ali fixado, viu-se expulso das que ocupava e sobre as quais construira o seu pequeno rancho" (7).

Dessa forma, a expropriação dos caboclos roceiros que trabalhavam por conta própria em suas pequenas lavouras e o divórcio entre eles e o seu meio de produção fundamental (a terra) corresponde à sua incorporação a outros tipos de ofício, bem como à transformação de muitos deles em marginais.

A esse respeito, **Cabral** diz:

"Uns buscavam serviço nas fazendas; outros se fixavam nas proximidades ou mesmo nas vilas, como jornaleiros e que passavam a dedicar-se a outros ofícios manuais. Muitos ainda, marginais, também como aqueles primeiros, passaram a viver do trabalho ocasional, fosse qual fosse, mesmo de empreitada" (8).

Nos casos de resistência, a companhia utilizava a força policial por ela mesma criada para reprimir e forçar o caboclo roceiro a deixar a terra, e assim, tornar-se um trabalhador "livre" para ser explorado como força de trabalho assalariada na construção da ferrovia, ou na indústria madeireira. Como definiu o escritor catarinense **Guido Wilmar Sassi**, "expulso da terra, ao caboclo restou um caminho a seguir: ser operário da companhia inglesa" (9). A terra deixava de ser, portanto, o lugar de vida e de trabalho deste trabalhador agrícola para se tornar nas

(7) CABRAL, O.R. p. 95-106.

(8) Id., Ibid.

(9) SASSI, Guido Wilmar. Geração do deserto. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964, p. 13.

mãos dos capitalistas uma espécie de objeto comercial de especulação.

Nesse contexto são, portanto, introduzidas novas forças produtivas que foram engendrando novas relações de trabalho as quais, por sua vez, exerceram influência sobre o processo da formação dos caboclos, enquanto trabalhadores despossuídos, ficando sem ter outra coisa para subsistir além da própria força de trabalho.

Dessa forma, a classe dos assalariados que surgiu ainda no curso da primeira metade do século atual, na Região Serrana Catarinense foi formada, em parte, por caboclos, nascidos e criados nas relações de trabalho das fazendas de gado e das pequenas plantações e criações de animais, de caráter predominantemente de subsistência.

2. A evolução das formas de produção da madeira no Planalto Sul: Das relações de subsistência às relações capitalistas

Antes da instalação da moderna indústria extrativa da madeira, mais ou menos por volta de 1950, pelos chamados "gringos"⁽¹⁰⁾ rio-grandenses, o homem da Serra Catarinense, por meio de ferramentas rústicas (machado, cunhas e serrotes), do trabalho

(10) "Gringo" era a denominação comum atribuída aos empresários da madeira de descendência italiana pelas pessoas do planalto.

manual, extraiu a madeira durante muito tempo, pressionado pela necessidade de moradia, de construção de cercas, de produção de lenha e outras mais. O seu modo de produzir a madeira gerava, nessas condições, valores-de-uso, indispensáveis na realização das suas necessidades mais elementares de sobrevivência. A esse respeito descreve **Ari Martendal**:

"Os pinheiros (...) tendo-se em vista sua plasticidade como madeira, sempre foram utilizados na região na forma de ranchões falquejados ou até mesmo lascados (ranchões, tábuas e outras peças de madeira obtidas mediante utilização de machados, cunhas e outros instrumentos rudimentares) para a construção de cercas e outras benfeitorias, ou em forma de pequenas tábuas para a cobertura de galpões e até de residências, ou de tábuas maiores (também lascadas e falquejadas) para a construção de paredes. Outras vezes, os pinheiros serviam para alinhamento de construções e de pontes" (11).

Assim, o pinheiro nativo constitui uma realidade econômica de subsistência para o homem serrano, na reprodução da sua existência material.

Ainda no período que antecede à instalação ligada ao processo moderno de produção de madeira, o aparecimento da lâmina de serra e a introdução da máquina de serrar movida pela força hidráulica no processo da produção da madeira, representaram uma evolução no aperfeiçoamento das ferramentas e, portanto dentro de suas limitações, propiciaram um aumento da produtividade.

Sobre a lâmina de serrar, diz **Martendal**:

(11) MARTENDAL, op. cit., p. 52.

"A lâmina de serra veio aperfeiçoar o processo de produção e de alguma forma, intensificou o consumo local. Uma peça serrada apresentava uma qualificação superior às peças lascadas e falquejadas. No entanto o processo era manual: houve apenas melhoria de instrumental: a serra era manejada por dois homens que, apoiando a tora sobre um cavalete executavam a tarefa de serragem" (12).

A propósito do engenho-de-serra com base na força hidráulica, das suas limitações em termos de recursos técnicos e humanos, diz ele:

"O engenho-de-serra, que empregava tecnologia rudimentar e instalações modestas, não apresentava produtividade elevada. Isto se devia à pequena velocidade da serra, que dependia não só da capacidade hidráulica, mas também das limitações de aparelhagem e do instrumental complementar. Acrescenta-se o fato de que o número de trabalhadores era reduzido (duas ou três pessoas executavam com facilidade os trabalhos do engenho) e mais o fato de que o proprietário geralmente mantinha o engenho como um negócio suplementar e não como atividade principal" (13).

No engenho-de-serra, a produção da madeira era, de uma maneira geral, o produto individual de um artífice, o serrador que, com o auxílio de um ou mais trabalhadores, administrava e controlava as diferentes operações, tais como: a derrubada do pinheiro, o descascamento, a coleta de tora e seu transporte até o engenho, onde a tora era serrada e transformada em tábuas. O processo de trabalho era realizado, dessa forma, num ritmo lento e caracterizava-se, sobretudo, pela baixa produtividade, voltada basicamente para atender as exigências e as necessidades da população da região. No entanto, o grande número de

(12) MARTENDAL, op. cit., p. 52.

(13) Id., Ibid., p. 53-54.

pinheiros existentes no Planalto Serrano veio a ser a matéria-prima principal explorada pela moderna indústria madeireira, denominada comumente de **serraria**.

A serraria introduziu a máquina movida a vapor, determinando um novo ritmo no processo de trabalho da madeira o que influiu no processo de transformação das relações de trabalho anteriores. A madeira deixou de ser o produto individual de apenas um trabalhador e seu ajudante para se transformar no produto social de um conjunto de trabalhadores assalariados. Cada um desses trabalhadores realizava uma tarefa específica face à decomposição do processo de trabalho. Processo este, onde cada operação era subdividida e cada nova subdivisão isolada era transformada em função exclusiva de um trabalhador determinado. Assim, a serraria, com base na máquina a vapor, distinguiu-se do engenho-de-serra, que gerava novas relações de trabalho, e consequentemente, maior produtividade, em graus antes desconhecidos.

Essas relações de trabalho, **Martendal** as expressa da seguinte forma, referindo-se à distinção entre a serraria e o engenho-de-serra.

"A serraria, em relação a um engenho-de-serra, compreendia instalações mais amplas. Utilizava energia a vapor onde a lenha (...) era usada como combustível da máquina geradora de força (...).

Todo complexo de instalações era abrigado por um imenso barracão. O barracão situava-se no assim chamado pátio da serraria (...).

Todas as serrarias orientavam-se por um modelo padrão, quer no aspecto operacional, quer no aspecto organizacional. A diferença básica entre os trabalhadores de engenho-de-serra e de serraria consistia em que, enquanto no engenho-de-serra um mesmo trabalhador que executava várias operações com

vista a um produto final, na serraria o ritmo acelerado da serra obrigava uma fragmentação ponderável do trabalhador" (14).

A respeito da produtividade gerada pela serraria ou desenvolvimento do sistema chamado "Tissot"⁽¹⁵⁾, diz ele:

"... além de alterar toda a aparelhagem utilizada pelo engenho-de-serra, vem propiciar uma produção em larga escala, o que aliado a outros fatores de mercado, desperta e incentiva investimentos no setor madeireiro" (16).

Os investimentos no setor madeireiro na região do Planalto Serrano, de um modo geral, antes da segunda metade do século corrente, foram muito limitados. Existiam algumas serrarias, mas a sua produção limitava-se a atender a demanda local. Por outro lado, os fazendeiros, que não se caracterizavam pelo que se convencionou chamar "espírito empreendedor", dedicaram-se única e exclusivamente ao desenvolvimento da pecuária extensiva fazendo, portanto, desta economia, a principal e a maior fonte de riqueza. Assim, os fazendeiros, voltando todos os seus recursos para a pecuária, não atribuíram grande valor ao pinheiro, árvore esta considerada muitas vezes como um empecilho para a reprodução do gado que exigia sobretudo terra de pastagens.

Essa pouca valorização do pinheiro pelo fazendeiro do município de São Joaquim, é apontada por **Teófilo de Mattos**, no

(14) Id., Ibid. p. 55-61.

(15) O sistema Tissot compreende o desenvolvimento da máquina de serrar movida a vapor, máquina esta denominada locomotiva. A unidade produtiva que se apropriou desse sistema passou a ser chamada de serraria.

(16) MARTENDAL, op. cit., p. 54.

seguinte trecho:

"Falando dos pinheirais do município de São Joaquim. Naquela época (antes de 1950) não se dava tanto valor ao pinheiro. Quando havia uma herança das famílias de grande posse, uma partilha de terra, o sujeito não queria ficar no lugar onde tinha muito pinheiro. Então, na partilha da terra, fazia-se assim: dava-se o dobro de terra para o fazendeiro, isto é, o indivíduo que ficasse com os pinheiros porque não tinham tanto valor" (17).

Mas a quantidade de pinheiros existentes, segundo **Enedino Batista**, em relatório elaborado em 1940, "são de molde a perspectivar-se promissor porvir" (18). Esse mesmo autor fez uma lista dos proprietários de serrarias existentes no município de São Joaquim no ano de 1940, ocupadas na produção da madeira para atender às necessidades da população local (cf. tabela número 01, a seguir, (apresentada neste trabalho a título de ilustração)).

O que, no relatório de 1940, era apenas uma previsão do autor ("perspectivar-se promissor porvir"), tornou-se uma realidade, quando, por volta dos anos de 1950, ocorreu a instalação de várias serrarias por toda a região do Planalto Serrano, ligadas ao moderno processo de extração das reservas de pinheiros. Esse processo foi empreendido, sobretudo, por empresários da madeira de origem italiana, vindos do Rio Grande do Sul, e abriu caminhos na direção dos lucros propiciados, em parte, pela valorização, e conseqüentemente, expansão do comér-

(17) Teófilo de Mattos, entrevista realizada em 20/07/1989.

(18) RIBEIRO, E.B. op. cit., p. 32. Em relação ao número de pinheiros segundo dados do referido autor, existiam cerca de 10.970.000.

cio da madeira tanto no mercado interno como no mercado externo (também, a título de ilustração apresenta-se a tabela 02, a seguir).

A respeito da implantação da moderna extração da madeira como resultado da expansão do mercado e de outros fatores, explica Paulo Fernando Lago:

"As atividades de extração da arborea tornaram-se importantíssimas em virtude da valorização do preço da madeira, sobretudo no mercado externo e, quando os meios de transporte permitiram transferência de matérias-primas de grande peso" (19).

Sobre a exportação da madeira de pinheiro (araucária) no município de Lages ainda na década de 1950, descreve Licurgo Costa:

"Na década de 50, Santa Catarina concorria com 64% da madeira exportada pelo Brasil. Desta percentagem, a maior parte cabia a Lages, que assim deteve, por muitos anos, o primeiro lugar no Brasil, como produtora de madeira de pinho" (20).

A produção de madeira assumiu, portanto, uma posição de liderança no setor econômico e social, no Planalto Serrano. A serraria tornou-se a principal indústria, e as floretas de araucária, a fonte de matéria-prima por excelência. Essas florestas passaram a ser, ao mesmo tempo, objetos úteis e veículos de va

(19) LAGO P. Fernando. Santa Catarina: dimensões e perspectivas. Fpolis, UFSC, 1978, p. 242-243.

(20) COSTA, L. op. cit., p. 914. Maiores informações sobre o mercado da madeira de Santa Catarina, ver BOSSLE, Ondina Pereira. História da industrialização catarinense. Fpolis, C.F. N.I. e FIESC, 1988.

TABELA Nº 01 - Relação dos proprietários das Serrarias
existentes no município de São Joaquim
em 1940

PROPRIETÁRIOS	LOCAL
Hermínio da Silva Dutra	Postinho
Joaquim Oliveira	Pericó
João Medeiros	Antonina
João Lotim	Rondinha
Antônio Carlos Walttick	Sede
Marcos Barreto dos Santos	Postinho
Brasiense dos Santos	Açude
Abrão Marafigo	Açude
Frontino F. dos Santos	Açude
Dorvino de Lima	Postinho
Lídio Fontanela	Sede
Manuel Waltrick de Mattos	Antonina
Hortêncio Rodrigues	Boqueirão
Otacílio Barbosa	Antonina
Joaquim Marica	Antonina
Bernardo Quista	Porto Velho

Fonte: Enedino Batista Ribeiro, São Joaquim: Estatística-
ca-Descritiva, 1941.

TABELA Nº 02 - Relação das Serrarias existentes no município de São Joaquim nos anos 70.

ANO/1970	SERRARIAS
	Madereira Ceifert LTDA.
	Graciano Camozzoto S.A.
	Becker & Filho
	Mazzochi Letti S.A.
	Luiz Nicoletti
	Bofi Candemil
	Ind. Mad. Suzim
	Irmãos Thomazzi Ltda.
	Ernesto Dalpezzol & Filhos
	Roberto Baggi & Cia. Ltda.
	Pedro Camilotti
	Macekoff Ind. Mad.
	Wilmar Henrique Becker
	Mulher & Filhos
	Francisco Otto Kunrats
	João Gracioso Zanetti Ltda.
	Maurilio Albanoz & Cia. Ltda.
	Maziero Alves & Koeche Ltda.
	Sociedade Caraúna
	Anselmo Garamoni
	Angelo Grillo
	Cruz de Malta (Caxias)
	Irmãos Silveira
	Omorino Rossi Filho
	Antônio Gillier Seifert
	Madereira Calcinato
	Madereira Izabelence
	Madereira Rovares Ltda.
	Madereira Dal Bó
	Incodema Ind. Mad.
	Irmãos Grigoletto

Fonte: IBDF.

lor-de-troca, enquanto transformadas em mercadorias. No conjunto dessa produção e relações de mercadoria, o trabalho como intercâmbio entre o homem e a natureza, entre os homens e entre os homens e os instrumentos de produção, fazia-se, não como meio de produzir valor-de-uso, necessários à satisfação das necessidades fundamentais de sobrevivência, mas como valor no sentido da aquisição da máxima de lucro. Travava-se, assim, de definir a instalação do moderno processo da produção da madeira na região serrana catarinense, articulado com as novas políticas-econômicas desenvolvimentistas ocorridas no Brasil, sobretudo, durante o governo de Juscelino Kubitschek, de 1956-1961.

Cabe lembrar que a administração do Governo de Juscelino Kubitschek representou um momento de auge no contexto da evolução da industrialização do Brasil. A instalação de indústrias automobilísticas, de construção naval, de materiais elétricos, da fabricação de celulose, de máquinas agrícolas e outras mais, representaram um saldo qualitativo em termos de tecnologia e aumento da capacidade produtiva. Assim, uma nova realidade histórica, no campo econômico e social, concorre decisivamente para a expansão do modo capitalista de produção no país, qual se desenvolve assumindo algumas características.

Essas características do modo de produção capitalista no Brasil são descritas por **Otto Alcides Ohweiler**, ao analisar o desenvolvimento da indústria durante o Governo de Juscelino Kubitschek:

"O modo de produção capitalista assume a dominância

na base econômica da forma social brasileira na condição de um capitalismo monopolista triplicamente facetado: privado local, estatal e estrangeiro" (21).

Depois disso acrescenta ele:

"o capitalismo brasileiro, do ponto de vista da sua inserção no processo da evolução orgânica do capitalismo em escala universal, é um capitalismo hipertardio" (22).

Assim, a política econômica governamental precisou orientar-se, muito mais, pelas determinações desse sistema econômico. O Estado não apenas assumiu um papel de orientador, mas também interferiu diretamente na produção, objetivando acelerar o processo de industrialização⁽²³⁾. Criavam-se as condições básicas de infra-estrutura, financiavam-se projetos e capital, caracterizando de fato uma política de favorecimento do capital e de amplo estímulo a esse processo de industrialização.

No contexto dessa prática política desenvolvimentista, levada a efeito pela administração do governo de Kubitschek, ocorreu a fase de auge no desenvolvimento da industrialização da madeira no Planalto Serrano de Santa Catarina em face às mudanças

(21) OHLWEILER, Otto Alcides. Evolução sócio-econômica do Brasil: do descobrimento à Nova República. Porto Alegre, Tchê, p. 151.

(22) Id., Ibid.

(23) Sobre o aprofundamento das relações entre o Estado e a economia nacional ver IANNI, O. Estado e Planejamento Econômico no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, 142ss. Ainda sobre o processo de industrialização no Brasil, ver CARDOSO DE MELLO, J.M. O capitalismo tardio, São Paulo, Brasiliense, 1982. BRESSER PEREIRA, L.C. Economia Brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1982.

efetuadas nas condições gerais do processo social de produção, sobretudo, nos meios de transporte da madeira.

A esse respeito, **Antonio Munarin** fez comentários gerais, mostrando a importância da construção da BR-116 e a inserção da economia da madeira da região no desenvolvimento do processo de industrialização nacional:

"É a indústria, definitivamente, que passa a dar a tônica na divisão social do trabalho, na produção econômica brasileira (...). Se constrói a nova capital da República, Brasília (...). Constrói-se a BR-116, () que passa pela Região Serrana de Santa Catarina e a tira do isolamento (...). A madeira foi o elemento básico para a produção da região. Foi o elemento básico, concreto do processo mercantil de âmbito nacional ao qual a região foi inserida (...). A região saiu do isolamento, perdeu seu caráter de ilha, no sentido econômico, isto é, passa a compor um cenário de amplitude nacional, desempenhando um papel específico em função do todo homogeneizado (...)" (24).*

Sobre os efeitos do processo de industrialização da madeira no município de Lages, no tocante à demografia e criação de infra-estrutura, diz ele:

"A cidade de Lages cresce: aumenta a sua população () de 17.337 habitantes em 1950 para 39.807, em 1960.*

(*) Na versão do Autor citado, uma das razões importantes da BR-116 ser construída teria sido exatamente o escoamento da madeira para outros mercados (MURANIN, op. cit., p. 89-91).

(24) Id., Ibid.

(*) Segundo Martendal, aumento da população verificado no município de Lages, deveu-se principalmente a um fator, do qual decorreram três estágios: 1) a chegada dos gaúchos que empreenderam o processo de industrialização; 2) os novos trabalhadores demandados pelos estabelecimentos industriais e comerciais que surgiram com o suporte da manutenção mecânica das unidades de produção e dos meios de transporte; 3) a liberação dos contingentes de trabalhadores ao final do ciclo da madeira (MARTENDAL, 1980: 45).

Instala-se na cidade uma importante rede de serviços, a cidade se equipa para a manutenção mecânica das serrarias, para o escoamento da produção; dinamiza-se o comércio e a indústria de apoio — Lages ganha importância, por exemplo, na fabricação de carrocerias e reboques de caminhões (...), em retífica de motores e em recauchutagem de pneus" (25).

No setor de serviço, além da existência do SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) instalado em Lages, em 1948, foi criado o SESI (Serviço Social da Indústria), em 1953 e o de prestação de serviços, contribuíram de maneira significativa para a formação de recursos humanos. Também foram criadas algumas agências bancárias, como o Banco do Brasil, em 1952 e o Unibanco, em 1957; grandes lojas de acessórios e peças de veículos pesados, como caminhões, tratores e outros mais.

Essas situações condicionaram o desenvolvimento do moderno processo de industrialização da madeira que, a partir dos anos 50 até o final da década de 1970, assumiu a dominância na produção e nas relações da produção na formação da sociedade do Planalto Serrano Catarinense. Nesta fase significativa da produção da madeira, a pecuária extensiva deixou de ser a principal atividade econômica e social, cujo domínio, como vimos no capítulo anterior, estendeu-se desde os primeiros tempos que marcaram a fundação da primeira vila serrana, em 1771, pelo fazendeiro paulista, Antonio Correa Pinto. Domínio este estabelecido e realizado por meio de relações sociais do tipo patrimonialista, onde

(25) MUNARIN; op. cit., p. 89-91.

a grande quantidade de terra era a chave do poder econômico, social e político dos produtores de gado da região, onde as relações de trabalho definiam-se mais no sentido "senhor-servo", embora o trabalhador não fosse considerado "servo", mas sim um peão, roceiro, capataz, agregado. O caboclo era trabalhador, mas não o era no sentido assalariado, característica do moderno proletariado. Essa forma de trabalho⁽²⁶⁾, foi introduzida, sobretudo, pela serraria que se utilizava do salário pago em dinheiro na realização do contrato de trabalho. O próprio trabalhador, ou seja, o caboclo, que vinha sendo até a chegada da serraria, do novo patrão se vê diante de uma nova organização do trabalho para a qual é recrutado na condição de trabalhador assalariado.

Com o advento da serraria na segunda metade deste século, o processo que determina a extração das matérias-primas — as araucárias — do planalto serrano catarinense é, portanto, o

(26) A forma de trabalho assalariada instituída pela serraria, não deixou de ser uma novidade e um mecanismo de atração para o recrutamento dos caboclos como força de trabalho. Estes estavam acostumados a trabalhar muitas vezes por alimentação, moradia, remédio e vestimentas. Na fazenda, era raro o pagamento em dinheiro aos seus trabalhadores.

(27) O novo patrão é entendido aqui o empresário ligado ao processo de industrialização da madeira. Este, ao contrário do fazendeiro, "se caracterizava pelo espírito empreendedor e progressista detendo em suas mãos os negócios mais lucrativos da época" (MARTENDAL; 1980: 44).

processo de "mais-valia" (28) que constitui o conteúdo e o objetivo central do capitalismo da madeira. Este processo se inicia mediante a realização de um contrato de trabalho que estabelece, de um lado, as condições da venda da força de trabalho pelo trabalhador e, de outro, a compra pelo empregador. Por esse procedimento, o trabalhador transfere para o capitalismo o poder de controlar e dominar o processo de trabalho. Mas para se chegar a esse fim, três condições tornaram-se necessários e generalizadas através de toda a sociedade, conforme a explicação de Harry Braverman, sobre o modo capitalista de produção:

"Em primeiro lugar, os trabalhadores são separados dos meios com os quais a produção é realizada, e só podem ter acesso a eles vendendo sua força de trabalho a outros. Em segundo lugar, estão livres de constringências legais, tais como servidão ou escravidão, que os impeçam de dispor de sua força de trabalho. Em terceiro, o propósito do emprego do trabalhador torna-se a expansão de uma unidade de capital pertencente ao empregador, que está assim atuando como um capitalista" (29).

No conjunto destas determinações inerentes ao modo capitalista de produção, os caboclos, acostumados ao trabalho regulado pela lógica da natureza e da necessidade de subsistência aos ritmos sazonais, já não podiam mais seguir seu próprio ritmo no trabalho, mas sim um calendário, um horário regular e um

(28) A mais-valia, é entendida aqui no sentido definido por Marx, isto é, como uma forma específica da exploração do trabalho pelo modo de produção capitalista, onde o excedente toma a forma de lucro e a exploração resulta dos trabalhadores produzirem um produto líquido que podem ser vendidos por mais do que eles recebem como salários (MARX, Vol. I, 1987, 210 a 259).

(29) BRAVERMAN, H. Trabalho e capital monopolista. Rio de Janeiro, Zahar, 1981, p. 54-55.

ritmo imposto pela serraria, que estava assim atuando em conformidade com as práticas capitalistas de produção de trabalho excedente, promotor do lucro. Na verdade, salário e lucro constituem as diretrizes básicas do capital.

3. Caboclos peões e roceiros diante da serraria

Para os caboclos das fazendas e das roças, a instalação da serraria representou, nesta segunda metade do século presente, o momento histórico decisivo que definiria, de uma maneira geral, a sua inserção no mundo do trabalho assalariado.

Frente às condições de trabalho e de vida existentes nas fazendas de criação de gado e nas pequenas lavouras a quase meio caminho de uma economia de subsistência, a serraria oferecia algumas vantagens aos caboclos, tais como: salário fixo mensal e remunerado em dinheiro, casa de moradia aparentemente melhor do que aquela da fazenda ou da roça, crédito de compra no armazém da própria firma, educação para os filhos em escolas construídas pela firma, assistência médica, assistência religiosa mais constante, carteira assinada e, inclusive, prêmio por maior produtividade. As formas de lazer, variavam, como os bailes aos

finais de semana e, sobretudo, os campeonatos de jogos dos caboclos peões e roceiros, que viviam praticamente só de rezas e isolados em suas formas de trabalho. Dessa forma, a serraria encontrou grande parte da sua mão-de-obra entre os caboclos já despossuídos dos meios de produção pelo processo social e historicamente determinado anteriormente. Para esses trabalhadores, restava apenas a capacidade de sua força de trabalho para ser comercializada na luta pela sobrevivência. Aliás, essa é uma condição vinculada ao modo de produção capitalista, que pressupõe, segundo Karl, a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho" (30).

Começou, portanto, a partir dos anos 50, o processo de deserção dos caboclos de seus antigos locais de trabalho, os quais passavam a ser recrutados para a nova forma de trabalho posta pela serraria, o núcleo central da produção da madeira no sentido capitalista. Dessa forma, começou a se constituir uma classe de assalariados, formada, em grande parte, por esses trabalhadores ex-peões e ex-roceiros, uma força de trabalho despossuída, mal remunerada e explorada nas relações econômico-sociais do sistema patrimonialista, fundamentada na grande propriedade. Provavelmente, na ausência de outras formas de produção, acabariam morrendo sob o domínio e a exploração da classe hegemônica latifundiária.

(30) MARX, O capital. Vo. II, 1987. p. 830.

O relato de **Teófilo de Mattos** aponta para essa deserção dos caboclos das fazendas de gado do município de São Joaquim para a serraria, ao explicitar as conseqüências dessa indústria na exploração das reservas de araucária e na sociedade de um modo geral:

"Por volta de 1950, começaram a aparecer os madeiros, que começaram a comprar pinheiros. O fazendeiro sempre estava mal de dinheiro porque o gado geralmente era vendido de ano em ano (31). Assim, com o dinheiro da venda dos pinheiros dava para comprar um carro. E o madeiro era gente que sabia serrar, sabia fazer negócios (...). Por isso, surgiu em São Joaquim o chamado ciclo da madeira.

No ciclo da madeira foi assim: todos tiraram pinheiros e em seguida foram embora. Destruíram as florestas de pinheiros e criaram problemas de ordem social. No lugar onde tinha uma serraria se construía muitas casas. Daí os caboclos que trabalhavam nas fazendas começavam a se mudar para a serraria. Deixavam a fazenda porque na serraria ganhavam o salário e o dinheiro entrava todos os meses. Desse modo se tirava o peão especializado da fazenda, que não se adaptava mais aos trabalhos da fazenda onde o salário era menor e se pagava aos poucos" (32).

Ari Martendal analisou de forma mais sistematizada, a passagem dos caboclos da fazenda e da roça para a serraria, atribuindo algumas causas relacionadas, sobretudo, com a possibilidade desses trabalhadores mudarem para uma vida melhor, "já que ser peão ou roceiro era mesmo para quem não podia ser outra coisa na vida" (33). Assim, descreveu alguns estímulos criados pela

(31) A pecuária extensiva no Planalto Serrano Catarinense, desde a sua origem no século XVIII até o momento histórico atual, em quase nada se modificou. O gado era e ainda o é, em grande parte, deixado no campo até crescerem e depois o comercializam para o abate. Neste sistema de produção do gado, a pecuária constituía, assim, uma atividade econômica de lucros não imediatos e até mesmo discretos.

(32) Teófilo de Mattos, entrevista realizada em 20/07/1989.

(33) MARTENDAL, op. cit., p. 56-57.

serraria que motivavam os caboclos a deixar os seus trabalhos tradicionais e a ingressar para a nova forma de trabalho:

"Caboclos, até então ocupados com as lides da roça e do campo eram absorvidos como mão-de-obra. Ocorre que a serraria nunca exigiu maior qualificação profissional por parte de seus operários. Além disto, os donos de serraria (os madeireiros) utilizavam alguns estímulos que despertavam muito interesse por parte dos caboclos. Dentre estes estímulos destacavam-se:

- i) pagamento do salário no fim do mês e pagamento em dinheiro vivo, o que constituía numa novidade, para quem como agricultor em regime de subsistência, só havia algum dinheiro por ocasião das colheitas principais;
- ii) oferecimento de uma casa nova para morar, ou seja, uma casa localizada na vila operária, com vizinhança próxima o que vinha facilitar uma vida social mais interessante e mais movimentada;
- iii) oportunidade para criar pequenos animais e até mesmo manter uma vaca-de-leite, terreno para pequenas roças e plantações e madeirame para benfeitorias complementares" (34).

Depois de expor os fatores estimulantes, acrescenta ele:

"o trabalhador sair do serviço de roça ou de fazenda para se tornar um operário significava, perante seu grupo, uma elevação de status ..." (35).

O mérito dessa descrição de Martendal é a sua clareza em ilustrar a passagem dos caboclos peões ou roceiros para operário na serraria, acenando para algumas questões de ordem social: o status de ser operário. No entanto, apesar de sua clarividência social e da sua profunda reflexão em cima do referido problema, o Autor é indiferente à situação de vida desses traba-

(34) Id., Ibid.

(35) Id., Ibid.

lhadores, que se caracterizavam pela falta de recursos econômicos e sociais e sobretudo, pela dominação e exploração dos detentores dos meios de produção. A situação de vida foi, portanto, a causa principal da inserção desses trabalhadores no trabalho na serrria, bem como pela sua redução ao assalariamento. Logo, a passagem dos caboclos das formas anteriores de trabalho para o trabalho assalariado deve ser explicada e entendida não apenas como uma questão de "status", mas como uma necessidade urgente de libertação do isolamento, do desamparo no campo econômico, no setor de saúde, da instrução e outros mais aos quais estes trabalhadores foram submetidos durante longos anos pela dominação dos latifundiários criadores de gado.

Por outro lado, viviam os caboclos, e em particular, o caboclo peão das fazendas, ameaçados pela crise da pecuária⁽³⁶⁾ verificada entre 1920 e 1950, período em que se registrou uma queda sensível na produção dos rebanhos de bovinos, equinos, asininos do município de Lages, conforme mostra a tabela abaixo:

Lages - Pecuária, rebanhos em milhares de cabeças entre
1920 e 1950

BOVINOS					Equinos; Asininos Muare				
LAGES			Todo o Estado		Lages		Todo o Estado		
1920	209,9	36,0	582,3	100%	44,0	25,2	156,0	100%	
1950	153,9	16,8	914,3	100%	14,3	16,8	84,9	100%	

Fonte: LISANDI, Luiz. Estrutura social e econômica da vila de Lages. s.d.

(36) Algumas informações sobre a crise da pecuária no município de São Joaquim podem ser obtidas na leitura do romance de Tito Carvalho, Bulha d'Arroyo. Fpolis, Imprensa Oficial do Estado, 1939.

A pecuária do Planalto Serrano Catarinense dependia ainda da pecuária em São Paulo, Mato Grosso e Minas Gerais. Essa condição de dependência, acrescida da ausência de métodos modernos, de lucros não imediatos e, até mesmo, incertos, impediu a pecuária serrana, como atividade econômica dominante, de propiciar aquelas condições objetivas, tanto a nível material como cultural, que conduzissem profundas transformações em termos de criação de um operariado com base no assalariamento. Dessa maneira, a deserção dos caboclos serranos das fazendas e das roças, o seu recrutamento e transformação em trabalhadores assalariados é um resultado que tem a ver com as estruturas econômicas e a sociedade em geral, que se consolidaram ao longo dos anos na região como um todo.

Ainda no que diz respeito à história da proletarização dos caboclos do Planalto Serrano Catarinense, cabe considerar aqui as posições de **Antonio Munarin** que tratam da referida questão, ligada ao desenvolvimento do processo de industrialização da madeira, ocorrido a partir dos anos 50 do século atual:

"O trabalhador rural se proletarizou, conforme podemos verificar:

- a) *o peão da fazenda - caboclo-peão -, de uma relação de trabalho patrimonialista, passa a viver agora, na serraria, uma relação binária, vertical, moderna capitalista;*
- b) *o pequeno agricultor - caboclo-roceiro -, que antes era autônomo (37), que dominava todo o processo de pro-*

(37) Neste estudo tratou-se do caboclo roceiro não como trabalhador autônomo, mas pelo contrário, como um tipo de trabalhador dependente, isolado e desamparado, frente a sua própria situação de vida de trabalhador sem terra própria e inse-

dução, que era dono (proprietário ou posseiro) dos meios de produção e livre para vender sua força de trabalho (...). Deixava de ser roceiro para ser operário de uma sociedade implantada no interior" (38).

Poucas linhas depois, afirma:

"As condições materiais, sem dúvida, estavam postas para dar origem ao proletariado na região serrana de Santa Catarina, mas estas não eram condições suficientes, muito menos se pensamos num proletariado com consciência de classe para si. São necessárias mudanças culturais profundas que extrapolam as relações econômicas (...). São necessários os movimentos sociais, geradores de crise" (39).

Depois disso, acrescenta:

"As condições em que ocorreu a evasão dos caboclos das roças e fazendas para as serrarias não são geradoras nem resultado de crise nas relações sociais e nas relações de produção da época (...). Ao contrário (...) os caboclos abandonam as fazendas e as roças, atraídos por melhores condições de vida na serraria e pela possibilidade de ascensão social. Não houve, portanto, ruptura" (40).

Questiona-se a possibilidade de ascensão na escala social atribuída como a causa da incorporação do caboclo na serraria na condição de assalariado, haja visto não existir outra alternativa de vida melhor para esse trabalhador, cujas famílias sofreram um processo prolongado de arruinamento, que deter-

rido no contexto de uma estrutura geral, marcada pela dominação do tipo patrimonialista. Aliás, este mesmo autor que define o caboclo roceiro como autônomo, diz o contrário em páginas anteriores: "quem definia a hora de o trabalhador rural - roceiro - sair da terra, os limites e outros direitos era o fazendeiro, (MUNARIN, p. 27).

(38) MUNARIN, A. op. cit., p. 97-98.

(39) Id., Ibid. p. 98-99.

(40) Id., Ibid.

minou a sua degradação e desapareição nos terrenos da atividade econômica cobiçada e centralizada pela classe hegemônica latifundiária. Conforme relata um próprio trabalhador ex-peão nas fazendas de gado:

"Eu sō foi trabalhar lã na serraria porque não tinha outro de eu ganhar a vida. Meus pais tinham uma terrinha, mas não sei bem a história direito, sō sei que acabaram sem nada. Então a gente antes de chegar a serraria já não tinha terra e trabalhava para deixar rico o fazendeiro. Mas se a gente tivesse um pedaço de chão para plantar e criar um gadinho, não embarcava lã pras bandas onde tinha serraria" (41).

Por outro lado, a serraria constituiu também locus de insatisfação no trabalho. As ordens, o controle e a disciplina exigida pela serraria no sentido de sujeitar os seus trabalhadores, levaram muitas vezes os caboclos a abandonar o trabalho assalariado, como fica evidenciado no relato oral de um ex-gerente de serraria, **Balduino Spolti**:

"O caboclo que vinha da fazenda e da roça para trabalhar na serraria não sabia fazer quase nada desse serviço. Tinha gente boa que compreendia, mas tinham também gente que trabalhava dois, três dias e ia embora. Essa gente não estava acostumada com o barulho das máquinas. Muitos dos que iam embora, que deixavam o serviço, não voltavam nem para buscar o dinheiro dos dias que trabalharam. Estes iam embora e não voltavam mais" (42).

Entretanto, outros impulsos e condicionamentos que levaram os caboclos do Planalto Serrano de Santa Catarina a percorrer um caminho que os conduziu às serrarias, são dados a conhecer pelos próprios trabalhadores, através da reprodução das

(41) Antonio Rodrigues, entrevista, em 15/05/1989.

(42) Balduino Spolti, entrevista, em 17/05/1989.

suas falas:

"O que me levou a sair do sítio (*) para ir trabalhar na serraria foi mais ou menos o seguinte: quando eu completei 17 anos de idade já estava mocinho e queria ficar mais junto das pessoas e mais perto das festas. Ocorre que lá na serraria tinha muito mais gente que na fazenda. O pessoal de lá jogava futebol, fazia festa, promovia bailes. Também lá na serraria tinha mais dinheiro. A gente recebia vale no final de semana. Na época da serraria, então, eu era solteiro e queria mais era fazer a vida, mas o salário que a gente recebia era só uma ilusão, dava só para comprar a boia (alimentos) e algumas coisinhas mais ..." (43).

Muitos caboclos ingressaram no trabalho de serraria, influenciados por outros, como mostra esse relato a seguir:

"Eu saí lá da fazenda porque me colocaram na cabeça que trabalhar na serraria era bem melhor. Ela fornecia carteira assinada, pagava o salário, fornecia alimentação, dava o vale para fazer alguma compra, dava férias e pagava o décimo terceiro. Isso tudo, não existia na fazenda. Daí eu resolvi também sair da fazenda, que já não dava mais na da, só para o fazendeiro, e fui para a serraria tentar melhorar de vida" (43).

Outro trabalhador comenta sobre as vantagens do pagamento, ou seja, da forma de pagamento da serraria:

"Na serraria a gente tinha a vantagem de receber em dinheiro o pagamento. Geralmente o pagamento era feito no final do mês. No final de semana era distribuído vales para a turma. Às vezes, a firma atrasava o pagamento. Então tudo isso, fazia com que muitos deixassem de trabalhar nas fazendas e outros deixassem de plantar para ir trabalhar na serraria ganhando um salário. Foram muitos que acabaram fazendo isso; trabalhar na serraria por causa do salário" (45).

(*) Sítio é a denominação comum, muitas vezes atribuída à fazenda, entre as pessoas da Serra-Acima.

(43) Pedro de Oliveira do Amaral, entrevista em 20/07/1989.

(44) Osni Joaquim dos Santos, entrevista em 21/07/1989.

(45) Augustinho Ribeiro, entrevista, em 13/04/1989.

A construção de moradias próximas umas das outras, formando uma pequena vila operária, onde os trabalhadores realizavam campeonatos de futebol, campeonatos de jogos de cartas, dominó e outros mais, criando uma unidade maior entre os trabalhadores, também constituiu um fator de atração do caboclo para a serraria.

"Na vida da fazenda a gente ficava muito isolado e, quando queria conversar com um amigo, parente ou um irmão, tinha que andar muito. A gente tinha pouco contato com as pessoas. Dificilmente a gente dava uma volta na praça, sobretudo, porque não se tinha uma condução. Mas quando veio um caminhão para o pessoal jogar bola em outra serraria e na cidade. Lá na serraria o pessoal era muito amigo, um emprestava as coisas para outro, um ajudava o outro no que podia. Tinha gente por exemplo, que emprestava café, açúcar; outros ajudavam na carneação de uma vaca, de um porco. Assim todos se ajudavam. Todos participavam dos campeonatos de futebol, de baralho, de dominó. A vida lá era assim mesmo. Havia muita cooperação por parte dos colegas de trabalho, que eram todos vizinhos ..." (46).

O mérito deste relato oral está em apontar para a existência de um grau de consciência de classe dos trabalhadores na serraria baseada, sobretudo, na solidariedade, ajuda e a presença em lutar por tratamento justo. Esta última característica fica evidenciada na fala seguinte:

"Nós lá no mato (), reunidos depois do horário de trabalho, comentamos sobre os nossos salários, sobre o*

(46) Joaquim da Silva, entrevista, em 13/04/1998.

(*) A serraria de uma maneira geral dividia os trabalhadores em duas turmas: a turma do serviço-de-mato e a turma de serviço-de-barracão. Essa divisão será descrita mais adiante no estudo das formas de organização do trabalho na serraria.

chefe-de-turma, sobre o patrão. A gente discutia mais era sobre o salário, quanto cada um ganhava, se estava muito baixo o nosso vencimento. O pessoal criticava muito o sindicato que estava em Lages. Muitos dos companheiros da nossa turma deixavam de trabalhar e procuravam o sindicato para cobrar da serraria o ordenado certo. Depois a gente ficava sabendo pelas conversas lá do mato que o sindicato tinha tirado quase todo o dinheiro do nosso companheiro. Daí porque muitos dos que trabalhavam não procuravam mais o sindicato. Também o pessoal falava muito do chefe-de-turma que era puxa-saco do patrão, fazia mais para o patrão do que para nós trabalhadores. Entre nós trabalhadores a gente se combinava um não contava as coisas do outro e assim a gente lutava contra o puxa-saco do patrão" (47)

Pelo visto até agora, considera-se que a transição dos caboclos das fazendas e das roças para a serraria no início da segunda metade deste século não foi apenas uma transformação de formas e de locais de trabalho. O problema fundamental colocado foi, sobretudo, a mudança na forma de existência social de trabalho, isto é, a transformação dos caboclos em força de trabalho assalariada. A troca da força de trabalho por dinheiro, o assalariamento, torna-se o fator determinante do trabalho e da vida dos trabalhadores da serra catarinense, que na serraria passou a formar uma massa muito maior, mais concentrada, cooperadora e mais consciente de seus direitos.

Acrescenta-se ainda o fato de que à medida em que os caboclos, na primeira fase, foram excluídos do acesso à terra, na segunda fase, eles diante da serraria não apenas se tornavam trabalhadores, como também consumidores em grau mais elevado, com

(47) Pedro de Oliveira do Amaral, entrevista em 20/07/1989.

uma renda sob a forma de salário em dinheiro, com o qual precisavam comprar no mercado, e em especial no armazém da própria firma, bens que antes não faziam parte do seu universo cultural.

Contudo, o processo de proletarização empreendido pela serraria no Planalto Serrano Catarinense, entre o início da década de 1950, praticamente até o final da década de 1970, não determinou a transformação dos caboclos da região em trabalhadores assalariados "puros", ou seja, no seu sentido "clássico", cuja sobrevivência dependia única e exclusivamente de seus ganhos salariais. O caboclo na serraria, além da remuneração do salário, dispunha de um pequeno pedaço de terra onde cultivava um quintal de legumes, como o feijão, o milho; de tubérculos, como a batata; criava algumas galinhas e porcos. Esta produção era realizada no tempo livre, geralmente no final de semana e feriados, com a ajuda da mulher e dos filhos⁽⁴⁸⁾. No entanto, esta proletarização produzida pela serraria caminhou no sentido de uma abolição dos produtores particulares, isolados e limitados, transformando os caboclos serranos em produtores sociais, sujeitos possíveis do trabalho social de produção.

4. As formas de organização do trabalho na serraria.

A indústria extrativa da madeira, denominada comumente

(48) Segundo o ex-gerente de serraria, Balduino Spolti, na serraria os trabalhadores tinham liberdade de manter uma lavoura. Assim, muitos dos trabalhadores com a ajuda da mulher e dos filhos chegava a colher sacos de milho, de feijão e de batata. Além da lavoura, os trabalhadores criavam galinhas e porcos e ainda mantinham uma vaca-de-leite gordo, que era comercializada entre a vizinhança (entrevista, em 17/05/1989).

de serraria, desenvolveu-se no Planalto Serrano de Santa Catarina sob as formas usuais do desempenho das relações capitalistas de produção, que se destacam pela racionalidade do processo de produção, bem como pela sua organização em direção da maior produtividade e, conseqüentemente, do máximo de lucro.

No modo de produção capitalista, a forma de divisão do trabalho baseada na simples distribuição de tarefas, ofícios ou especialidades da produção através de toda a sociedade, cede lugar a uma nova forma de divisão do trabalho à que Karl Marx denomina de **divisão manufatureira do trabalho**.

A diferença entre a divisão do trabalho, na sociedade, e a divisão do trabalho, na manufatura, é explicada pelo próprio **Marx**, em o capital:

"(...). Apesar das numerosas analogias e das conexões entre a divisão do trabalho na sociedade e a divisão do trabalho na manufatura, há entre elas uma diferença não só de grau mas de subsistência.

(...) Mas que é que estabelece a conexão entre os trabalhos independentes do criador, do curtidor e do sapateiro? O fato de os respectivos produtos serem mercadorias. E o que é que caracteriza a divisão manufatureira do trabalho? Não produzir o trabalho parcial nenhuma mercadoria. São os produtos coletivos dos trabalhadores parciais transforma-se em mercadoria.

(...) A divisão manufatureira do trabalho pressupõe a concentração dos meios de produção nas mãos de um capitalista, a divisão social do trabalho, a dispersão dos meios de produção entre produtores de mercadorias, independentes entre si.

(...) A divisão do trabalho manufatureiro pressupõe a autoridade incondicional do capitalismo sobre seres humanos transformados em simples membros de um mecanismo que lhe pertence. A divisão social do trabalho faz confrontar-se produtores independentes de mercadorias, os quais não reconhecem outra autoridade além da concorrência" (49).

Na mesma linha de **Marx**, **Harry Braverman** destacou outras características da divisão na sociedade e da divisão do trabalho na manufatura, atendo-se as suas respectivas diferenças:

"A divisão social do trabalho divide a sociedade entre operações, cada qual apropriada a certo ramo de produção; a divisão pormenorizada do trabalho destrói ocupações consideradas neste sentido, e torna o trabalhador inapto a acompanhar qualquer processo completo de produção. (...) enquanto a divisão social do trabalho subdivide a sociedade, a divisão parcelada do trabalho subdivide o homem, e enquanto a subdivisão da sociedade pode fortalecer o indivíduo e a espécie, a subdivisão do indivíduo, quando efetuada com menosprezo das capacidades e das necessidades humanas, é um crime contra a pessoa e contra a humanidade" (50).

Adam Smith, em A Riqueza das Nações, liga a divisão do trabalho ao maior aperfeiçoamento no desenvolvimento das forças produtivas do trabalho e do próprio trabalhador, ao afirmar:

"um maior aperfeiçoamento nas forças produtivas do trabalho e a maior parte do engenho, destreza e discernimento com que é dirigida em qualquer lugar, ou aplicado, parecem ter sido os efeitos da divisão do trabalho" (51).

Poucas linhas depois, **Smith** explica os resultados da divisão do trabalho, tomando como exemplo a fabricação de alfinete:

"(...) Para tomar um exemplo, pois, de uma manufatura pouco significativa, mas uma em que a divisão do trabalho tem sido muito notada: o ofício do alfineteiro; um operário não educado para esta ocupação (que a divisão do trabalho transformou numa atividade específica), nem familiarizado com o uso da maquinária nela empregada (...), dificilmente poderia talvez com seu máximo empenho, fazer um alfinete por dia, e certamente não poderia fazer vinte. Mas

(59) BRAVERMAN, op. cit., p. 72.

(51) SMITH, Adam. Riqueza das Nações. São Paulo, Hemus, 1981, p. 1.

do modo em que este ofício é agora exercido, não são todo o trabalho é uma atividade especial, mas está dividido em um número de ramos, dos quais a maioria pode ser outras tantas indústrias. Um homem estica o arame, outro o indireira, um terceiro corta, um quarto aponta, um quinto esmi- rilha o topo para receber a cabeça; fazer a cabeça exige duas ou três operações distintas, colocá-la é uma tarefa à parte; branquear os alfinetes, é outra; é mesmo outra in- dústria, o colocá-los no papel, e o importante negócio de fazer um alfinete e, destarte, dividido em cerca de dezoito operações distintas, que em algumas manufaturaas são to das executadas por mãos distintas, se bem que em outras o mesmo homem às vezes fará duas ou três delas" (52).

A divisão do trabalho, gerando destreza e habilidade para o trabalhador, e a invensão da máquina, abreviando o trabalho e permitindo que um homem faça o trabalho de muitos, exerceram grande influxo sobre o aumento da produtividade do trabalho.

Porém, no que diz respeito à maquinária, esta, além do aumento da produtividade, tem também a função de destituir o trabalhador de qualquer possibilidade de decisão no processo produtivo. Como mostra **Braverman**:

"A capacidade humana para controlar o processo de trabalho mediante a maquinária é dimensionada pelo gerenciamento desde o início do capitalismo como meio pelo qual a produção pode ser controlada não pelo produtor imediato mas pelos proprietários e representantes do capital" (53).

O controle do processo de trabalho pelo capital, além da introdução da maquinaria, foi também obra das teorias elaboradas por **Frederick Taylor** e, mais tarde, pelo fordismo.

Frente à divisão manufatureira do trabalho, o "tayloris- mo" (54) representa uma tentativa de sistematização, codificação

(52) Id., Ibid, p. 2.

(53) BRAVERMAN, H. op. cit., p. 167-168.

(54) TAYLOR, F.W. Princípios de administração científica. São Paulo, Atlas, 1970.

e regulação dos processos de trabalho individuais com vistas à maximização do lucro. Assim, Taylor empenhou-se por meio da análise de tempos (à qual **Gilbreth** acrescentaria posteriormente a análise dos movimentos) buscando uma resposta ao problema específico de como controlar o trabalhador, a força de trabalho comprada pelo capitalista. Do seu trabalho, resulta a decomposição do processo global do trabalho em tarefas simples e limitadas, determinando, assim, a perda do controle deste processo por parte do trabalhador.

Com o fordismo, o trabalho alcança o grau máximo de submissão ao controle e direção pelo capitalista. Acelera-se a desqualificação, aumenta a rotinização, e os trabalhadores, diante de tudo isso, vêm diminuindo e reduzindo a zero a satisfação intrínseca derivada da realização do seu trabalho⁽⁵⁵⁾. Dessa forma, a capacidade de controlar o processo de trabalho orienta-se definitivamente em função dos interesses dos capitalistas para os quais o critério do maior lucro possível é o fator determinante do modo de organização e condução do processo de trabalho.

Nessa perspectiva, analisam-se as formas de organização do trabalho no interior das relações onde a serraria constitui o núcleo central do processo da produção da madeira.

Uma ilustração mais geral, portanto, simplificada, da organização do processo de trabalho na serraria é dada por um ex-gerente de serraria e chefe-de-turma, que assim descreve:

(55) BRAVERMAN, H. op. cit., p. 125-133.

"Na serraria cada trabalhador tinha o seu serviço; tinha por exemplo, o serviço-de-mato e tinha o serviço que era feito dentro do barracão da serraria.

No serviço-de-mato, tinha o cortador da árvore (pinheiro), o descascador, o boiadeiro(*), que arrastava o tora para fora do mato; o chefe-de-turma ou gerente de mato, que ficava encarregado e o responsável pelo comando dos trabalhos; o abridor de estradas(+) que trabalhava por empreitada e recebiam por metro de estrada aberta; conduzir as toras do mato até o pátio era outra atividade realizada através do caminhão, chamava-se caminhão do mato. Depois do serviço-de-mato, vinha o serviço realizado dentro do barracão da serraria.

(...) Dentro do barracão tinha o serrador, encarregado de serrar as toras que eram trazidas do mato, o afiador, que se encarregava da afiação das serras; o circuleiro, que retirava e fazia a seleção das tábuas com a ajuda de outros trabalhadores; o foguista, que se ocupava de fazer o fogo na máquina movida a vapor; o gradeador, que se ocupava em gradiar a madeira no pátio; o gerente(*) que era o encarregado pelos serviços" (56).

Observa-se, portanto, que a forma de organização da produção da madeira pela serraria está fundamentada na divisão do trabalho pela qual o processo de trabalho é sistematicamente subdividido em várias operações as quais, por sua vez, são executadas por diferentes trabalhadores.

Outras indicações sobre essa divisão do trabalho encontram-

(*) A denominação boiadeiro deriva do tipo de atividade realizada por um trabalhador auxiliado por uma junta de boi-carreiro. Alguns anos depois, os bois foram substituídos pelo caminhão-ghincho, ou pelo trator.

(+) No desenvolvimento do ciclo-da-madeira, a construção de estradas pelo interior da região do Planalto Serrano Catarinense foi expressiva. A essas estradas, atribuía-se o nome de estradas-de-serraria.

(*) O gerente de serraria de uma maneira geral era o próprio empresário madeireiro, ou um membro de sua família, ou alguém de sua absoluta confiança (MARTENDAL, 1980: 61).

(56) Bauduino Spolti, entrevista em 17/05/1989.

se no trabalho realizado por Ari Martendal⁽⁵⁷⁾, já citado neste estudo. O processo da produção da madeira é dividido em dois grupos. O primeiro grupo, era formado por trabalhadores que se ocupam, de uma maneira geral, da realização das tarefas de mato, que se convencionou chamar de "serviço-de-mato". Cada tarefa era realizada, via de regra, por dois ou mais trabalhadores. Dois homens derrubavam a árvore (pinheiro), utilizando ferramentas rústicas, tais como machado, cunha e serrote manual, as quais, nos anos 60, foram substituídas pela máquina de serrar, chamada moto-serra⁽⁵⁸⁾; outros descascavam, dois ou mais, auxiliados no, início por juntas de bois, substituídas, mais tarde pelo caminhão-guincho, ou trator, arrastavam para o estaleiro⁽⁵⁹⁾ já na forma de tora; outros conduziam para o pátio da serraria; outros abriam e conservavam as estradas, a estrada era uma tarefa à parte, fazia-se por empreitada.

Colocada no pátio, a árvore transformada em tora passava por um outro processo de transformação levado a efeito por um

(57) MARTENDAL, op. cit., p. 57-61.

(58) A propósito da introdução da máquina de serrar chamada moto-serra, comenta Bauduino Spolti através da sua fala: antes do surgimento do moto-serra (por volta de 1965) o serviço-de-mato era realizado à custa de machado e serrote. Para derrubar um pinheiro eram necessários dois trabalhadores, que ficavam um de cada lado do pinheiro. Mas com a chegada do moto-serra apenas um homem fazia o serviço e, o abate do pinheiro era bem maior" (entrevista, em 17/05/1989).

(59) "O estaleiramento era uma espécie de plataforma de troncos de árvores, localizadas à beira da estrada, construídas sobre o barranco para facilitar o carregamento no veículo (...). O estaleiramento consistia no transporte de toras, do pé do pinheiro até o estaleiro e era executada pelo estaleirador" (MARTENDAL, 1980: 58).

segundo grupo de trabalhadores. Alguns rovalam a tora até o quadro-de-serra dentro do barracão (a esses trabalhadores atribuiu-se o nome de roladores), outro serra (serrador), um outro se encarrega de deixá-la na bitola solicitada (refilador), um terceiro, padroniza o comprimento da madeira serrada (destopador), outro se encarrega de classificá-las (classificador).

Faziam parte deste ciclo de operações realizadas dentro do barracão mais duas categorias de trabalhadores: o afiador e o foguista também chamados de maquinista. O primeiro, se ocupava da manutenção das serras, afiando-as sempre que necessário. O segundo, se encarregava de fazer o fogo produzido a lenha, que colocava a máquina a vapor em funcionamento.

No comando da organização do processo da produção da madeira, a figura de maior expressão era o gerente, ou feitor. A este eram atribuídas múltiplas funções, não apenas dentro do processo da produção mas também fora dele. Além do controle e supervisão dos serviços, a ele era delegado o poder de empregar e demitir o pessoal, efetuar contratos de compra de pinheiro e venda da madeira e outros mais. A serraria, dessa forma, não só submeteu, ao seu comando e à sua disciplina, os trabalhadores, antes peões e roceiros e outros, mas também criou uma graduação hierárquica entre os próprios trabalhadores.

Essa indústria, que ostentava uma divisão do trabalho realizado em múltiplas operações onde os seus trabalhos eram ordenados de acordo com a respectiva destreza, introduziu a máquina, que eliminou o ofício manual como regulador da produção. Do

machado e do serrote manual, evoluiu para a serra movida à força hidráulica, desta passou para a máquina a vapor, instalada em pequenos engenhos-de-serra e, no momento atual, a forma mais desenvolvida é a máquina de serrar, movida à força elétrica.

A propósito da substituição da máquina a vapor pela máquina elétrica, Martendal diz:

"A grande revolução na serraria ocorreu com a introdução de um sistema substitutivo ao quadro Tissot (máquina a vapor). Era o sistema de serra-fita já movido a energia elétrica e capaz de uma produção ponderavelmente superior" (60).

Sobre o aumento da produtividade da máquina elétrica em relação à anterior, diz ele:

"Enquanto uma serraria comum produzia 240 dúzias de peças por mês, a serra-fita elétrica chegava a 1.200 dúzias de tábuas ou até mais" (61).

A serraria estabeleceu, portanto, um ritmo mecânico no processo de produção da madeira ao qual o trabalhador, como seu apêndice, teve que se subordinar, incorporando em seu mecanismo uma regulação do tempo e da intensidade. A forma, o ritmo, todas as etapas da produção da madeira, eram minuciosamente organizadas e comandadas pelo próprio capital. Com esses procedimentos, o trabalhador parcial, fragmentado, perde de vez o controle sobre o processo do trabalho, ficando reduzido à realização de tarefas simples, repetitivas em termos de fabricação do produto final.

(60) MARTENDAL, op. cit., p. 62.

(61) Id., Ibid.

Assim, na primeira, fase admitia-se que o caboclo detinha um acervo de conhecimentos e de técnicas acumulados, durante longos anos na e pela sua experiência, quer seja nas lides da criação de gado, quer seja, na ocupação da pequena lavoura, que lhe proporcionava um maior controle do processo de trabalho (ver capítulo III, p. 72 a 73). Nessa segunda fase, o caboclo recrutado para nova forma de **produção** com base na divisão técnica do trabalho, na máquina, se **desqualificava** das formas de trabalho existentes antes e foi enquadrado no controle e nas disciplinas exigidas pelo trabalho assalariado, metódico e regular introduzido pela serraria. Esta concebeu e organizou o processo de trabalho objetivando a expansão do próprio capital e criação de lucros.

5. Controle e disciplinamento: a pedagogia na formação e desenvolvimento do caboclo operário da madeira

A função educativa da serraria, muitas vezes pouco explícita, decorria, sobretudo, das suas formas de controle e disciplinamento organizadas e dirigidas no sentido da criação e formação de uma força de trabalho adaptada aos interesses e à função de acumulação do capital.

Esse papel educativo da serraria revelou-se na reprodução da fala a seguir:

"A serraria tem que impor uma lei, tem que formular e

estabelecer algumas normas^(*). Como por exemplo: dizer a hora certa que o trabalhador deve começar o trabalho, a hora da pausa para o café, para o almoço, para o descanso. Tem que criar a responsabilidade, o trabalhador tem que ter responsabilidade. Imagine uma coisa só, se eu não vou trabalhar hoje, não vou trabalhar amanhã, a firma não pode tocar. E o empregado tem que produzir lucro para a firma porque ele ganha o ordenado dele. Por isso, tem que ordenar o serviço, a começar pela criação da pontualidade no trabalho" (62).

Pelo relato acima descrito, observa-se que na serraria (no capitalismo de uma maneira geral), o trabalho é posto pelo e para o capital. Daí a necessidade de se criar conduta adequada, como responsabilidade, pontualidade e outras mais, que torne o trabalho assalariado (o Autor fala em ordenado) o mais produtivo possível.

Nesses termos, a partir dos anos 50, a serraria que assumia a dominância no processo de produção da madeira conduzia também o processo de formação do caboclo operário, ex-peão e/ou ex-roceiro, no sentido de integrá-lo e adaptá-lo às novas exigências suscitadas pela nova forma de produção material da existência. Processo este que se deu no interior da produção e das relações sociais da produção.

"O caboclo que vinha da fazenda e da roça para trabalhar na serraria", comenta Bauduino Spolti, "não sabia fazer praticamente nada; não sabia trabalhar em serraria, também nunca tinha visto uma serraria(...). A gente foi então explicando e, pouco a pouco, ele foi compreendendo, pegando o jeito do trabalho. Muitos deles machucavam as mãos, os pés quando iam rolar as toras para dentro da serraria.

(*) Geralmente entre os caboclos da região era costume antes de entrar para qualquer tipo de trabalho, perguntar sobre as normas da firma, na expressão: quais são as normas da casa?

(62) SPOLTI, entrevista em 17/05/1989.

não estavam acostumados com este tipo de trabalho, mas com o trabalho de fazenda que era feito a cavalo e pelo campo ..." (63).

Dentro da serraria, a gerência assumiu um papel rígido no desenvolvimento do processo da formação do caboclo operário, na tentativa de habituá-lo aos ritmos do trabalho regular e também para mantê-lo trabalhando durante todo o tempo necessário conforme determinação da firma. A passagem, a seguir, parece suficientemente esclarecedora sobre esse posicionamento:

"Os caboclos que vinham das fazendas e das roças não estavam acostumados com um tipo de trabalho que exigia tempo integral e maior rendimento do trabalho. Na fazenda, a gente sabia que eles faziam como bem entendiam, mas na serraria havia outro tipo de regra: a lei da hora certa..."(64).

Depois disso, acrescenta a sua fala:

"os caboclos que vinham trabalhar na serraria tinham que cumprir o horário correto, tinham que ordenar o trabalho de acordo com o horário. Só assim podiam dar lucro" (65).

O silvo ou apito da firma, como era chamado pelos trabalhadores, comandava e controlava os hábitos de repousar, comer e descansar do caboclo operário. Arrancava-o da cama às 4 horas da manhã; tirava-o do jejum às 8 horas; alertava-o para o almoço às 12 horas e chamava-o para o repouso às 9 horas da noite. A jornada de trabalho do caboclo operário iniciava antes do sol nascer e só terminava muito depois do sol se por. O não cumprimento

(63) Id., Ibid.

(64) Bauduino Spolti, entrevista em 17/05/1989.

(65) Id., Ibid.

do horário regular estabelecido pela serraria implicava algumas punições para o trabalhador. É essa a queixa de um caboclo operário. Diz ele:

"Na fazenda não tinha um horário certo para pegar no trabalho e para larga (...). Agora lá na serraria a gente tinha que cumprir um horário, que era estabelecido pela própria firma. A gente não podia fazer o horário da gente, tudo vinha de cima para baixo. As ordens eram dadas e nós tínhamos que cumprir. Aquele trabalhador que não cumpria horário era penalizado" (66).

Sobre as penas, diz ele:

"cortavam o ponto, não forneciam vale semanal, cortavam o final de semana remunerado e outras penalizações que eu não lembro. E não adiantava chorar, eles penalizavam sem nenhuma dó da gente" (67).

No tocante à penalização, comenta um outro ex-trabalhador de serraria, falando sobre os regulamentos da serraria:

"Na serraria havia regulamento: o trabalhador não podia bater o ponto após cinco minutos de atraso; o trabalhador tinha que justificar o atraso e, se não fizesse isso, era impedido de pegar no trabalho; não tinha o direito sobre o pagamento integral, não ganhava o vale semanal e perdia outras vantagens ..." (68).

A propósito do despotismo do gerenciamento na forma de controlar quase todos os atos da vida do caboclo operário, os relatos que seguem expressam isto muito bem:

"O gerente sempre estava lá para controlar como a gente estava trabalhando. Controlava a hora que a gente chegava, a hora que a gente saía, controlava o horário do café, o horário de descanso" (69).

(66) Pedro Osmar do Amaral, entrevista em 13/07/1989.

(67) Id., Ibid.

(68) Joaquim dos Santos, entrevista em

(69) Ademir Nunes, entrevista em, 25/06/1989.

"Em todos os serviços sempre estava lá o supervisor que controlava todos os trabalhadores. Este era tido pela turma como um verdadeiro puxa-saco do patrão, do dono da serraria. Ele não se dava com nenhum dos trabalhadores; estava a serviço do patrão. Ele era o primeiro que estava no serviço, sempre controlando. Atendia mais os interesses do patrão de que os da gente que era trabalhador como ele. Colocava-se sempre acima de nós trabalhadores, só porque exercia um cargo de chefia" (70).

O controle da gerência não se restringia apenas à esfera do trabalho, mas também à esfera familiar dos trabalhadores. É o que revela a fala de um dos representantes mais próximos do capital ao explicitar a forma de controle via armazém da própria serraria:

"Lá na serraria tudo era controlado. Tinha um armazém para atender os trabalhadores, os empregados da firma. Por ordem do patrão, o armazém só abria no final de cada mês e, as compras só podiam ser feitas de 30 a 30 dias. Geralmente, já se sabia o que cada família precisava. A compra não podia ser maior que o ordenado que o empregado recebia. Toda a alimentação era distribuída de acordo com o tamanho de cada família. A gente lá tinha uma relação do tamanho de cada família dos operários. Eu mesmo controlava a quantidade de produtos: quantos quilos de carne, quantos quilos de açúcar, de arroz, de farinha, tudo de acordo com o tamanho da família" (71).

Além do armazém, a serraria geralmente tinha à sua disposição um médico, ao qual era atribuída a tarefa de controlar e disciplinar os caboclos operários e outros trabalhadores em seus hábitos e costumes relacionados à saúde.

A esse respeito comenta um trabalhador:

(70) João Maria da Silva, entrevista, em 19/07/1989.

(71) Bauduino Spolti, entrevista em 17/05/1989.

"Antes da serraria, quando a gente ficava doente dificilmente se consultava com um médico; se curava com os remédios caseiros, feito em casa.

(...) Na serraria tinha um médico e, quando a gente ficava doente, só podia consultar com o médico indicado pela firma não podia com outro" (72).

Sobre o controle via médico, ele acrescenta:

"Era muito difícil o médico dar um atestado para a gente. Geralmente ele dizia que estava tudo em ordem e que podia voltar ao trabalho. Mas muitos quando ficavam doentes nem procuravam o médico porque já sabiam o que ele ia dizer" (73).

A habituação do caboclo operário ao regime de trabalho assalariado na serraria está relacionada às formas de organização do processo do trabalho.

A construção de uma escola, o levantamento de uma capela, a criação de novas formas de lazer (futebol e outras), bem como a construção das moradias bem próximas ao local de trabalho, fizeram parte das estratégias educativas da habituação do caboclo a nova forma de trabalho. Assim praticamente todos os aspectos da vida do trabalhador ficavam sob o poder de controle e disciplinamento da gerência. Os ritmos de vida do caboclo operário, o seu tempo livre, eram coordenados pelos ritmos de tempo cronometrado, que seguem a lógica do lucro, como mostra os relatos a seguir:

"O caboclo das fazendas e outras das roças eles tinham que se acostumar com os ritmos que seguia a serraria. Eles não podiam gastar mais que o ordenado que recebiam. Gastar em alimentos, na saúde e em outras coisas de mais precisão. Não sobrava muito dinheiro para eles gastarem em bebidas de álcool e para a farrá. Eu acho que nós lá na serraria ensinava com todo o respeito as pessoas o que podia ser certo e o

(73) Pedro Osmar do Amaral, entrevista em 13/07/1989.

(74) Id., Ibid.

que podia ser errado. Por exemplo, a gente sempre insistia para eles chegarem na hora certa; ensinava a responsabilidade; dizia para eles não beberem bebidas alcoólicas que acabavam prejudicando a própria firma e eles também" (74).

Sobre o incentivo ao futebol como estratégia de disciplinamento e controle do tempo livre do trabalhador, Baudino Spolti fala:

"Lã na serraria tinha o time de futebol que representava a serraria nos campeonatos. Às vezes era nós que promovia um campeonato no final de semana e convidava os outros times para jogar. Era muito bonito ver o pessoal torcendo para o nosso time. Depois durante a semana o pessoal ficava comentando as jogadas (...). Quando tinha jogo o pessoal ficava na serraria, não saía para fora. Isso era bom porque na segunda-feira todos estavam lá trabalhando, comentando sobre o jogo (...). A serraria incentivava bastante o futebol, construía o campo, dava a madeira para fazer as traves, o dinheiro para comprar as redes e a bola; dava também o jogo de camisetas. Tudo isso era importante porque tornava o pessoal mais amigo e, eles ficavam gostando mais da firma ..." (75).

Ainda em relação ao controle do tempo livre do trabalhador, o culto dominical, a celebração de uma missa no final de cada mês, as festas e outras atividades de final de semana, ficavam sob a coordenação da gerência:

"A gente lã na serraria organizava o culto e a missa quando o pobre vinha celebrar; organizava as festas para animar o pessoal" (76).

A forma de pagamento em salário, vale semanal, instituída

(74) Antonio Pereira Ribeiro, entrevista em 16/07/1989.

(75) Baudino Spolti, entrevista, 17/05/1989.

(76) Id., Ibid.

pela serraria na realização do contrato⁽⁷⁷⁾ de trabalho por meio do qual se estabeleceram as condições de venda da força de trabalho e sua compra pelo empregador, não deixou de ser uma maneira prática de assegurar e garantir a habituação do trabalhador ao capital. É o que indica a fala seguinte:

"A serraria pagava o salário mensal para os operários. Além disso fornecia o vale semanal para os operários. Mas nós não pagava o empregado antes das 4 horas da tarde de sábado. Isso porque se pagasse antes ele corria para as bodegas para tomar cachaça e depois não apareciam mais no serviço" (78).

Além do pagamento em salário e vales semanais, a serraria auxiliava nos casamentos das filhas(os) dos operários e incentivava a capacidade produtiva de seus trabalhadores oferecendo prêmios, conforme relatou o ex-gerente Bauduino Spolti:

"A firma fornecia médico, escola e pagava o professor; criou o time de futebol, dava camisetas de jogo e bolas. Também auxiliava e ajudava com algum dinheiro os casamentos do pessoal mais novo e ainda oferecia prêmio() para os trabalhadores mais pontuais, que não faltava ao serviço" (79).*

Esses fatores de estímulos eram importantes, segundo ele, "porque ...

(77) Sobre o contrato de trabalho no modo de produção capitalista, Harry Braverman descreve: "o que o trabalhador vende e o que o capitalista compra não é uma quantidade de contrato de trabalho, mas a força para trabalhar por um período de tempo ... Tendo sido obrigado a vender sua força de trabalho a outro, os trabalhadores também entregam seu interesse no trabalho, que foi agora 'alienado'. O processo de trabalho torna-se responsabilidade do capitalista" (BRAVERMAN, 1981: 55-59).

(78) Bauduino Spolti, entrevista em 17/05/1989.

(*) O prêmio geralmente era um terno no final do ano.

(79) Id., Ibid.

criava nos trabalhadores maior ânimo para o trabalho, dava mais disciplina e também prendiam mais os operários lá na serraria" (80).

Neste método de quase total dominação econômica, espiritual e moral, as queixas e preocupações maiores dos fiéis soldados do capital referem-se, sobretudo, à indisciplina, ao consumo de álcool, ao abandono de emprego e suas influências sobre a produtividade. Empenhavam-se, assim, na luta contra aqueles caboclos operários **"indisciplinados, bebedores brigões e abandonadores ou fujões do serviço"**. É o que revela a fala do ex-gerente e chefe-de-turma da madeireira São Joaquim, **Bauduino Spolti**:

"Havia caboclos lá que eram rebeldes, indisciplinados e que não aceitavam serem mudados por outro no serviço; não se sujeitavam ao horário da serraria" (81).

Sobre os caboclos operários que abandonavam o emprego em pleno expediente, sem mesmo voltar para receber pelo tempo que trabalharam, diz ele:

"Tinha caboclo que ficava muito bravo quando a gente mandava fazer o serviço e exigia dele responsabilidade, o horário certo para entrar e sair. Às vezes este camarada ia-se embora sem pedir as contas e não voltava mais para receber pelo menos o que tinha já ganhado" (82).

A propósito da bebida de álcool e seu consumo que se prolongava para além do final de semana, diz ele:

"Também tinha caboclo que quando pegava o ordenado na

(80) Id., Ibid.

(81) Id., Ibid.

(82) Id., Ibid.

mão, corria logo para a bodega mais próxima para tomar cachaça pura. Muitos nem voltavam para trabalhar na segunda-feira, ficavam bebendo; eram bebedores e ficavam tomando e festando até gastarem o último tostão do ordenado" (83).

Por outro lado, essas queixas revelam um certo grau de insatisfação dos trabalhadores e suas formas de resistência frente ao domínio e à exploração do capital. Insatisfação e forma de resistência expressa na indisciplina, na desobediência e hostilidade aos chefes-de-serviço, na relutância ao ritmo de trabalho imposto, no abandono de emprego e na tendência ao alcoolismo são conflitos que não assumem a forma de enfrentamentos coletivos organizados, abertos e declarados, mas consistiram em resistências informais e, sobretudo, individuais. São formas de resistência que, embora não figurem nos livros de história nem nos informes sobre a ordem pública, podem, no dizer de **Mariano Fernández Enguita**, fazer, naufragar, total, ou parcialmente, os planos da direção, ou impor soluções intermediárias entre os desejos das partes (84).

Quanto à insatisfação no trabalho, esta está ainda relacionada à questão do salário. A maioria dos ex-trabalhadores de serraria que foram entrevistados registraram o descontentamento em relação ao salário pago pela serraria sem, entretanto, deixarem de receber os benefícios por ela realizados. Um dos ex-trabalhadores relata assim o episódio:

"Pelo serviço duro que era, pela pressão que faziam para cobrar o horário certo, pelas exigências da firma que eu trabalhava, o que o pessoal recebia na época era considerado pouco. O ordenado dava pra manter o pessoal vivo pra poder

(83) Id., Ibid.

(84) ENGUITA, Mariano F., op. cit., p. 28.

continuar trabalhando para os gringos" (85).

Outro trabalhador refere-se à forma desigual do pagamento do ordenado feito pela serraria, o que o tornava insatisfeito:

"Olha eu não era satisfeito com o salário que recebia na serraria. A gente discutia muito isso lá. É que os chefes-de-turma ganhavam bem mais do que a maioria que dava um duro danado" (86).

Um terceiro comenta sobre a relação entre o salário pago pela serraria e o poder de compra das mercadorias básicas de subsistência:

"O meu salário dava só pras compras de casa e nada mais. Era só uma ilusão. A gente saía do sítio pensando em melhorar de vida e dava com os burros na água(). Nem pra carne dava. A gente se queria comer uma carne não podia depender de salário, tinha mesmo é que criar uns porquinhos, umas galinhas" (87).*

Um quarto destes trabalhadores entrevistados descreveu a sua insatisfação no trabalho, comentando acerca dos riscos de percas de algum membro do próprio corpo:

"O meu salário era baixo e não compensava o esforço que se fazia arrastando as toras para serrar. Era este um serviço brabo, onde a gente via muitos colegas esmagarem as pernas, perderem mãos e dedos. A gente corria esses riscos e recebia penas uma miséria" (88).

Todos esses exemplos denotam a insatisfação — à qual se

(85) Pedro de Oliveira, entrevista em 25/08/1989.

(86) Rubens da Silva Carvalho, entrevista em 02/08/1989.

(*) É uma expressão local que significa sair-se mau.

(87) João de Oliveira Sobrinho, entrevista em 17/07/1989.

(88) Joaquim Rodrigues, entrevista em 14/07/1989.

aludiu antes — falando de alguns caboclos operários em relação ao salário e outras condições de trabalho e de vida. Assim, a serraria não constituiu apenas local de satisfação, mas também locus de insatisfação no trabalho⁽⁸⁹⁾.

Entretanto, tão logo os caboclos vendiam sua força de trabalho a um único capitalista e foram reunidos num mesmo local de trabalho, surgia, de imediato, a urgência e a necessidade de adaptá-los ao ritmo de trabalho e de vida decorrente das relações de caráter especificamente capitalista. Esta tarefa passava a ser dirigida e realizada pela própria serraria empregadora dessa massa de força de trabalho humana.

Os resultados dessa passagem dos caboclos do município de São Joaquim pela serraria são registrados através da fala de **Teófilo de Mattos** que foi testemunha ocular do fato:

"Resultou que hoje já não se tem mais um peão especializado na fazenda; ele não sabe mais tirar o leite, não sabe curar uma bicheira do animal, não sabe mais tomar um animal xucro, não sabe mais fazer uma taipa. Isso tudo resultou porque o caboclo fugiu das lidas do campo pra ser assalariado na serraria" (90).

(89) Para Frederick Herzberg, teórico da administração capitalista que desenvolveu estudos sobre a satisfação no trabalho, a satisfação e insatisfação não devem ser compreendidas como pólos antagônicos de um mesmo fenômeno, mas que devem ser tratadas como variáveis distintas. Assim, existem fatores cuja presença aumenta o nível de satisfação mas cuja ausência gera insatisfação. HERZBERG, Frederick, O conceito de higiene com motivação e os problemas do potencial humano de trabalho. In: HAMPTON, David. Conceitos de comportamento na administração. São Paulo, EPU, 1973.

(90) Teófilo de Mattos, entrevista em 02/07/1989.

Antes disso, ele diz:

"O peão especializado que foi para a serraria ser um assalariado, não se adaptava mais ao trabalho de fazenda" (91).

Assim, a serraria, ao educar o caboclo para o trabalho assalariado parcelado e regular, não apenas o desqualificou, deseducou das suas formas anteriores de trabalho, mas também, simultaneamente, contribuiu para o desenvolvimento de um aspecto de educação política do trabalhador ao introduzir na região, possivelmente pela primeira vez, em graus antes desconhecidos, condições de trabalho que representavam uma inovação. Dessa forma, o caboclo experimentando essas novas condições de trabalho, dificilmente retornaria e se habituaria às suas condições anteriores de trabalho, tidas pela maioria dos entrevistados como sendo menos satisfatórias.

No interior dessas novas condições de trabalho necessariamente se reforçou a dimensão do coletivo, que constituiu uma categoria fundamental, através da qual o trabalhador caboclo se percebia não mais como trabalhador individual e isolado, mas sobretudo, como parte de uma totalidade mais ampla, inserido na teia de relações sociais e de técnicas mais avançadas. Em lugar da necessidade quase que espontânea e natural, instaurou-se uma necessidade historicamente produzida, onde a constituição do proletariado é função e necessidade do capital que transforma toda

(91) Id., Ibid.

a atividade individual em socializada.

A esse respeito descreve **Ari Martendal**, ao comentar sobre as relações de trabalho na serraria, instalada no Planalto Serra no Catarinense a partir dos anos 50:

"A serraria, numa economia de mercado, como um empreendimento lucrativo do capitalismo, apoiou-se numa divisão tecnológica, numa fragmentação afinada com os propósitos de produtividade tornando a atividade do trabalhador um complemento e uma consequência da própria velocidade da serra-maior, forçando um trabalho encadeadamente cooperativo, fazendo com que o trabalhador individual assumisse uma dimensão do trabalhador coletivo" (92).

Frente a essas condições de caráter capitalista, a serraria se apresentava, portanto, como necessidade histórica de transformar o processo de trabalho num processo social. Essa forma social do processo de trabalho se revelava, segundo **Marx**, um método empregado pelo capital para ampliar a força produtiva e daí tirar mais lucro⁽⁹³⁾. Nestes termos, a força produtiva social desenvolvida pela serraria aparecia como forma específica do processo de produção capitalista, em contraste com as formas anteriores de produção que apresentavam e conservavam a nota do isolamento e do particularismo expressa no imediato de uma suposta "autonomia"⁽⁹⁴⁾. Com essa força produtiva, o trabalho al-

(92)

(93) **MARX**, *O capital*, Vol. I, 1987: 384.

(94) André Gorz diz que a autonomia "não é um valor proletário ... O desejo de autonomia é uma nostalgia passivista, um engano trouxe, que impede de ver que o proletariado é necessário ao capitalista, que é impossível retornar à máquina de fiar e ao moinho de vento e que cada proletário que espera se safar sozinho solapa". Em páginas anteriores afirmava que "a proletariza-

cançou o grau máximo de submetimento ao controle da direção⁽⁹⁵⁾, desqualificação em relação às formas anteriores, e os caboclos operários, ex-peões e ex-roceiros, vêm diminuindo ao mínimo o controle sobre o processo produtivo.

Enfim, para esses trabalhadores do Planalto Serrano Catarinense, com a chegada da serraria emerge um tempo novo, uma nova temporalidade, um novo "tempo social", "tempo coletivo", imposto pela lógica do capital que conduzia os procedimentos dos chamados empreendedores ligados ao processo moderno de produção da madeira.

ção deveria substituir os produtores particulares e limitados pela classe dos produtores em geral, imediatamente conscientes de seu poder sobre o mundo (GORZ, A. Adeus ao proletariado: para além do socialismo, Rio de Janeiro, Florense Universitária, 1982, p. 35-37).

(95) Em seu estudo clássico sobre o capital, Marx diz que o comando supremo na indústria é atributo do capital. Com a reunião de muitos trabalhadores num mesmo local de trabalho, na condição de assalariados, o domínio do capital torna-se uma exigência para a execução do próprio processo de trabalho, uma condição necessária da produção: "o comando do capitalismo no campo da produção é como o de um general no campo da batalha" (Idem, 379-382).

que

CONCLUSÃO

Considera-se o estudo exposto nos capítulos procedentes, não como algo completamente acabado, definido, cem por cento correto, de leis gerais válidas para todos os trabalhadores. Pelo contrário, entende-se que as aquisições acerca da história da formação do caboclo do Planalto Serrano Catarinense suscitarão novas questões, envelhecerão e serão superadas. Como muito bem define **Max Weber**, "sermos superados não é apenas o destino de todos nós, mas também a tarefa específica de nossa tarefa comum".

Assim, frente a uma realidade histórica que se manifesta de maneira complexa e desconcertante aos nossos limites intelectuais e materiais para compreendê-la em sua totalidade, este trabalho pretendeu ser apenas senão uma modesta contribuição para o estudo da história da classe operária catarinense da qual faz parte o trabalhador caboclo, não apenas como produto, mas também como produtor.

Do que ficou explicado, deduz-se que o processo pelo qual esse trabalhador rural, habitante do Planalto Catarinense se converteu em força de trabalho despossuída, não foi espontâneo, natural. Ele foi, evidentemente, historicamente determinado, o resultado, do desenvolvimento de formações produtivas, de rela-

ções sociais, políticas e culturais.

Do século XVIII ao início do século atual, quando a pecuária extensiva foi o fundamento econômico da estrutura social do Planalto Serrano Catarinense, a formação da classe trabalhadora, formada, basicamente, por caboclos peões e caboclos roceiros, e desenvolveu-se com base na reunião de todos os meios de produção em mãos de uma pequena parcela da população constituída pelos chamados fazendeiros. Para isso, contribuíram, entre outros fatores, a doação de sesmarias aos protegidos e privilegiados do governo, a Lei de Terra de 1850 que deu maior ênfase ao princípio de compra em detrimento do princípio de doação na forma de distribuição das terras devolutas, o continuísmo da política de privilégios pelos governos da República. O monopólio da terra assumiu, dessa forma, a dimensão do poder econômico, social e, também, político, da classe aristocrática serrana.

Torna-se, portanto, impossível compreender essa primeira fase da formação do caboclo, denominada pastoril e roceira, se o isolamos do seu contexto social mais amplo. A existência do latifúndio, gerando relações econômicas (a pecuária extensiva); relações políticas (coronealismo), consubstanciadas na troca de favores de homens para homens; relações culturais (as práticas de compadrios), produziu, assim, as formas de poder e dominação, carregadas de padrões de ação e pensamento específicos de um sistema patrimonial de organização social. Nessas condições, os caboclos, trabalhadores rurais sem terra, sem gado, sem escolaridade, vivendo quase só de rezas, encontrava-se, prática e

ideologicamente, ligados ao fazendeiro. Este homem não era apenas o patrão rico, mas também o chefe político, o conselheiro, o padrinho de seus trabalhadores. Assim, os caboclos admitiam a existência de uma estrutura mais ampla concebida e organizada por aqueles que detinham a hegemonia⁽⁹⁶⁾.

É só na condição de ter em conta todos estes aspectos do problema que é possível compreender a formação do caboclo do Planalto Catarinense como resultado de um desenvolvimento histórico, o produto de relações produtivas sociais e culturais.

A fazenda e a roça, na ausência de escolas e outras instalações, ligadas ao ensino formal, desempenhavam um papel ampliado como as principais arenas onde se desenrolou o processo educativo dos caboclos, enquanto trabalhadores rurais. Essas formas de produção, gerando relações sociais e culturais, produziram historicamente os chamados caboclos peões e os caboclos roceiros, dois tipos de trabalhadores inseridos em categorias, ou formas de trabalho, não assalariados.

A transformação dos caboclos serranos catarinense em trabalhadores assalariados ocorreu, aproximadamente, na segunda metade do século corrente, quando o moderno processo de produção da madeira assumia a dominância na condição das relações de

(96) Hegemonia é entendida aqui como capacidade de unificar através da ação econômica, da ação política e também cultural um bloco social que não é hegemônico. Uma classe é homogênea quando consegue impedir que o contraste existente entre as forças produtivas e sociais explodam provocando uma crise na ideologia dominante (GRAMSCI, concepção dialética da história, 1986).

caráter capitalista. A produção da madeira, antes voltada, exclusivamente, para atender às necessidades da população local da região, assumiu uma perspectiva ampla de expansão de mercado. A madeira de pinheiro de araucária tornou-se um produto de exportação, não apenas a nível de mercado nacional, mas também, internacional. E a serraria substituiu a fazenda e a roça enquanto local de trabalho e de vida para os caboclos peões e roceiros e da sua formação para o trabalho assalariado, metódico e regular.

Assim, essa nova forma de produção tornou necessária uma mudança nas condições gerais do processo social de produção, não em termos de comunicação e transporte para o escoamento da madeira serrada para outros centros, mas também, no processo educativo da formação do caboclo para o trabalho assalariado.

Nesta segunda fase, a formação do caboclo para a nova forma de trabalho, tal como se desenvolveu no Planalto Sul Catarinense, desde começos da segunda metade do século corrente, com base no avanço das relações capitalistas no campo⁽⁹⁷⁾ realizou-se, às vezes, utilizando meios coercitivos, em particular, de caráter indireto, tais como a imposição da lei da hora certa, ou seja, a obrigatoriedade no cumprimento de uma jornada de trabalho regular, o corte do ponto de trabalho, em caso de atraso, o

(97) Esse avanço das relações capitalistas no campo insere-se num contexto mais amplo como resultado de políticas-econômicas desenvolvimentistas adotadas, sobretudo, depois da segunda Guerra Mundial, e em especial no Governo de Juscelino Kubitschek (1956/61).

corte do final de semana e feriados remunerados, em caso de faltas no serviço, o corte do vale semanal, o controle da saúde do trabalhador via médico da firma, o controle de alimentos por meio do armazém, o controle do salário, o controle do tempo livre do trabalhador, a construção de moradias, de escola e capela. Assim, quase nenhum aspecto da vida do caboclo escapava ao controle e ao sistema de normas e regulamentos vigentes que disciplinavam a sua vida de trabalhador assalariado⁽⁹⁸⁾, de operário da madeira.

Essas formas de controle e disciplinamento da indústria madeireira fizeram-se necessárias dada a necessidade de educar os caboclos considerados, muitas vezes, "rebeldes", "indisciplinados", "brigões", "beberrões" para que não continuassem trabalhando sob as velhas condições, marcadas pelo tempo regulado pela natureza e pela lógica da necessidade. Nesse sentido, a serraria, sob as condições capitalistas, desempenhou um papel pedagógico, enquadrando e habituando os caboclos peões e roceiros às disciplinas exigidas pelo trabalho metódico e dividido, trabalho este organizado e dirigido em função do lucro: o conteúdo e o objetivo dos novos empresários da madeira, provenientes, em grande parte, do Rio Grande do Sul.

Contudo, a formação e desenvolvimento do caboclo operário

(98) O assalariamento do caboclo pela serraria não deu de maneira pura haja visto o salário não ser seu meio de subsistência. se de

rio pela serraria não eliminou completamente o peso das suas tradições culturais, construídas anteriormente ao longo dos anos e transmitidas oralmente de geração a geração. A influência da dominação patrimonialista manifesta-se, ainda, no momento histórico atual, em menor grau e com menos força, quando são sugeridas e encaminhadas novas propostas políticas de transformações das estruturas sociais vigentes, mantenedoras do status quo. Com isso, não se quer afirmar que a indústria da madeira não gerou mudanças, ou que representou apenas a passagem dos caboclos dos domínios da fazenda e da roça para outro espaço físico. Ele têm o mérito de ter introduzido na região, possivelmente, pela primeira vez, em graus antes desconhecidos, relações de trabalho e condições de vida que representam inovação. O modelo de vida dos caboclos, de sua cultura, foi enriquecido com novas formas de pagamento, novos bens de consumo, melhor habitação e novas formas de lazer com destaque para os jogos de futebol. Nesse ambiente de trabalho, as suas relações sociais se ampliam. O próprio processo de trabalho foi transformado em atividade socializada, superando as formas produtivas anteriores, marcadas pelo particularismo, o isolacionismo e o desejo de autonomia.

Na fase histórica atual, constata-se que o processo de transformações dos caboclos e, em especial, dos caboclos do município de São Joaquim, em uma força de trabalho, como instrumento do capital não resultou na sua transformação em trabalhadores assalariados "permanente", mas como "temporários"⁽⁹⁹⁾.

(99) A categoria "permanente" em geral é aplicada ao

No final dos anos 79, o fechamento de grande parte das serrarias, ligadas ao processo de industrialização e comércio da madeira de araucária em consequência do esgotamento dessa matéria-prima, provocou uma corrente migratória no sentido campo-cidade⁽¹⁰⁰⁾, formada sobretudo por caboclos que trabalham nessas unidades produtivas. Das mais de 100 serrarias, instaladas no curso das décadas de 1950 e 1960, restam hoje (1990) apenas 12 unidades, que empregam um número médio de 600 trabalhadores⁽¹⁰¹⁾.

Nesses termos, a produção da madeira já não constitui mais a atividade econômica dominante. Conseqüentemente surgem novas formas de desenvolvimento econômico, gerando novas relações de trabalho e de vida. No município de São Joaquim, o plantio de maçã, em particular, como o cultivo das lavouras de batata semente certificada, substituíram a prática do extrativismo desenvolvido pelas serrarias. Esse extrativismo, realizado de forma brutal, determinou a desapareição quase que total de uma das maiores reservas de florestas de araucárias do continente sul-americano.

trabalhador que faz contrato anual de trabalho e também vive no local onde trabalha enquanto a categoria "temporário" aplica-se ao trabalhador que não faz contrato anual nem reside no ambiente de trabalho. A grande maioria desses trabalhadores realiza, essencialmente, trabalho braçal. (VINHAS, 1970: 228-230):

(100) Segundo dados do IBGE, o município de São Joaquim possui em 1970 uma população rural de 17.514 e urbana de 9.126. No ano de 1980 a população rural desse município baixou para menos de 16.000 enquanto a urbana aumentou para 20.440.

(101) Os dados numéricos referem-se ao município de São Joaquim.

Em relação à fruticultura, cerca de 350 produtores de São Joaquim (500, se somarmos com Urupema e Bom Jardim da Serra) dedicam-se ao cultivo dos pomares de maçã com aproximadamente 2.000.000 de plantas, que ocupam uma área aproximada de 2.500 hectares de terra. A safra de maçã, prevista para o ano de 1991 chega em torno de 45.000 toneladas.

A mão-de-obra para a produção de maçã é em grande parte formada por ex-operários de serrarias, divididos em duas categorias de trabalho: temporários e permanentes. O número médio de trabalhadores permanentes nos pomares de maçã é de mais ou menos 1.000. O número médio de trabalhadores temporários, ocupados na poda das árvores, no raleio e colheita de maçã atinge cerca de 2.500. Estes trabalham sobretudo nos meses de julho/agosto (época de plantio), fevereiro/abril (época da colheita). Deslocam-se diariamente de um ponto fixo da cidade para executarem as suas tarefas nos pomares que se localizam em áreas rurais.

De uma maneira geral, os caboclos que abandonaram o campo, não por vontade própria, mas por força da situação, das condições de trabalho e de vida, formam hoje o grosso da população que, nada possuindo senão sua força de trabalho, vende essa força como único meio de sobrevivência. O "anel urbano" fecha-se em torno desses ex-trabalhadores de fazenda, de pequenas plantações, de serraria e os confina nas circunstâncias que impedem desenvolver as antigas práticas de auto-abastecimento dos lares, tais como o cultivo de quintal, a criação de porcos e galinhas, a fabricação de compotas, sapão, pães, etc. Ademais,

na condição de trabalhadores temporários, os caboclos não usufruem de certos direitos e garantias expressos na legislação (férias remuneradas, estabilidade no emprego, etc), pois além de receberem pouco pela venda da força de trabalho, estão sujeitos a freqüentes períodos de desemprego.

Compreende-se, assim, que as condições de vida e trabalho as quais são submetidas os trabalhadores não têm origem na natureza, mas na história como processo incessante e interminável, que deseduca e educa, qualifica e desqualifica, destrói e constrói, desumaniza e humaniza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - ALVES, Márcio Moreira. A Força do Povo: Democracia Representativa em Lages. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- 2 - AMURES, Estudo Preliminar. Florianópolis, ETAPA, 1969.
- 3 - AURAS, Marli. Guerra do Contestado: A Organização da Irmandade Cabocla. Florianópolis, UFSC, 1984.
- 4 - AVÉ-LALLEMANT, Robert. Viagens pelas Províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858). São Paulo, Itatiaia, 1981.
- 5 - BOSSLE, Ondida Pereira. História da Industrialização Catarinense. Florianópolis, C.N.I./FIESC, 1988.
- 6 - BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais. Lisboa, Presença, 1981.
- 7 - BRAVERMAN, Harry. Trabalho e Capital Monopolista: a Degradação do Trabalho no Século XX. 3ª Ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- 8 - BRESCIANI, Maria Stella Martins. Lógica e Dissonância, Sociedade de Trabalho: Lei, Ciência, Disciplina e Resistência Operária. Revista Brasileira de História. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 6 (11): 7-44. Setembro, 1985.
- 9 - CABRAL, Oswaldo Rodrigues. A Campanha do Contestado. Florianópolis, Lunardelli, 1979.
- 10 - ———, A história de Santa Catarina. Florianópolis, Secretaria da Educação e Cultura, 1968.
- 11 - CAON, Edézio Nery. Estória de Minha Cidade. Lages, Gráfica Wilson, 1978.
- 12 - CARDOSO, Fernando Henrique. Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.

- 13 - ———, Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional (O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- 14 - CARR, Edward Hallett. O Que é História? Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- 15 - CARVALHO, Tito. Bulha D'Arroio. Florianópolis, Imprensa Oficial, 1939.
- 16 - ———, Vida Salobra. Florianópolis, Academia, 1963.
- 17 - CESAR, Guilhermino. O Contrabando no Sul do Brasil. Porto Alegre, UCS/EST, 1978.
- 18 - COSTA, Licurgo. O Continente das Lagens: Sua História e Influência no Sertão da Terra Firme. Florianópolis, FCC, 1982.
- 19 - CORRÊA, Carlos Humberto P. História Oral: Teoria e Técnica. Florianópolis, UFSC, 1978.
- 20 - ———, Catálogo das Dissertações e Teses dos Cursos de Pós-Graduação em História de 1973 a 1985. Florianópolis, UFSC, 1987.
- 21 - ———, Os Governantes de Santa Catarina de 1793 a 1982. Florianópolis, UFSC, 1983.
- 22 - CUNHA, Luiz Antonio. Educação e Desenvolvimento Social no Brasil. Rio de Janeiro, Francisco Alvez, 1975.
- 23 - DECCA, Edgar. O Silêncio dos Vencidos. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- 24 - EHLKE, Cyro. A Conquista do Planalto Catarinense. Florianópolis, Laudes, 1973.
- 25 - ENGUITA, Mariano Fernández. A face Oculta da Escola: Educação e Trabalho no Capitalismo. Porto Alegre, Artes Médicas, 1989.
- 26 - FOOT, Francisco & LEONARDI, Victor. História da Indústria e do Trabalho no Brasil. São Paulo, Global, 1982.
- 27 - FLEURY, A. Organização do trabalho industrial: um confronto entre Teoria e Realidade. São Paulo, USP, 1978.
- 28 - FRANCO, Maria Silva de Carvalho. Homens Livres na Ordem Escravocrata. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

- 29 - FURTADO, Celso. Desenvolvimento = Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.
- 30 - ———, Formação Econômica do Brasil. 15ª ed., São Paulo, Editora Nacional, 1977.
- 31 - GIANNOTTI, José Arthur. O Ardil do Trabalho. In: CEBRAP. Exercícios de Filosofia. São Paulo, Brasiliense, 1975.
- 32 - ———, Origens da Dialética do Trabalho. Estudos sobre A Lógica do Jovem Marx. Porto Alegre, L & PM, 1985.
- 33 - GOLDMAN, Lucien. Dialética e Cultura. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- 34 - GOMES, Carlos Minayo (org.). Trabalho e Conhecimento: Dilemas na Educação de Trabalhador. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1987.
- 35 - GORZ, André. Adeus ao Proletariado: Para Além do Socialismo. Rio de Janeiro, Forense, 1982.
- 36 - ———, Crítica da Divisão do Trabalho. São Paulo, Martins Fontes, 1980.
- 37 - GOULART, J.A. Tropas e Tropeiros na Formação do Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- 38 - GRAMSCI, Antonio. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- 39 - ———, Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984.
- 40 - ———, A Concepção Dialética da História. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973.
- 41 - HAMPTON, David. Conceitos de Comportamento na Administração. São Paulo, EPU, 1973.
- 42 - HOBBSAW, Eric J. Mundos do Trabalho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- 43 - ———, Rebeldes Primitivos. Rio de Janeiro, Zahar, 1987.
- 44 - ———, A Era das Revoluções. 6ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- 45 - HUBERMAN, Leo. A História da Riqueza do Homem. 18ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- 46 - IANNI, Octávio. Origens Agrárias do Estado Brasileiro. São Paulo, Brasiliense, 1984.

- 47 - IANNI, Octávio. Estado e Planejamento Econômico no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.
- 48 - IBGE. Geografia do Brasil: Região Sul. Rio de Janeiro, 1977.
- 49 - IURA, Satomi. Lages e Sua Economia. Lages, 1977 (Mimeografado).
- 50 - JAQUARIBE, Hélio. Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.
- 51 - KLEIN, R.M. O Aspecto Dinâmico do Pinheiro Brasileiro. Itajaí, Sellowia, 1970.
- 52 - KOSÍK, Karel. Dialética do Concreto. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- 53 - KOWARIGK, L. Trabalho e Vadiagem. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- 54 - KUENZER, Acácia Z. Pedagogia da Fábrica: As relações de Produção e Educação do Trabalhador. 2ª ed., São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1986.
- 55 - LAGO, Paulo Fernando. Santa Catarina: Dimensões e Perspectivas. Florianópolis, UFSC, 1978.
- 56 - LAPA, J.R. Para uma Historiografia Brasileira. In: Ciência e Cultura, Junho, 1986.
- 57 - LAPA, Junio L.A. A História em Questão. Petrópolis, Vozes, 1976.
- 58 - LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto. São Paulo, Alfa-Omega, 1986.
- 59 - LEME, Marisa Saenz. Ideologia dos Industriais Brasileiros, 1919-1945. Petrópolis, Vozes, 1978.
- 60 - LEMOS, Alfredo de Oliveira. A História dos Fanáticos em Santa Catarina e Parte de Minha Vida naqueles tempos - 1913-1916. Passo Fundo, Berthier, 1989.
- 61 - LISANDI, Luiz. Estrutura Social e Econômica da Vila de Lages. Lages, 1989 (Mimeografado).
- 62 - LOPES, José Sérgio Leite. O Vapor do Diabo: o Trabalho dos Operários do Açúcar. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- 63 - LUZ, Aujor Ávila. Os Fanáticos: Crimes e Aberrações da Religiosidade de Nossos Caboclos. Florianópolis, s/d., 1952.

- 64 - MAACK, Reinhard. Geografia Física do Paraná. Rio de Janeiro, José Olympio, 1981.
- 65 - MANACORDA, Mário A. El Principio Educativo En Gramsci. Salamanca, Ediciones Sígueme, 1977.
- 66 - MARROU, Henré-Irénée. Sobre o Conhecimento Histórico. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- 67 - MARTENDAL, José Ari Celso. Processos Produtivos e Trabalho-Educação: A Incorporação do Caboclo Catarinense na Indústria Madeireira. Rio de Janeiro, FGV, 1980, (Dissertação de Mestrado).
- 68 - MARTINS, José Souza de. O Cativo da Terra. 2ª edl, São Paulo, Ed. Livraria, Ciências Humanas, 1981.
- 69 - MARX, Karl. O Capital. São Paulo, Difel, 1987.
- 70 - ———, A Ideologia Alemã. São Paulo, Hucitec, 1987.
- 71 - ———, Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo, Martins Fontes, 1977.
- 72 - ———, O 18 Brumário de Luiz Bonaparte. In: Manuscrtos Econômicos-Filosóficos e Outros Textos Escolhidos. São Paulo, Abril Cultural, 1978.
- 73 - MELLO, João Manuel Cardoso de. O Capitalismo Tardio. Contribuição Crítica da Formação e Desenvolvimento da Economia Brasileira. Rio de Janeiro, Brasiliense, 1982.
- 74 - MELLO, Maria Conceição d'Incao. O Bóia-Fria. Petrópolis, Vozes, 1978.
- 75 - MONIOT, Henry. A História dos Povos sem História. In: LE GOFF, J. e NORA, P. (org.). História Novos Problemas. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.
- 76 - MUNARIN, Antonio. A Praxis dos Movimentos Sociais na Região de Lages. Florianópolis, UFSC, 1990 (Dissertação de Mestrado).
- 77 - NOSELLA, Paolo. Trabalho-Educação: Do "Tripalium da escravatura ao 'Labor' da Burguesia à Poiesis" Socialista. In: SIMPÓSIO Educação e Trabalho. IV CBE, Goiana em 02-05/09/1986.
- 78 - OHLWEILER, Otto Alcides. Evolução Sócio-Econômica do Brasil: do Descobrimento à Nova República. Porto Alegre, Tchê, 1987.

- 79 - PEREIRA, Vera Maria Cândido. O Coração da Fábrica: Um Estudo de Caso entre Operários Têxteis. Rio de Janeiro, Campus, 1979.
- 80 - PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Desenvolvimento e Crise no Brasil. 12ª ed., São Paulo, Ed. Brasiliense, 1983.
- 81 - PIAZZA, Walter F. Santa Catarina. Sua História. Florianópolis, Ed. UFSC, Ed. Lunardelli, 1983.
- 82 - ———, O Escravo numa Economia Minifundiária. São Paulo, Ed. UDESC/Resenha Universitária, 1983.
- 83 - ———, & HUBNER, Laura Machado. Santa Catarina. Terra da Gente. Florianópolis, Lunardelli, 1983.
- 84 - ———, História da Colonização de Santa Catarina. Florianópolis, UFSC, 1981.
- 85 - QUEIROZ, Maria Isaura. La Guerra Sainte au Brésil: Le mouvement Messianique du Contestado. In: Boletim nº 187, Sociologia, nº 5, Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1957.
- 86 - ———, O Campesinato Brasileiro. In: Revista de Ciências Sociais. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, VX, nº 1 e 2, 1979 (Mimeografado).
- 87 - ———, Relatos Oraís: do "Indizível" ao "Dizível". Ciência e Cultura. SPBC, São Paulo. 39(3): 272-286, março de 1987.
- 88 - QUEIROS, Maurício Vinhas. Messianismo e Conflito Social. São Paulo, Ática, 1977.
- 89 - RIBEIRO, Enedino Batista. São Joaquim: notícia estatístico-descritiva. Florianópolis, IGE, 1941.
- 90 - RIBEIRO, Helcion. Cinco Vilões Sócio-Antropóloca do Caboclo Catarinense. Florianópolis, 1989 (Mimeografado).
- 91 - ———, Notas Para a História do Povo de Deus em Santa Catarina. Lages, 1987 (Mimeografado).
- 92 - SALVADOR, Mendonça. A Situação Internacional do Brasil. Rio de Janeiro-Parix, Grannier, 1913.
- 93 - SANTOS, Sílvio Coelho (org.). Povo e Tradição em Santa Catarina. Florianópolis, EDEME, 1984.
- 94 - SCHAFF, Adam. História e Verdade. 2ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 1983.

- 95 - SASSI, Guido Wilmar. Geração do Deserto. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964.
- 96 - SHANIN, Teodor. A Definição do Camponês. Estudos CEDRAP. Trabalho e Dominação. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1980.
- 97 - SILVA, Rosângela C. Terras Públicas e particulares: o impacto do Capital Estrangeiro sobre a Institucionalização da Propriedade Privada (um estudo do Brazil Railway Company no Meio-Oeste Catarinense). Florianópolis, UFSC, 1983, (Dissertação de Mestrado).
- 98 - SIMONSEN, Roberto C. História Econômica do Brasil (1500-1820). 7ª ed., São paulo, Editora Nacional/MEC, 1977.
- 99 - ———, Evolução Industrial do Brasil e Outros Estados. São Paulo, Ed. Nacional, 1977.
- 100 - SINGER, Paul. A Formação da Classe Operária. São Paulo, Editora da Universidade de Campinas, 1986.
- 101 - ———, Economia Política do Trabalho. São Paulo, Hucitec, 1979.
- 102 - SMITH, Adam. Riqueza das Nações. São Paulo, Hemus, 1981.
- 103 - TAYLOR, Frederick W. Princípios da Administração Científica. São Paulo, Atlas, 1970.
- 104 - THOMPSON, Edward P. A Formação da Classe Operária Inglesa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- 105 - THOMPSON, P. The Voice of the Past: Oral History. Oxford, Oxford, University Press, 1978.
- 106 - TOBIAS, José Antonio. História das Idéias no Brasil. São Paulo, EPU, 1987.
- 107 - UBALDO, Edson. Bandeira do Divino. São Paulo, Ed. do Escritor, 1977.
- 108 - VAZQUEZ, Adolfo S. Filosofia de Praxis. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.